



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - DESSO



**O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM TERRITÓRIOS ATINGIDOS
PELA MINERAÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR DOS ENPES E CBAS.**

ANA AMÉLIA VIEIRA SANTOS

**MARIANA-MG
2023**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA

**O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM TERRITÓRIOS ATINGIDOS
PELA MINERAÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR DOS ENPESS E CBAS.**

ANA AMÉLIA VIEIRA SANTOS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) elaborado como requisito de avaliação do componente curricular e apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientado: Prof. Dr. Claudio Henrique Miranda Horst

**MARIANA-MG
2023**

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S237o Santos, Ana Amelia Vieira.

O trabalho de assistentes sociais em territórios atingidos pela pela mineração [manuscrito]: reflexões a partir dos ENPESS e CBAS. / Ana Amelia Vieira Santos. - 2023.

87 f.: il.: tab..

Orientador: Prof. Dr. Claudio Henrique Miranda Horst.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social

1. Serviço social. 2. Falhas em barragens - Minas Gerais. 3. Assistentes sociais. 4. Minas e recursos minerais. I. Horst, Claudio Henrique Miranda. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Iury de Souza Batista - CRB6/3841



FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Amélia Vieira Santos

O Trabalho de Assistentes Sociais em Territórios Atingidos pela Mineração: reflexões a partir dos ENPESS e CBAS

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social

Aprovada em 23 de Agosto de 2023

Membros da banca

Claudio Henrique Miranda Horst - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Raquel Mota Mascarenhas - Universidade Federal de Ouro Preto
Marina Rodrigues Corrêa dos Reis - Universidade Federal de Ouro Preto

Claudio Henrique Miranda Horst, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 30/08/2023



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Henrique Miranda Horst, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 30/08/2023, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Mota Mascarenhas, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 02/09/2023, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0583530** e o código CRC **91F0DA9C**.

AGRADECIMENTO

Estar concluindo essa etapa da minha vida, é ficar grata a todos em minha volta que de certa forma me ajudaram a chegar até aqui. Muitas vezes achamos que estamos sozinhas, mas quando olhamos ao nosso redor e para o nosso lado, percebemos que existem pessoas que estão ao nosso lado para nos ajudar nos momentos difíceis e de aflição durante a graduação, percebendo assim que não estava só.

Ao final dessa etapa cansativa e produtiva de construções coletivas do conhecimento, tive a oportunidade de conhecer e contar com o apoio e carinho de pessoas incríveis, as quais gostaria de lembrar a importância que tiveram neste percurso da minha vida. Em primeiro lugar, gratidão a Deus por me dar força e determinação para vencer mais esta etapa da minha vida.

Agradeço à minha Mãe por todo o amor, carinho, companheirismo e dedicação, durante esses 28 anos, por ser o alicerce da minha vida, ter me apoiado em minhas decisões até aqui e ensinando a ser quem sou hoje, pela compreensão e força. Ela que foi uma mãe solo que fez de tudo para que eu conseguisse chegar até aqui, abdicando de tantas coisas para que eu tivesse uma educação exemplar, e pudesse chegar ao final dessa graduação. A pessoa na qual me inspiro e tento me espelhar, sendo a que sempre me forneceu tudo de necessário para que eu conseguisse chegar a cada objetivo, vencendo os desafios e dificuldades. Ao meu Pai que mesmo sendo ausente em minha vida, foi quem me deu a vida e aos poucos tem se aproximado para ajudar em minha caminhada.

À minha prima/irmã Maíra pelo incentivo e amizade. Pelos momentos de cobrança mas também de divertimento. Por sempre estar ao meu lado me xingando, aconselhando e dando seu ombro amigo. Sendo assim, à todas minhas primas e primos por todo incentivo durante essa minha caminhada na graduação.

Ao meu avô Antônio Crispim, por todos os ensinamentos, me mostrou que sempre temos que estar dispostos a ajudar o outro, e foi o que mais me incentivou na minha vida cristã principalmente da área social e por ser meu anjo da guarda de quem tenho muitas saudades. À Michel saudades eternas, aquele que sempre estava disposto a ajudar a todos em sua volta, quantas vezes recorri a ele para que me levasse a diversos lugares.

As minhas tias Marly, Marilda, Marília, e Maria Amélia; aos meus tios Marcilio, Maurício, Luiz, Nivio e Mauro pelo incentivo, por me impulsionarem e sempre torcerem pela minha felicidade. Dando aqueles puxões de orelhas, mas também me aconselhando em todos os momentos.

À minha amiga Mirelly por todo companheirismo, amparo e dedicação aos estudos, nos momentos de distrações e desesperos sempre recorrendo uma à outra, sendo uma irmã. Partilhando todos os momentos que ocorreram nessa fase acadêmica, desde as nossas emoções e coisas da nossa mente, as mudanças frente à pandemia (principalmente as nossas perdas, a morte de meu primo e ela com a morte da sua irmã) e a elaboração deste tcc. Uma parceria inexplicável. Ao José Marçal, agradeço pela paciência, companheirismo, amor e por me encorajar a ser sempre uma pessoa melhor, por estar sempre ao meu lado em todos os momentos.

Às amigas de graduação pela companhia diária durante os 4 anos de UFOP. À Pastoral da Juventude por ser um espaço em que nos incentiva a lutar pelo próximo, assim sendo uma escola de formação cristã e social. À todos meus amigos da Pastoral da Juventude que ao longo da caminhada se fizeram presentes, sendo espaço de oração, partilha e amizade. Aos velhos e novos amigos o meu muito obrigada!

Chegar aqui não foi fácil, mas com o apoio de todos mencionados, tudo se tornou leve e aconchegante. Cito uma música da banda Engenheiros do Hawaii. "Somos quem podemos ser, Sonhos que podemos ter".

Aos professores (as) Cláudio Horst, Vanderlei Martini, Roberto Carmo, Marina Reis, Adriana Mesquita, Vivian Oliveira, Jussara Lopes, Cristiane Tomaz, e à Assistente Social Bárbara Cerviño que com toda paciência foram me moldando e ensinando a ser uma amante da arte do saber e da profissão. Obrigada pelas rigorosas contribuições teóricas e políticas durante toda a graduação.

Ao meu orientador, Cláudio Horst, por me indagar quando ministrou a disciplina de ética e serviço social na contemporaneidade, que de certa forma me abriu olhares para pensar o mundo do trabalho profissional de Assistente Social na mineração. Sua dedicação e inúmeras contribuições para o meu aprofundamento teórico foram essenciais para o meu amadurecimento e para o desenvolvimento desta dissertação.

As professoras da banca de defesa, Profa. Mariana Reis e Prof. Raquel Mascarenhas, por aceitarem participar e contribuir com minha formação.

A todos vocês o meu muito obrigada!!

Finalizo com uma frase de Adélia Prado "O que a memória ama, fica eterno"

Raquel Anderson em homenagem ao Dia da/o Assistente Social

*A mulher que habita uma Assistente Social grita
 Grito que ecoa em letras garrafais para aliviar muitos ais
 Demandas a mais
 A mulher que habita uma Assistente Social, não condena destinos
 Respeita a todos, inocentes, meninas e meninos
 Se indigna e chora
 Acolhe o tempo todo, a toda hora
 Todos os seres, gente que muita gente ignora
 Lésbicas, Travestis, guris e garis
 A mulher que habita uma Assistente Social respeita homossexual, rechaça o mal
 Encara todo vendaval
 Sente vergonha do desrespeito humano
 valoriza mais o saber do que a aparência do pano
 A mulher que habita uma Assistente Social
 Lê e pesquisa
 Evita julgamentos e simplicidades preconiza
 A mulher que habita uma Assistente Social
 Quando se vê hostilizada
 Revela suas convicções e encara tudo, corajosamente, ao ser subestimada
 Mas nunca desiste da sua caminhada
 A mulher que habita uma Assistente Social sofre a dor do misoginismo
 Sente na carne as agruras do machismo
 Planta lírios numa ilha
 Escreve um mundo mais igualitário para todas as filhas
 Leva porrada, cai da escada
 Se vê atormentada quando tenta dar sua guinada
 A mulher que habita uma Assistente Social assiste estarecida
 Ao ódio que desumaniza
 Tem o peito mutilado
 Seu espelho estilhaçado
 Dói na carne, na boca, na alma o espetáculo dantesco
 A que uma mulher num cenário animalesco é submetida
 A mulher que habita uma Assistente Social sente hoje a dor sem fim
 Ao perceber outras mulheres sofrerem com o machismo, enfim
 A mulher que habita uma Assistente Social prefere os argumentos
 Lamenta as agressões, as posturas sem cabimento
 A mulher que habita uma Assistente Social, atua no gesto mais humano, desfaz o terrível engano das
 injustiças sociais.
 E hoje, nessa posse, inaugura um tempo das possibilidades reais de humanidades a mais.*

Raquel Anderson 2023

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como tema central o trabalho de assistentes sociais em territórios atingidos pela mineração. Como objetivo geral definimos: Analisar o trabalho de assistentes sociais em territórios atingidos pela mineração e/ou barragens a partir dos artigos publicados nos anais do CBAS e ENPESS, a fim de identificar as estratégias para o exercício profissional. Como objetivos específicos delimitou-se: a) Analisar a dinâmica da mineração predatória a fim de identificar os impactos nos territórios; b) Analisar os artigos publicados sobre mineração e serviço social nos anais do ENPESS e CBAS, a partir de 2016, a fim de identificar estratégias construídas para o trabalho de assistentes sociais; c) Contribuir para a construção de respostas profissionais na perspectiva do Projeto Ético-Político. Trata-se de pesquisa bibliográfica, com ênfase qualitativa, ancorada no método materialista histórico dialético. Como corpus empírico, selecionamos os artigos publicados nos anais dos ENPESS e CBAS a partir de 2016, totalizando cinco artigos. Como técnica de análise, utilizamos a análise de conteúdo do tipo temática. As principais conclusões apontam para a reduzida publicação sobre o tema nos principais eventos da área; a preocupação em torno das competências e atribuições de assistentes sociais em momentos de rompimento e de situação de calamidade ou emergência; a sinalização da importante contribuição que a profissão pode ofertar para além das ações pautadas no imediatismo e somente no momento pós rompimento. E apontam as particularidades do trabalho nas assessorias técnicas aos atingidos como um espaço importante e privilegiado para o trabalho comprometido com a reparação justa e integral. E com amplas possibilidades de construção mediada pelo projeto ético político.

Palavras chaves: Mineração; Rompimentos Barragens; Serviço Social

Abstract

This course completion work has as its central theme the work of social workers in territories affected by mining. As a general objective, we defined: To analyze the work of social workers in territories affected by mining and/or dams based on articles published in the annals of CBAS and ENPESS, in order to identify strategies for professional practice. The specific objectives were: a) To analyze the dynamics of predatory mining in order to identify the impacts on the territories; b) Analyze the articles published on mining and social work in the annals of ENPESS and CBAS, starting in 2016, in order to identify strategies built for the work of social workers; c) Contribute to the construction of professional responses from the perspective of the Ethical-Political Project. This is a bibliographical research, with a qualitative emphasis, anchored in the dialectical historical materialist method. As an empirical corpus, we selected the articles published in the annals of ENPESS and CBAS from 2016 onwards, totaling four articles. As an analysis technique, we used thematic content analysis. The main conclusions point to the reduced publication on the subject in the main events of the area; concern about the competences and attributions of social workers in times of disruption and calamity or emergency situations; the signaling of the important contribution that the profession can offer in addition to actions based on immediacy and only in the post-rupture moment. And they point out the particularities of work in technical advisory services to those affected as an important and privileged space for work committed to fair and comprehensive reparation. And with wide possibilities of construction mediated by the ethical political project.

Keywords: Mining; Breakages Dams; Social service

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1- CAPITALISMO, MINERAÇÃO E OS ROMPIMENTOS DE BARRAGENS	27
1.1 - Capitalismo e Mineração	27
1.2 - Mineração e os rompimentos de barragens: aproximações ao território de Mariana (MG)	33
CAPÍTULO 2 - O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE	44
2.1 - Gênese e desenvolvimento do Serviço Social no Brasil	44
2.2 - O Serviço Social na Contemporaneidade	48
CAPÍTULO 3 - APROXIMAÇÕES AO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM TERRITÓRIOS ATINGIDOS PELA MINERAÇÃO A PARTIR DO ENPESS E CBAS	55
3.1- Panorama geral dos artigos analisados	56
3.2 Condições éticas e técnicas do trabalho de assistentes sociais em territórios de mineração: limites e possibilidades	58
3.3 O trabalho de assistentes sociais nas Assessorias Técnicas Independentes	65
CONCLUSÃO	75
REFERÊNCIAS	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ATI - Assessoria Técnica Independente

CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

EA - Educação Ambiental

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

IC - Iniciação Científica

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MAM - Movimento pela Soberania Popular na Mineração

MRLA - Movimento de Reconceituação Latino Americano

MOC - Mobilização Comunitária

PEP - Projeto Ético Político

PT - Partido dos Trabalhadores

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema central o trabalho de assistentes sociais em territórios atingidos pela mineração e/ou barragens. O ponto de partida da pesquisa deriva da experiência de residir e estudar em um curso localizado na cidade de Mariana, Minas Gerais. Trata-se de uma cidade histórica cuja formação social passou por processos de exploração e expropriação de riquezas, como extração de ouro na época da coroa portuguesa e minério de ferro nos dias atuais, sendo a mineração principal atividade econômica da cidade. Nesse período, esse território era uma vila considerada umas das maiores exportadoras de ouro para Portugal, depois foi reconhecida como cidade por ser uma grande potência na extração e exportação de ouro e minério, a primeira cidade de Minas Gerais.

Longe de considerar tais dinâmicas como algo natural ou um “dom natural” das Minas Gerais, sabemos que a sociedade é constituída por seres orgânicos e inorgânicos que formam a sociabilidade humana. E que, ao longo dos anos, apareceram mudanças drásticas em nosso ecossistema em decorrência das atividades humanas que tem provocado prejuízos climáticos e ambientais em nosso *habitat*, assim prejudicando a todos que vivem nos diversos territórios.

Conforme compreendemos, homens e mulheres necessitam transformar a natureza para atender as necessidades básicas como ser social, o que, em certas sociedades, resultou no comprometimento da sua relação com a natureza. Para que essa dinâmica possa se efetivar é por meio do trabalho, como complexo primário central, que vai se dar a dinâmica de reprodução social da vida que influencia nossos comportamentos e busca corresponder às exigências que esse modelo de produção sobrepõe em todas as relações humanas.

O sistema na qual estamos inseridos é o capitalista. Seu objetivo é intensificar - na busca pelo lucro - a produção e reprodução material da mercadoria e da vida, o que exige para se reproduzir uma estrutura baseada na divisão entre as classes. Esse sistema destrói a vida dos seres orgânicos e inorgânicos. Tal dinâmica implica na exploração, expropriação de uma classe burguesa sobre a outra, que possui a força de trabalho para vender. Tal estrutura implica em condições de vida e de sobrevivência atravessada pelas expressões da “questão social¹”.

¹ Segundo Netto (2001), a “questão social” é produzida de forma compulsória no capitalismo e se manifesta em diferentes expressões a cada estágio desse sistema. Ademais, a “questão social” é insuprimível na ordem do capital, uma vez que ela é decorrente desse sistema cuja exploração “se efetiva num marco de contradições e antagonismos que a tornam, pela primeira vez na história registrada, suprimível sem a supressão das condições nas quais se cria exponencialmente a riqueza social”, de forma que nesta perspectiva teórico-analítica, a

A partir dessas relações sociais, se constituiu o Estado, um complexo social, que se reproduz operacionalizando e organizando todo processo de reprodução da capitalista, voltado para a reprodução do capital, priorizando os lucros que são gerados pelas grandes empresas, sem preocupações com as consequências que acarretam em destruição climática e ecológica, provocando inclusive os crimes ambientais. Assim, tendo seu caráter contraditório atendendo tanto aos interesses capitalistas e as necessidades da classe trabalhadora.

O desastre/crime deve ser considerado uma catástrofe promovida pela superexploração do capital. Suas causas remetem à postura servil do Estado brasileiro, que tem deliberadamente enfraquecido os mecanismos da legislação ambiental e seus órgãos fiscalizadores, para favorecer a atração de capital interessado na produção de commodities. A produção de commodities requer que se intensifique a exploração dos recursos ambientais, associada a baixos custos de produtividade e força de trabalho, em busca da produção de superlucros (MANIFESTO BH, 2015).

Percebe-se que precisamos relacionar a questão ambiental como central nesta sociedade que é atravessada pela luta de classes e pelas decisões políticas dos grupos no poder. Visando enfrentar a concepção que compreende os resultados da sociedade de classes como um fenômeno natural e não de uma consequência estrutural dessas empresas.

Em decorrência disso, o Estado de Minas Gerais e a região dos Inconfidentes se tornaram foco para essas empresas nacionais e multinacionais, uma vez que são vistas como zonas compostas por riquezas minerais. Por conseguinte, a busca pelo lucro máximo sobre o meio ambiente resulta em situações drásticas para as pessoas que vivem nos territórios atingidos por crimes ambientais irreversíveis. Aqui podemos destacar que os rompimentos de barragens,

[...] são consequências das insolúveis contradições do capitalismo, que, diante da grande crise, expressa a sua face anticivilizatória, a partir de uma direção neocolonial, ultraliberal e neofascista. No Brasil, por ser um país de capitalismo dependente e periférico, com fortes traços coloniais e escravistas, os impactos são bem mais devastadores. Por isso, pensar a defesa e a preservação do meio ambiente passam pela superação do atual modelo de produção predatório, centrado no agronegócio, na mineração e no extrativismo, com base na superexploração do trabalho e das riquezas naturais (CARTA DE BELÉM, 2019, p.1).

Essa dinâmica gera e agrava as chamadas expressões da “questão social”, que diante da ausência de uma resposta governamental e de outro horizonte construído pelas lutas sociais, ocasiona na dependência das mineradoras, tanto na contratação de mão de obra (de fora e mais barata), como no comércio local, no acesso ao desemprego.

“questão social” não tem a ver com “os desdobramentos de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital” (NETTO, 2001, p. 46). A “questão social” em suas variadas expressões, em especial, quando se manifesta nas condições objetivas de vida dos segmentos mais empobrecidos da população, é, portanto, a “matéria-prima” e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sócio técnica do trabalho e na construção/atribuição da identidade da profissão. (YAZBEK, 2009, p.6).

Tal conjuntura vem se agravando diante dos impactos da crise estrutural e política vivenciada mundialmente desde a década de 1970, como a crise de 2008. No Brasil, destacamos o ano de 2016, que teve como consequência o *impeachment* da então Presidente da República Dilma Roussef e a entrada ilegítima de Michel Temer no poder, aprofundando o Brasil nas mãos do grande capital internacional. Uma forma inédita organizada para derrubar o governo democrático-popular brasileiro.

Conforme sabemos, os governos têm como objetivo a expansão mineral. Mas há diferenças em relação às orientações dos governos de diferentes orientações políticas para a política mineral. Com o Partido dos Trabalhadores (PT) no governo, as propostas e ações de alterações com relação à legislação buscou o protagonismo do Estado no crescimento do setor mineral. Segundo Gonçalves, Milanez e Wanderley (2018, p.350), “em parte, tais iniciativas poderiam ser associadas a um “neoeextrativismo progressista”, onde não apenas o Estado teria maior relevância, como o aumento da captura da renda mineral seria destinado, majoritariamente, para políticas de combate à desigualdade social”.

Com a entrada no governo de Michel Temer, houve uma preocupação com a expansão da extração mineral, mas o governo orienta a expansão com foco nas “forças de mercado”. Nas palavras de Gonçalves, Milanez e Wanderley (2018, p.350): “Ainda, existem medidas para aumentar a captura, pelo Estado, da renda mineral, porém, sua orientação aponta a transferência de tal renda para o setor financeiro”, através “de pagamento dos serviços da dívida pública. A essa nova variedade de neoeextrativismo, chamamos neoeextrativismo “liberal-conservador”. Fez mudanças em relação aos vários aspectos, reduzindo e tirando os debates e as pressões da sociedade.

O governo Temer buscou implementar reformas nas áreas trabalhista e previdenciária, com o objetivo de modernizar e flexibilizar a legislação, tornando o mercado de trabalho mais dinâmico e reduzindo encargos para as empresas. Além disso, houve esforços para conter os gastos públicos e implementar medidas de austeridade fiscal, visando equilibrar as contas do governo. Houve críticas de que medidas adotadas pelo governo poderiam afrouxar regulamentações ambientais e favorecer interesses empresariais em detrimento da conservação ambiental. Em resumo, o governo de Michel Temer foi marcado por uma orientação mais liberal na economia, com esforços para promover reformas estruturais e controle de gastos públicos.

Assim, diante de um quadro conjuntural de migração de um paradigma neoeextrativista “progressista” do período Lula-Dilma, para uma nova etapa caracterizada como neoeextrativismo liberal-conservador do Governo Michel Temer (MILANEZ et al., 2017), fato destacado por Gudynas (2015) também no caso geral

da América Latina, estamos certos de que a política do governo em questão no Brasil faz rugir uma espécie de “grunhido da pilhagem”. As mudanças na formatação da política mineral, com criação de Agência Nacional de Mineração, medidas provisórias, alterações e fatiamento do Código Mineral, desmantelamento dos sistemas de regulação ambiental, flexibilização da mineração em áreas de fronteiras e leilão de áreas de interesses minerários, redundam na ameaça à natureza, no favorecimento do capital privado nacional e estrangeiro, no arranjo servil às imposições das grandes companhias do setor. Isto ameaça os territórios com a fratura e a fragmentação de assentamentos rurais; a desarticulação da cultura e da produção camponesa; a criminalização de atingidos, lideranças e movimentos de resistências; o flagelo das terras indígenas e quilombolas (GONÇALVES; MILANEZ; WANDERLEY, 2018, p. 356).

O governo de Temer no âmbito ambiental enfrentou controvérsias em relação à gestão de áreas protegidas e à concessão de licenças para projetos; ênfase na redução do papel do Estado na economia e na promoção de reformas estruturais. Sendo assim houve um aprofundamento com relação à questão ambiental e social.

Entretanto, compreender as mudanças na política mineral brasileira e a expansão dos projetos de mineração, em vista das consequências e efeitos que são provocados é um desafio frente aos governos, onde os interesses do capital mineral está sempre relacionada à hegemonia econômica e política de um sistema, que “faz a pilhagem dos componentes minerais na mesma medida que esgota a saúde humana e constrói a desigualdade social como apanágio da monopolização do território e da vida” (GONÇALVES; MILANEZ; WANDERLEY, 2018, p 356).

Em outras palavras, a exploração desenfreada e excessiva dos recursos minerais está ocorrendo simultaneamente ao comprometimento da saúde das pessoas. Isso pode se referir a problemas de saúde causados pela exposição a substâncias tóxicas resultantes da extração mineral, como poluição do ar, água e solo. Assim também, contribuindo para a desigualdade social ao permitir que um grupo ou entidade monopolize o controle do território e dos recursos naturais. Isso pode levar a uma concentração de riqueza e poder nas mãos de poucos, enquanto a maioria enfrenta desvantagens e marginalização.

Em resumo, precisa-se denunciar uma situação em que a extração excessiva de recursos minerais não apenas prejudica a saúde das pessoas, mas também contribui para agravar a desigualdade social ao permitir que alguns controlem os recursos e a vida das pessoas em detrimento de muitos outros.

Já no fim do governo de Michel Temer e início Jair Bolsonaro, houve um crescente desfinanciamento da política de assistência social e o sucateamento de benefícios, programas, projetos e serviços que atendem a população pauperizada, retrocessos nas políticas sociais, como a extinção do Programa Bolsa Família. A prioridade dos financiamentos era para o

Ministério da Defesa (em gasto com as forças armadas), retirando recursos necessários para assegurar os direitos da classe trabalhadora.

Percebe-se que o governo de Michel Temer que não só atacou a política de assistência como um conjunto de direitos e políticas que foram conquistados pela classe trabalhadora, ou seja, um retrocesso naquilo que com muita luta a classe conquistou. Um exemplo disso foi a Emenda Constitucional 95/2016 que diz sobre o congelamento por vinte anos do investimento em políticas sociais, de saúde e educação.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC 32/2020), fala de uma Reforma Administrativa e como consequência desestruturou o sistema público na garantia de direitos. Dessa forma, tem-se uma contrarreforma proposta pela extrema-direita na qual fortaleceu projetos que alimentam o capital, retirando direitos da classe trabalhadora. Ou seja, uma reorganização do Estado para atender às necessidades do capital, atacando os direitos conquistados pela Constituição Federal de 1988. Portanto, estamos falando de uma política totalmente ultraneoliberal, que tem como objetivo a privatização e a venda das empresas públicas em nome do capital financeiro internacional através da reforma administrativa.

O governo Bolsonaro-Mourão representa esse projeto e cumpre a tarefa de recuperar os lucros dos banqueiros/as, latifundiários/as, grileiros/as e grandes empresários/as, consolidando a transferência dos recursos do fundo público dos/as trabalhadores/as para a elite, por meio de medidas como retirar direitos, dismantelar as políticas sociais, desregulamentar e precarizar o trabalho. Além disso, esse governo põe em risco a nossa soberania nacional, por suas ações antinacionais, antipopulares e antidemocráticas, que concretizam uma relação subalterna e entreguista, particularmente na sua relação com os EUA (CARTA DE BELÉM, 2019, p1).

Sabemos que a ordem econômica e política a partir dos anos 2000 é sustentada pelo *boom das commodities*. Ou seja, o *boom* internacional de baixos preços de matéria prima e bem de consumo que foram demandadas pelos países desenvolvidos. Percebe-se que o neoextrativismo traz impactos sociais e ambientais. A mineração consegue moldar a economia dos territórios onde estão, os governos passam a governar a partir do sustento da mesma, apoiando as legislações vigentes. Conseguem ser legitimados pelo poder estatal na qual prioriza a exportação de *commodities*, visando o que os governos chamam de “desenvolvimento”. Assim, o neoextrativismo gera um complexo processo de *violência das afetações*, conforme destaca o grupo PoEMAS (2018, p.2),

Como uma espécie de corolário desse consenso, Zhouri, Bolados e Castro (2016) chamam atenção para um complexo processo de ‘violência das afetações’ colocado em prática pelo neoextrativismo. Esse processo compreende uma série de dinâmicas interligadas, as quais são definidas fora da localidade, por mercados mundiais, mas que encontram materialidade nos territórios. Fundamentalmente, as ‘violências das afetações’ implicam em expropriação, na destruição de biomas e ecossistemas, na eliminação das economias locais e regionais, assim como na aniquilação dos modos

de ser, fazer e viver territorializados. As afetações ao meio ambiente e às comunidades são refletidas ainda nas violações das normas – construídas e pactuadas em níveis nacional e internacional – e na distorção dos mecanismos de participação política consolidados nos períodos pós-ditatoriais em diferentes países do continente latinoamericano. (MILENEZ, WANDERLEY, MANSUR, PINTO GONÇALVES, SANTOS, COELHO, 2016, p.7 *apud* ZHOURI e OLIVEIRA, 2018, p.2)

O rompimento da barragem de Fundão da Samarco (Vale S&A e BHP Billinton) no município de Mariana-MG em 5 novembro do ano de 2015, assassinou vinte pessoas, sendo estes trabalhadores da empresa (14) e moradores (6) do distrito Bento Rodrigues, dentro desses 20 um aborto. Além da degradação ambiental que afetou a Bacia do Rio Doce, de Minas Gerais até o estado do Espírito Santo.

A tragédia de Mariana é inesgotável em exemplos, do mito da bonança ao progresso inevitável, numa desmesurada relatividade de que tudo pode ser recompensado. A mineração é destruição e desperdício, seja da forma que for, tudo é sucumbido pela lógica da “produção em rodagem perpétua”, ou seja, minas sendo exauridas 24 horas diariamente, determinando uma crise entre o trabalho e a máquina - que o substitui crescentemente para aumentar o volume de produção; a natureza como fonte de acumulação primitiva sendo moída por sistemas mecanizados tendo o lucro máximo como alvo e uma população ao redor refém de promessas, subjugada por uma riqueza apenas imaginável, não tangível (MILENEZ, WANDERLEY, MANSUR, PINTO, GONÇALVES, SANTOS, COELHO, 2016, p.7).

Em 2019, novamente ocorreu outro rompimento de barragem (Brumadinho). Classificado como um dos maiores desastres social e ambiental do mundo, este acontecimento foi provocado pela empresa Vale S.A. uma das maiores mineradoras do país, no município de Brumadinho (MG), o que trouxe como consequência a morte de 272 pessoas (funcionários da empresa, trabalhadores terceirizados, moradores do entorno), afetando os municípios e as populações ao longo da Bacia do Rio Paraopeba até chegar ao rio São Francisco.

Com o rompimento da barragem de Fundão em Mariana (Samarco-Vale-BHP) em 2015 e um pouco mais de três anos o de Brumadinho (2019), duas catástrofes foram provocadas pela mineração, dois crimes em pouco tempo, onde perderam várias vidas em decorrência da política de mineração. Assim, após esses dois crimes, profissionais ambientalistas, pesquisadores e atingidos intensificaram suas críticas sobre os perigos e as decorrentes consequências da política ambiental desregulada, que não assegura e nem garante segurança de vida para as pessoas e trabalhadores, assim como uma segurança ambiental.

Apesar dos dois rompimentos terem sido compreensivelmente o centro das atenções da sociedade brasileira para o debate acerca da mineração, o problema da atividade mineradora é mais amplo e complexo. São centenas de barragens, minerodutos, pilhas de estéril, minas, usinas, ferrovias, portos e outras infraestruturas com efeitos perniciosos sobre os trabalhadores e as populações. A chave para compreender essa estrutura geradora de rejeitos e mortes está no aparato institucional e econômico que

organiza a atividade mineradora no Brasil. O rompimento da Barragem I, em Brumadinho, é efeito sistêmico de um tipo de organização da mineração no país, e não um caso isolado. Desde 2001, com o rompimento da barragem da Mineração Rio Verde, em Nova Lima, foram oito grandes rompimentos de barragens de rejeitos de mineração em Minas Gerais (Milanez et al., 2019). O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) destacou que das 425 barragens de mineração inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), 56 têm problemas de estabilidade, sendo que 36 estão localizadas em Minas Gerais (Lei A, 2019 *apud* COELHO; TROCARTE, 2020, p.97).

Contudo, no âmbito da esfera federal nada se alterou na política de desmonte dos órgãos ambientais e nem mesmo em discursos anti-ambientalistas, fortalecendo o foco em projetos pró-expansão da mineração durante o governo Bolsonaro. Diante dessa conjuntura, é urgente discutir o trabalho de Assistentes Sociais frente às “expressões da questão social” agravadas e intensificadas que surgem diante desses crimes.

De acordo com as mudanças que têm acontecido ao longo da história, o trabalho de assistentes sociais é atravessado pelas contradições em relação às demandas impostas a ele e às condições postas ao exercício profissional. As políticas sociais e as instituições que as/os profissionais atuam apresentam-se cada vez mais sufocadas por causa das privatizações, do enxugamento de recursos, da restrição dos direitos e da transformação em mercadoria, precarização das condições de trabalho e dos serviços prestados. É importante destacar que assistentes sociais são profissionais liberais, mas vendem sua força de trabalho por não possuírem meios e condições necessárias para efetivação desses, como outras profissões liberais, ou seja, apesar de liberais, não se trata de uma profissão autônoma.

É notório que o sistema econômico que rege as relações sociais desencadeiam novas limitações e ampliam os espaços sócio-ocupacionais. Porém, da mesma forma que possibilita o emprego em espaços novos e distintos, as exigências têm se tornado incansáveis para atender a lógica do capital. Situações essas que sobrecarregam o ritmo de trabalho em circunstâncias precárias para atuação.

Na conjuntura recente vivenciada no Brasil (governo de Temer e Bolsonaro), os desafios à profissão se agravam, diante do desmonte de direitos, e com a pandemia que iniciou no governo Bolsonaro (2019-2023). Já na atual conjuntura política que estamos vivendo, o governo de Lula III, em seus primeiros meses, se mostrou disposto a trabalhar para a reconstrução do Brasil, ainda que constituído pela contraditória frente ampla. Logo após sua posse, no primeiro dia, já anunciou medidas importantes na área do meio ambiente, da educação e da segurança pública. Reabrindo canais de diálogos, com líderes sindicais, reitores, agentes comunitários, indígenas, mulheres, movimento negro, dentre outros.

No texto intitulado “Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil”, o primeiro ponto elenca que o país “precisa resgatar a esperança na reconstrução e na transformação de um país devastado por um processo de destruição que nos trouxe de volta a fome, o desemprego, a inflação, o endividamento e o desalento das famílias; que coloca em xeque a democracia e a soberania nacional” (COLIGAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA, 2023). Com relação a atividade minerária o governo salientou:

O Brasil é um grande produtor mineral, a atividade minerária deve ser estimulada por meio de maiores encadeamentos industriais internos e compromisso com a proteção ao meio ambiente, direitos dos trabalhadores e respeito às comunidades locais. O padrão de regulação minerária deve ser aperfeiçoado e a mineração ilegal, particularmente na Amazônia, será duramente combatida (COLIGAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA, 2023, p.13).

Em nota construída por várias entidades do Serviço Social (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS, Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO), denunciemos, diante da nova proposta de Emenda Constitucional aprovada no mês de maio, o novo regime fiscal e os limites sobre os investimentos públicos diante do chamado “Novo Arcabouço Fiscal”.

A proposta do governo é uma medida substitutiva à Emenda Constitucional 95/2016 (teto de gastos), que limita os investimentos públicos por 20 anos, trazendo em sua ementa a defesa de que se trata de “um regime sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico”. Sobre isso, é necessária uma análise crítica, pois, ainda que, na apresentação deste projeto de lei, o Poder Executivo vise a instituir um novo regime Fiscal, este ajuste continua privilegiando o pagamento de juros aos credores e amortizações da ilegítima dívida pública, destinando quase metade do orçamento federal e atendendo aos interesses, principalmente, de banqueiros/as e de grandes rentistas, em vez de priorizar o atendimento das demandas sociais e expectativas das/os trabalhadoras/es (CFESS, 2023, p.1).

Entretanto, para fazer essa discussão precisamos salientar sobre as questões da dívida pública em todas as suas dimensões. Pois é dívida que aprofunda cada vez mais a carência nas políticas sociais. Segundo as entidades do Serviço Social (ABEPSS, CFESS e ENESSO), sobre a proposta do governo:

O “novo” arcabouço prevê um rebaixado teto de investimentos sociais, permitindo um crescimento real das despesas primárias de apenas 0,6% a 2,5% ao ano, condicionado também ao limite de 50% a 70% do crescimento real da arrecadação, e às metas de resultado primário. Caracteriza-se como uma articulação do governo com o setor econômico, que não busca romper com o projeto neoliberal e que captura o fundo público ao limitar os recursos para as políticas sociais e destiná-los para o pagamento de juros e encargos da dívida pública (CFESS, 2023, p.1).

Fortalecendo o neoliberalismo que afeta “diretamente na qualidade dos serviços públicos prestados e dos benefícios sociais destinados à população; nas condições de trabalho

e nos salários das/os trabalhadoras/es das diversas políticas sociais; na ausência de concursos públicos e na defasagem progressiva do salário-mínimo”(CFESS, 2023, p.2). Assim degradando as condições de sobrevivência da classe trabalhadora e contribuindo e favorecendo a classe dominante e o mercado financeiro, logo impactando profundamente na formação e no trabalho profissional de Assistentes Sociais.

Diante do exposto, o interesse pela temática deste trabalho de conclusão de curso, surgiu a partir da trajetória da pesquisadora, haja vista que a temática da mineração chama a atenção da discente por ser um tema que nos envolve cotidianamente. Além disso, foi também a partir da sua atuação como militante da Pastoral da Juventude e membra da Dimensão Sociopolítica da Arquidiocese de Mariana, que surgiram muitos questionamentos e críticas sobre a forma capitalista de minerar, e suas consequências na cidade e comunidades ao entorno. Um dos impactos que a cidade de Mariana tem vivenciado devido a dinâmica da mineração é a questão da imigração. Além das precárias situações que essa população tem vivenciado, outras expressões se materializam no alto custo em imobiliária, no aumento do custo de vida, na cidade superlotada, colaborando com o aumento da população de rua.

Durante a graduação no curso de Serviço Social, podemos entender um pouco melhor sobre o sistema capitalista, compreendendo o quanto a mineração expressa esse sistema. Ainda que o anseio sobre os assuntos que envolvem a atuação e o cotidiano do trabalho de Assistentes Sociais em territórios atingidos pela mineração seja maior, diante da falta de estudos sobre essa temática no curso de Serviço Social.

Quando se trata da mineração na região dos inconfindentes percebe-se o quão amplo é esse tema e sua importância. Sabe-se que a mineração é uma significativa fonte de renda familiar para muitos habitantes da cidade e municípios vizinhos, além de suma relevância para o andamento e desenvolvimento da própria cidade. Entretanto, deve-se reforçar a importância da luta por um outro sistema de mineração. Posto isso, essa tese teve como objetivo entender a dinâmica do trabalho de assistentes sociais nos territórios mineradores, a partir da análise de artigos dos maiores eventos científicos dessa categoria no país.

Pensar nesse tema para a profissão é de suma importância, pois o assunto pode contribuir na defesa e garantia de direitos da classe trabalhadora e da população que é atingida pela mineração. Assim, para um exercício profissional que corresponde à altura do que podemos oferecer temos que estar articulados com o projeto ético político (PEP) do serviço social. Em vista disso, precisa-se reconhecer que a mineração está ligada à questão ambiental, e a expressão da “questão social”.

Durante o período de graduação, tive a oportunidade de participar de um projeto de iniciação científica-IC, cujo tema foi: “O trabalho do assistente social em territórios atingidos pela mineração/barragens: estudo sobre a produção de área”. O objetivo deste trabalho foi “analisar a produção teórica do Serviço Social brasileiro sobre mineração/barragens a fim de identificar as tendências teórico-metodológicas”. A partir do rompimento da barragem do fundão no município de Mariana/MG (2015) que “escancarou o caráter predatório da mineração no Brasil, cujas determinações podem ser explicadas a partir da dinâmica dos períodos do *boom* e *pós-boom* das *commodities* minerais que tiveram início nos anos 2000” (SANTOS; HORST, 2022, p.7).

Como resultado da iniciação científica, “não encontramos nenhum estudo, nenhum trabalho que trata-se sobre o trabalho profissional de assistentes sociais junto aos atingidos pela mineração. E, particularmente, o impacto dessa dinâmica para a nossa profissão e para os usuários”. Assim, “acreditamos que esse dado nos provoca a refletir sobre o impacto para a qualidade do trabalho prestado, quando não há bibliografias para consultar, refletir e planejar o trabalho profissional.” (SANTOS; HORST, 2022, p.30).

Mariana é uma região onde a mineração é a base para a sobrevivência da cidade, sendo assim temos que pensar, analisar e questionar sobre como os Assistentes Sociais devem intervir compromissados com a classe trabalhadora diante dos interesses da empresa, dos trabalhadores e da comunidade que é afetada.

Acreditamos que não é tarefa fácil à articulação do profissional entre interesses contraditórios da instituição empregadora e os seus usuários, porém o assistente social tem todo um saber que lhe permite mediar essas relações sem, no entanto ferir os direitos e reafirmar e endossar a luta do Serviço Social em favor da classe trabalhadora. Também inferimos que por ser um trabalhador assalariado e tendo, portanto uma autonomia relativa, o assistente social encontra na instituição limites que dificulta o seu fazer profissional e muitas vezes por carência de uma análise crítica da prática profissional, ele acaba reproduzindo a lógica da instituição empregadora (GONÇALVES; BRANDÃO, 2016, p 133).

De acordo com o Código de Ética Profissional do Serviço Social pode se afirmar que os princípios ético-políticos como: posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, como também a garantia da democratização.

Dessa forma, a categoria de assistentes sociais se posiciona contrária ao desmonte das políticas sociais, em especial das políticas socioambientais, que se tornaram foco de um projeto societário que prioriza interesses econômicos em detrimento da vida. Reiteramos o nosso compromisso com um projeto profissional e societário contra-hegemônico, que se opõe à exploração capitalista e todo tipo de opressão, exploração e dominação (CARTA DE BELÉM, 2019, p.1).

A relevância social desse trabalho se volta para a construção de argumentos que mostrem a importância da pesquisa para a sociedade, ou seja, contribuir para a construção de benefícios para modificar a realidade estudada, atendendo as demandas sociais. Assim sendo, acredita-se que o presente trabalho se faz relevante não somente para as/os Assistentes Sociais, mas para toda uma sociedade, descaracterizando a profissão de cunho assistencialista impostos pela sociedade. E também não só como uma profissão que vai “resolver” as questões só após as situações de calamidade, sendo elas os desastres ou crimes ambientais, assim como os impactos sociais gerados a partir dessas situações. Mas, como uma profissão que pode contribuir para a prevenção, no planejamento, construção de ações, no diálogo e debate sobre propostas que busquem viabilizar o acesso aos direitos da classe trabalhadora.

Segundo o “CFESS Manifesta sobre o trabalho de Assistentes Sociais” em situações de calamidades é preciso enfrentar o trabalho feito pelo imediatismo, onde não se pensa em construir frentes de trabalho que colaborem para a prevenção diante de possíveis crimes ou calamidades, colocando os profissionais como aqueles que vão resolver todos os problemas gerados pelas situações de calamidade, e não nos reconhecendo como uma categoria que tem a capacidade de planejar, elaborar ações de contingência, prevenção aos possíveis desastres e crimes.

É preciso pensar nas intervenções de assistentes sociais não somente na execução, mas em todo processo de planejamento, elaboração e execução. A categoria tem condições de contribuir na prevenção das situações de calamidade, gerar conhecimento sobre os riscos, construir respostas e frentes que busquem a viabilização do acesso a direitos diante das calamidades, assim como atuar na recuperação e reconstrução dos territórios, impactando social e culturalmente nas vidas das pessoas afetadas. Ou seja, trabalhar na construção de respostas, mas também nas respostas posteriores aos impactos. Para isso, são necessárias condições éticas e técnicas asseguradas pelos serviços e políticas sociais. É nessa direção que é preciso defender a continuidade das ações, visando a enfrentar a realidade vivenciada após o momento de emergência, quando a mídia para de noticiar, o imediato passa e a realidade dos sujeitos e da família permanecem. O que se observa é a sobrecarga das equipes e dos serviços – já que as expressões da “questão social” se agravam e mais famílias precisam das políticas sociais. E as demandas ocasionadas pelas situações de calamidades, em sua maioria, não foram atendidas, quando muito, apenas parte das demandas. (CFESS, 2022, p.4).

Por fim, a relevância científica. Durante a pesquisa de iniciação científica notou-se que as pesquisas sobre mineração no âmbito do serviço social são muitas, mas as que fazem a mediação com o exercício profissional são raras, conforme veremos no universo de análise abaixo, não contribuindo diretamente para a atuação de profissionais nessas áreas.

As experiências junto aos profissionais da região, junto às supervisoras de estágio em Serviço Social, as narrativas das/os discentes inseridas nos diversos campos e na dinâmica das cidades vem indicando os desafios que a profissão tem encontrado para responder às novas demandas advindas da dinâmica da mineração. Por isso, é essencial pesquisas que desvendam e aprofundam – com vistas a construir subsídios que orientem a formação e o trabalho – o trabalho profissional de assistentes sociais

frente às novas demandas e dilemas emergentes nos territórios atingidos por barragens/mineração (SANTOS, HORST, 2022, p.10).

Durante o caminho percorrido na IC, identificou-se que não existiam até aquele momento produções teóricas que abordam a mineração com o trabalho profissional. Foram encontrados trabalhos em que se tem a mineração como foco, assim fazendo uma análise crítica, utilizando de teóricos marxistas, em vista da nossa direção profissional (fundamentos teórico-metodológicos). Porém,

Não encontramos *nenhum estudo*, nenhum trabalho que trata sobre o *trabalho profissional de assistentes sociais junto aos atingidos pela mineração*. E, particularmente, o impacto dessa dinâmica para a nossa profissão e para os usuários. Acreditamos que esse dado nos provoca a refletir sobre o impacto para a qualidade do trabalho prestado, quando não há bibliografias para consultar, refletir e planejar o trabalho profissional. Ou seja, é uma urgência que as profissionais do serviço social brasileiro avancem na elaboração de reflexões sobre as mediações presentes entre os territórios atingidos pela mineração e o trabalho profissional, com vistas a garantir o que está previsto no código de ética profissional, pelo menos quando se trata do “compromisso com o constante aprimoramento intelectual”; “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”. Ainda que, conforme podemos identificar, boa parte das produções foram realizadas por assistentes sociais e/ou em programas de pós-graduação em Serviço Social. E com temáticas essenciais para desvendar a realidade bem como pensar estratégias no trabalho profissional, como alguns trabalhos sobre a atuação dos movimentos sociais, em especial o MAB junto às comunidades para a defesa de suas vidas, de seus direitos (SANTOS; HORST, 2022, p.30).

Apresentado a problematização inicial do tema e objeto desenvolvido ao longo do trabalho, passaremos então a apresentação dos objetivos da pesquisa.

OBJETIVO GERAL:

Analisar o trabalho de assistentes sociais em territórios atingidos pela mineração e/ou barragens a partir dos artigos publicados nos Anais do CBAS e ENPESS, a fim de identificar as estratégias para o exercício profissional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Analisar a dinâmica da mineração predatória a fim de identificar os impactos nos territórios.
2. Analisar os cinco artigos publicados sobre mineração e serviço social nos anais do ENPESS e CBAS, a partir de 2016, a fim de identificar estratégias construídas para o trabalho de assistentes sociais.
3. Contribuir para a construção de respostas profissionais na perspectiva do Projeto Ético-Político.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi elaborada a partir de reflexões construídas durante o período da graduação, principalmente na pesquisa da Iniciação Científica. Neste contexto, trazendo para as análises, estudos e diálogos, através do método materialista histórico dialético, que nos proporcionou as análises críticas da realidade, através do capitalismo e as relações sociais que são construídas, aqui nesse trabalho, pela estrutura do extrativismo mineral nos territórios.

O método materialista histórico dialético exige a análise da sociedade como um todo a partir do pressuposto da história. Sendo fundamental no campo da investigação na pesquisa social.

Marx apropria-se das categorias que emanam da realidade e volta a ela utilizando-as para explicar o movimento de constituição dos fenômenos, a partir de sucessivas aproximações e da constituição de totalizações provisórias, passíveis de superação sistemática, porque históricas. Nesse processo de apreensão, o autor considera fundamental dar visibilidade às contradições inclusivas que o permeiam e às transformações ocorridas no percurso, transformações estas que resultam de múltiplas determinações, cuja análise interconectada amplia a possibilidade de atribuir-se sentidos e explicações à realidade (PRATES,2012, p.116).

Segundo Prates (2016), a pesquisa para o Serviço Social se caracteriza por propor intervenções que se baseiam em uma análise crítica da realidade, a partir de um estudo profundo da conjuntura que envolve os contextos presentes, assim como os sujeitos, instituições, grupos, entre outros. Ou seja, uma “pesquisa social que é uma das atribuições profissionais, sendo também fundamental na formação” (ABEPSS, 1996).

O materialismo histórico compreende a sociedade e a história a partir de aspectos materiais e econômicos da vida social. Portanto essa abordagem, se sustenta nas relações de produção e nas forças produtivas que são determinantes para a estrutura social e econômica da sociedade. Portanto, quando abordamos o referencial dialético crítico temos como objetivo também responder ao problema teórico-prático, pois o caráter interventivo é constitutivo com a finalidade de uma transformação do real. Assim, esse trabalho caminhará na perspectiva de análise crítica da sociedade e da realidade, ou seja, que abrange “as relações de produção da vida material, as dimensões objetivas e subjetivas, o movimento contraditório de constituição dos fenômenos sociais.”

O método dialético implica sempre em uma revisão e em uma reflexão crítica e totalizante porque submete à análise toda interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo. Traz como necessidade a revisão crítica dos conceitos já existentes a fim de que sejam incorporados ou superados criticamente pelo pesquisador. Trata-se de chegar à essência das relações, dos processos e das estruturas, envolvendo na análise também as representações ideológicas, ou teóricas construídas sobre o objeto em questão. É, portanto, um estudo aprofundado sobre a produção do conhecimento que envolve concretamente o objeto, e uma análise revolucionária porque a interpretação crítica do objeto adere a ele destrutivamente (IANNI, 1988). Desse modo, o conhecimento da realidade não é apenas a simples transposição dessa realidade para o pensamento, pelo contrário, consiste na reflexão crítica que se dá a partir de um conhecimento acumulado e que irá gerar uma síntese, o

concreto pensado (QUIROGA, 1991). Convém enfatizar que o pensamento tem que estar em constante diálogo com o real, isto é, as categorias são apreendidas a partir da realidade, da observação empírica do movimento histórico concreto (LIMA; MIOTO, 2007, p.39).

Essa pesquisa trata-se de uma pesquisa bibliográfica qualitativa que “implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA e MIOTO, 2007, p.38). Assim, os nossos critérios e procedimentos vão permitir a construção pela busca do nosso objeto de estudo, através da bibliografia escolhida, analisando a realidade de forma ampla que perpassa todas as determinações e relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

A classificação desse estudo como qualitativo se deve ao fato de apresentar sistematizações a partir das análises de conteúdo que são os artigos. Em suma, essas sínteses produzidas e a utilização das bibliografias estão de acordo com o nosso Código de Ética e pela lei que regulamenta a profissão, ou seja, a pesquisa se orienta pelos princípios éticos do Código de Ética.

As buscas foram realizadas nos anais dos dois maiores eventos da profissão no Brasil: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS). Por meio das palavras chaves: *Mineração, Barragens, Rompimentos de Barragens e Atingido/a*, foram selecionados todos os artigos que continham essas palavras no *título e/ou palavras chaves*. Após uma primeira aproximação ao material, realizou-se uma nova seleção com vistas a definir o universo da análise, qual seja: os artigos que discutem o trabalho profissional de assistentes sociais.

Foram consultados os anais das edições de 2018 e 2022 do **Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social** (ENPESS). Em 2018, buscamos nas modalidades: Mesas Temáticas Coordenadas que possui o total de 20 trabalhos. Com as palavras-chaves: mineração, barragens, rompimentos não encontrou-se nenhum artigo. E atingidos foram cinco (5) trabalhos. Na modalidade apresentações orais, que possuem o total de 899 trabalhos e na apresentação em forma de pôster, que possuem o total de 80 trabalhos, mineração, barragens, rompimentos e atingidos não encontrou-se resultados.

Em 2022, buscamos nas modalidades: Mesas Temáticas Coordenadas que possui o total de 25 trabalhos e nas apresentações orais que possuem o total de 619 trabalhos. ‘Mineração’, ‘barragens’, ‘rompimentos’ e ‘atingidos’ não encontramos nenhum resultado. Apresentações em forma de pôster, que possuem o total de 74 trabalhos, utilizando as palavras-chaves: ‘mineração’, ‘barragens’ e ‘rompimentos’ sem resultados e a palavra-chave: atingidos

encontrou-se um (1) artigo. Assim, nos dois encontros foram identificados seis (6) artigos para análise.

Em relação ao **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)**, pesquisamos os anais das edições de 2016, 2019 e 2022. Em 2016, na busca universal em todas as

N	Evento	Autor/a	Título	Ano	Palavras	Resumo
1	ENPESS https://www.enpeess.org.br/nais/publicarquivos/00634.pdf	Thatiele Monic Estevão	O Trabalho De Assistentes Sociais Nas Técnicas Independente Aqs Atingidos Pela Barragem De Fundação Reflexões Sobre A Formação Profissional	2022	Formação profissional Trabalho Assessoria Técnica Independent e.	nenhum trabalho com as temáticas ‘mineração’, ‘barragens’, ‘rompimentos’, ‘atingidos’. Em 2019, realizou-se a busca de maneira universal em todas as modalidades, não sendo informado o número total de artigos. Nas palavras ‘mineração e atingidos’ foi encontrado um (1) trabalho em cada uma das palavras ‘barragens’ e ‘rompimentos’ não foram encontrados resultados. Em 2022, na busca de maneira universal em todas as modalidades, que somam 293 trabalhos, encontrou-se nas palavras ‘mineração’ e ‘atingidos’, um (1) trabalho em cada, ‘barragens’ e ‘rompimentos’ não foram encontradas. Totalizando no final quatro (4) artigos para serem analisados. Desse montante de trabalhos, dez (10), analisamos os resumos e verificamos os títulos e palavras-chaves dos artigos, buscando identificar quais discutiam o exercício profissional de assistentes sociais. Assim, restaram apenas quatro (5) trabalhos
2	Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social	Adriana Soares Dutra	Outras Perspectivas Para O Exercício Profissional De Assistentes Sociais Na Gestão De Desastres	2018 a	Gestão de Desastres; Serviço Social; Defesa Civil; Exercício Profissional.	Historicamente voltado para o atendimento da população após a ocorrência de impactos, o exercício profissional de assistentes sociais nos desastres mantém-se reforçando características presentes desde a sua gênese, como o caráter subalterno e a ênfase na dimensão técnico-operativa, desvinculada das demais dimensões profissionais. O presente artigo constitui-se de uma breve apresentação dos

						resultados alcançados no processo de doutoramento que, ao demonstrar estes traços, propõe contribuir para sua alteração, buscando maior alinhamento entre as ações desenvolvidas por assistentes sociais na gestão de desastres e o projeto ético-político que vem sendo construído por segmentos da categoria desde as últimas décadas do século XX.
3	16º CBAS https://br.oseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/884	Gislane Santos Lima Reis ; Regina Maria da Silva; Simone Gomes da Silva de Castro	A Atuação Do/A Profissional De Serviço Social Frente Ao Rompimento Da Barragem De Fundão Em Mariana-Mg	2019	Questão Ambiental. Barragem. Serviço Social.	A questão ambiental na relação que o capital estabelece com o meio ambiente é uma temática que o serviço social precisa se apropriar. Assim, este artigo apresenta uma reflexão sobre a atuação do(a) profissional de Serviço Social após o rompimento da barragem de resíduos de minério no município de Mariana-MG. O percurso metodológico utilizado foi a pesquisa bibliográfica e documental.
4	XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS	Taciane Couto Gonçalves Veronica Medeiros Alagoano	A Mobilização Popular Na Experiência De Assessoria Técnica Às Pessoas Atingidas Pelo Rompimento Da Barragem De Fundão	2022	Assessoria Técnica. Serviço Social. Mobilização popular. Rompimento da barragem de Fundão.	Neste artigo registraremos alguns aspectos sobre o trabalho de assessoria técnica independente (ATI) implementada na cidade de Barra Longa para acompanhar a população atingida pelo rompimento da barragem de rejeitos da Vale/Samarco/ BHP Billiton. O objetivo é incorporar ao debate teórico sobre assessoria no Serviço Social alguns determinantes da realidade concreta. O trabalho da ATI foi uma experiência singular e de referência, que traz muitos elementos para se pensar na assessoria dentro do Serviço Social e a importância da reaproximação da profissão com a Educação Popular, bem como na sua contribuição em processos de mobilização e politização popular.
5	CBAS 16 Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais	Virgínia Alves Carrara; Cristiane Silva Tomaz; Alba Barreto Barboza de França; Adriana de Andrade Mesquita; Claudio Henrique Miranda Horst; Fernando Bastiteli Carlos Mateus; Andreza Caroline de Ataides; Thayná da Costa Machado; Rosilene Isabel Ferreira; Kátia Janaína Santana	UMA REFLEXÃO SOBRE A REALIDADE DO TRABALHO DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS DA MICRORREGIÃO DOS INCONFIDENTES	2020	Formação continuada; Serviço Social, Extensão; Instrumentalidade; Teoria-Prática.	Apresenta-se a sistematização das atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão: A Relação Teoria-Prática e o Tratamento do Instrumental Técnico-Operativo no PEP do Serviço Social: a proposta do projeto, as ações realizadas, os desafios identificados pelas/os assistentes sociais no cotidiano socioinstitucional, concluindo a importância da universidade na formação continuada.

O trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo intitulado “Capitalismo, Mineração e os Rompimentos de Barragens”, desenvolvemos sobre o capitalismo na sociedade, como um fio condutor para a extração do minério e suas consequências e impactos para as regiões mineradoras, principalmente na cidade de Mariana-MG. E como aguçou as expressões da “questão social”.

No segundo capítulo, intitulado: O Trabalho Profissional de Assistentes Sociais na Contemporaneidade, foi elaborada uma síntese do surgimento do Serviço Social e seus fundamentos para a compreensão da formação e do seu exercício profissional nos dias atuais. Nessa abordagem, foi realizada uma crítica da concepção do trabalho da assistente social frente aos conflitos ambientais e diante das situações de emergência e calamidade, refletindo os desafios e possibilidades encontrados no exercício profissional de assistentes sociais

Já no terceiro capítulo: Aproximações Ao Trabalho De Assistentes Sociais Em Territórios Atingidos Pela Mineração A Partir Do ENPESS E CBAS, nós apresentamos os artigos em análise, logo em seguida os pontos principais de cada um abordando o trabalho em situações de emergência ou calamidade, e o trabalho dos assistente social na equipe técnica, finalizamos com a síntese utilizando das três dimensões do trabalho profissional.

CAPÍTULO 1: CAPITALISMO, MINERAÇÃO E OS ROMPIMENTOS DE BARRAGENS

O sertão vai virar mar; É o mar virando lama; Gosto amargo do Rio Doce; De Regência a Mariana... Quantas famílias com sede, quantas panelas vazias? Quantos pescadores sem redes e sem canoas? Quantas pessoas sofrendo... Morreu debaixo da lama, morreu debaixo do trem? Ele era filho de alguém, e tinha filho e mulher? Isso ninguém quer saber, com isso ninguém se importa... Parece que essas pessoas não têm valor; São tão pequenas e fracas, deitando em camas e macas; Sobrevivendo, sentindo tristeza e dor... (Gabriel O Pensador, 2016).

O objetivo do presente capítulo é analisar a dinâmica da mineração predatória a fim de identificar os impactos nos territórios como os rompimentos, mediado pelos elementos concretos da formação sócio histórica de Mariana. Ele está organizado em dois tópicos, o primeiro aborda os elementos do capitalismo e o segundo traz um pequeno resgate histórico da formação social de Minas Gerais e Mariana, que tem base na extração do ouro e posteriormente do minério, como uma das consequências para o rompimento da barragem de Fundão.

1.1 Capitalismo e Mineração

O capitalismo é um sistema econômico que se baseia na propriedade privada dos meios de produção, na exploração da classe trabalhadora e na busca pela mais-valia. Para que o capitalismo permaneça é necessário a exploração. Sendo o capitalista o detentor dos meios de produção, que contrata trabalhadores para produzir bens de consumo e serviços. Esse valor que é criado pelo trabalhador é bem maior que o salário que ele recebe.

Em uma sociedade capitalista que interliga o trabalho com as suas relações de existência, faz com que o ser social seja preparado para ser inserido em um campo de disputa, no qual é transferido toda a sua vitalidade para assistência do Capital. Se tratando especificamente desse modo de produção, essa dinâmica orienta e se relaciona na construção interpessoal do indivíduo, fazendo com que ele se organize diante das exigências impostas.

Nesse processo, o sujeito passa por uma transformação que interfere em sua relação com outros componentes que constituem a sociedade e conseqüentemente sua subjetividade. O capitalismo se reproduz sem atender as necessidades humanas. Em contrapartida, vivemos numa formação social liderada pelo neoliberalismo, cada vez mais estamos propensos a agir de uma maneira própria, essas circunstâncias contribuem para a sobrecarga de tarefas e a insatisfação do campo de trabalho.

O Modo de Produção Capitalista, no qual estamos a observar, se reproduz a partir de um conjunto de relações postas que se dão em torno do trabalho. Relações essas marcadas pelas classes sociais, em última instância, burguesia e proletariado. Que, de acordo com Marx e Engels, no Manifesto do Partido Comunista, são fundamentais e antagônicas. A burguesia, é a classe dominante, possui a propriedade privada dos meios produção, dominando não só a produção material, espiritual e cultural da vida, mas todas as relações de trabalho. E ao proletariado, resta vender a única coisa que possui, sua força de trabalho, vivendo em condições como assalariado.

A produção de mercadorias é dividida em duas partes sendo elas: a produção de valor (tempo de trabalho socialmente necessário) e a produção de mais-valia (valor criado pelos trabalhadores e o valor pago na forma de salário). Podemos perceber também que durante o processo produtivo se tem o capital constante e variável que deixa em evidência a mais valia. Assim, o capital constante consiste no capital investido na compra dos meios de produção (máquinas e materiais) e o capital variável é o investido na contratação dos trabalhadores, ambos integrados para a produção de bens de consumo e serviços. Essa relação entre capital constante e variável é a questão a ser analisada na teoria do valor e da exploração.

Vale ressaltar que o produto do processo produtivo se decompõe em 3 partes: a) uma quantidade que só representa o trabalho contido (e transferido) nos meios de produção (representa o valor capital constante); b) outra onde só figura o trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho (representa o valor do capital variável); c) e uma terceira que só representa o trabalho excedente (a mais valia). (SIQUEIRA,2011, p 213)

Nas palavras de Marx, a busca pelo lucro faz com que os capitalistas invistam em tecnologia, aumentando assim a produtividade do trabalho, ou seja, a concentração de capital nas mãos de poucos. Resultando em crises de superprodução, que é quando a oferta de bens e serviços excede a demanda.

Uma vez estabelecidos seus privilégios de poder sobre as outras classes, a classe dominante trata sempre se usar o Estado para garantir o seu lugar de dominação. O surgimento e desenvolvimento do Estado em todos os momentos vem das condições econômicas. Esse modelo econômico se estabeleceu com suas contradições (divisão de classes, propriedade privada) e para se manter é necessário meios para se produzir e reproduzir.

É sabido que o Ser Social se constitui e se reproduz a partir das relações sociais, que são estabelecidas na sociedade em cada momento histórico. Que de acordo com Netto (2012) é fundamental para a compreensão da profissão do assistente social. Assim, a profissão da assistente social busca intervir nas relações sociais, com o objetivo de contribuir para a

superação das desigualdades e das injustiças sociais, viabilizando o acesso aos direitos e a ampliação da cidadania, na perspectiva da transformação social.

O Ser Social começa a se desenvolver pela mediação com o trabalho, a partir da sua relação com a natureza, todo seu processo de construção e criação de novas necessidades.

[...] o trabalho não transforma apenas a matéria natural, pela ação dos seus sujeitos, numa interação que pode ser caracterizada como o metabolismo entre sociedade e natureza. O trabalho implica mais que a relação sociedade/natureza: implica uma interação no Marco da própria sociedade, afetando os seus sujeitos e a sua organização. O trabalho, através do qual o sujeito transforma a natureza (e, na medida em que é uma transformação que se realiza materialmente, trata-se de uma transformação **prática**), transforma também o seu sujeito: foi através do trabalho que, de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos - numa espécie de salto que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o **ser social** (NETTO; BRAZ, 2012, p.46, grifos dos autores).

O trabalho é considerado uma atividade fundamental para a existência humana e para a produção dos meios de subsistência. Sendo o trabalho uma atividade natural do ser humano. O trabalho na sociedade capitalista é visto como uma mercadoria, sendo os trabalhadores instrumentos de produção. Assim, alienando-os do seu trabalho e de si mesmo, fazendo com que aconteça a desumanização dos indivíduos.

O indivíduo inserido no mercado de trabalho cria relações de troca, assim contribuindo para o crescimento da riqueza da burguesia e não se apropriando do que ele produz. Esse processo de produção que predomina nossa sociedade faz com que o trabalhador não se reconheça como parte dela e conseqüentemente faz com que perca a sua liberdade, assim tornando-se apenas força de trabalho para o Capital, portanto, vivenciando as dinâmicas de alienação e coisificação. Marx (1989, p. 148.) trata da alienação do trabalho, partindo de uma constatação muito concreta: no capitalismo, diz ele, “o trabalhador fica mais pobre em função da riqueza que produz, cria mercadorias e se torna - ele mesmo – uma mercadoria como outra qualquer”.

Portanto, partimos da constatação de que o trabalho (a relação orgânica com a natureza, a transformação da matéria-prima em produto, das mais variadas formas, utilizando os mais distintos meios, instrumentos e ferramentas) é fundamental para vida humana e a apropriação do excedente desse trabalho é a condição de sobrevivência da sociedade capitalista. Por conseguinte, a força de trabalho não pode ser descartada, pois é fonte de valor. Na medida em que há o avanço das forças produtivas, há uma crescente diminuição da necessidade do capital variável. A redução relativa da parte variável do capital assume a aparência de um crescimento absoluto da população trabalhadora muito mais rápido que o do capital variável ou dos meios de ocupação dessa população. Mas a verdade é que a acumulação capitalista tende a produzir uma população trabalhadora supérflua, isto é, que ultrapassa as necessidades médias de expansão do capital, tornando-se, desse modo, “excedente”

(SIQUEIRA,2011,

p.214)

O movimento capitalista não se esgota na produção. Inicialmente se adquire meios de produção e força de trabalho para produzir mercadorias, dessa forma o capital monetário se transforma em capital produtivo, assim constituindo a rotação do capital, onde o capitalista tem o interesse em reduzir ao máximo o tempo de rotação de forma a fazer investimentos no menor tempo de espaço, visando o lucro em cima da exploração realizada sob as classes trabalhadoras. Em busca de obter mais capital para produzir a mais-valia, há uma tendência de concentração de produção, na qual o capitalista acumula uma massa de capital cada vez maior.

Na medida em que o lucro é a força motriz da produção capitalista, compreende-se que o que interessa ao capitalista é a produção de mais-valia. Pode-se mesmo afirmar que, no MPC, o que mobiliza a produção é a produção de mais-valia, que constitui a forma típica do excedente econômico nesse modo de produção. Ora, sem o capital constante (o trabalho morto), é impossível produzi-la, o capital constante é uma condição necessária para produzir mais-valia; porém, não é, nem de longe, condição suficiente – esta é representada pela força de trabalho (que devemos designar por trabalho vivo): a mais-valia é criada exclusivamente por ela. Assim, o capital não explora capital constante (os meios de produção, o trabalho morto) – explora a força de trabalho, o trabalho vivo. Por isso, o capital foi comparado por Marx ao vampiro: só existe “sugando trabalho vivo e [...] vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga (NETTO; BRAZ, 2012, p. 115).

Aqui também tem a concentração do mesmo, havendo uma união de capitais já existentes. Quando se cria concentração de riqueza se cria uma concentração de miséria. E essa lógica capitalista que estamos demonstrando, é a base para compreender a relação com a natureza, e particularmente, com os territórios minerados. Um sistema de expropriação e apropriação de bens naturais, que muito destrói e beneficia poucos. Segundo Coelho e Trocart (2020) “Tendo em vista que 26,7% da população mundial possuem 97,6% da riqueza, em torno de 73% da humanidade está partilhando as migalhas restantes da economia, e as desigualdades no consumo são resultado dessa assimetria.”

A concentração de riquezas em escala global é também uma concentração no usufruto dos bens naturais, ou seja, estes são utilizados por uma pequena parcela da população mundial, e a atividade mineradora é essencial para essa apropriação desigual por ser uma das bases produtivas da sociedade, é o início de qualquer cadeia global produtiva.(COELHO e TRACARTE, 2020, p. 30)

O impacto desse processo cai diretamente sobre a classe trabalhadora, causando o pauperismo, aumento de exploração, trabalho terceirizado, desemprego (exército de reserva), aumento dos trabalhos autônomos, informais, prejuízos ambientais. Marx aponta em *O capital*, "quanto maior a potência de acumular riqueza, maior a magnitude do exército industrial de reserva. E quanto maior esse exército industrial de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação. E quanto maior essa massa tanto maior o pauperismo" (MARX, 1980, I, p. 747).

A escassez que gera o pauperismo não expressa sozinha a “questão social”, outra característica estaria relacionada aos desdobramentos sociopolíticos, podendo ser sobrepujada caso sejam superadas as formas de exploração do trabalho que garantem a apropriação privada do que é socialmente produzido. A pobreza e a tensão exercidas pelo exército industrial de reserva faz com que os trabalhadores empregados, além de aceitar condições precárias e retirada de seus direitos trabalhistas (pauperização absoluta), criem uma competitividade entre si. (ESTEVÃO, 2021, p. 43)

Concomitantemente, esse domínio de produção tende a produzir e reproduzir as expressões da “questão social” (fome, miséria, violência, desigualdade, preconceito, etc). Como uma consequência da má distribuição das riquezas socialmente produzidas. Podemos dizer que a “questão social”, nada mais é que as desigualdades sociais, como parte do desenvolvimento do sistema do capital, das lutas da classe trabalhadora e seu reconhecimento como tal.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (CARVALHO; IAMAMOTO, 1983, p. 77).

Assim a “questão social” é resultado da contradição do modo de produção capitalista, fundada na produção e riqueza. É essa a estrutura que vai organizar as diferenças, no acesso aos direitos, nas condições de vida. Inclusive é a base que explica a dinâmica das empresas minerárias que acarreta os crimes ambientais.

A lógica destrutiva do capital é intensificada no capitalismo contemporâneo, diante do acirramento da competitividade e concorrência intercapitalista, da crescente subordinação do valor de uso ao valor de troca e da necessidade de garantir a qualquer custo a sua auto reprodução. As implicações são severas para o gênero humano em geral. A cena contemporânea assume os reflexos do teor destrutivo e incontrolável do sistema de sócio metabolismo, sob a manifestação de uma crise estrutural. Como em toda crise, o capitalismo para se manter no domínio se metamorfoseia, valendo-se na contemporaneidade de três investidas implacáveis que são: a acumulação flexível, o neoliberalismo e a mundialização do capital. Entender esses três elementos torna-se de fundamental importância para entendermos a dinâmica das empresas de extração mineral e seu comportamento diante do boom e pós-boom mineral (CARMO, 2021, p.28).

Para entender melhor sobre a questão mineral, vamos elencar elementos do Capitalismo Contemporâneo (século XX), que se refere à atual fase histórica do capitalismo. Com fortes características na Intensificação Global e Financeirização da economia. Isso acontece mediado a crise do fordismo e à ascensão do neoliberalismo, como um modelo produtivo e econômico predominante.

Assim, temos que considerar que a Globalização econômica diz respeito às empresas transnacionais que passam a ter um papel importante na criação de cadeias de produção

internacionais, fortalecendo e intensificando o comércio internacional. Já a financeirização é o aumento do papel do setor financeiro na economia, criando novos instrumentos financeiros e intensificando a especulação financeira.

Dessa forma, impactando no agravamento das expressões da “questão social”. É importante lembrar que, conforme destaca Iamamoto que as políticas sociais passam a organizar-se mediante o crivo da privatização, focalização e descentralização, terreno onde se inscreve predominantemente o trabalho dos assistentes sociais.

Entretanto, o Estado tem o papel como interventor da contradição das classes, e intervindo na relação da produção impondo a divisão sociotécnica do trabalho. Netto (2012), fala sobre a monopolização, ele ressalta o parasitismo (engloba os bancos, capital fictício, crédito, e a dívida pública) dos setores privilegiados da burguesia. O Estado burguês para exercer essas mediações realiza funções políticas e econômicas, investindo em complexos produtivos e, também, intervindo na preparação da força de trabalho e colocando de primeira ordem o processo e a preservação da força de trabalho como garantia do capital. Nesse processo o Estado vai incorporar e institucionalizar direitos sociais demonstrando suas funções contraditórias.

Entretanto, o mercado capitalista se alimenta com seu “apetite” insaciável, de lucros intensos. O que acarreta no corte das políticas sociais, pois os recursos públicos são entregues ao capital, para o aproveitamento da elite econômica que segue mantendo e ampliando seus privilégios e benefícios. De modo que, os nossos direitos historicamente conquistados (ainda que insuficientes) estão sendo atacados e expropriados. Porém aquilo que deveria ser de todos (e por direito é) vai sendo privatizado, ou seja dado ao capital (entregue nas mãos de alguns). É a história se repetindo e se reproduzindo em favor do lucro e contra o povo.

As políticas governamentais neoliberais não provocaram apenas o endividamento das contas públicas. O orçamento e o fundo público se constituem a partir da riqueza socialmente produzida, sob a forma de impostos e contribuições sociais, e a opção política de transferir o custo da crise para a classe trabalhadora alterou o padrão de redistribuição de renda alcançado no período em que predominaram as políticas regulacionistas keynesianas. O “velho” continente europeu passa a se deparar com expressões da questão social que pareciam “desaparecidas”, como aumento do desemprego (de curta e longa duração), trabalhos precarizados, empobrecimento e endividamento das famílias (BOSCHETTI 2012, p. 764)

Assim, nas políticas governamentais são fundamentadas no neoliberalismo com o objetivo de promover a liberalização econômica e reduzir a intervenção estatal na economia. Tendo como características: As privatizações de serviços públicos; a desregulamentação que reduz as restrições e regulamentações impostas às empresas (precarizando o trabalho a partir da flexibilização das leis trabalhistas, afrouxamento das normas ambientais, entre outros),

promovendo o crescimento econômico, intensificação da competitividade entre os trabalhadores e eficiência; aumento das formas precárias de trabalho, como o trabalho informal e a terceirização; a liberalização do comércio que promove a abertura dos mercados internacionais, visando o aumento das exportações e importações; a redução do Estado e a austeridade fiscal, são consequências dessas dinâmicas.

O neoliberalismo, portanto, propõe e defende a diminuição do papel do Estado na economia e a desregulamentação dos mercados, favorecendo a acumulação de capital pelas grandes empresas. Mas uma consequência disso é o aumento e a provocação do desemprego, o aumento do trabalho informal, a desregulamentação e informalização das relações de trabalho. Em vista disso, com a elevação das privatizações para o desenvolvimento capitalista, o Estado é direcionado à responsabilidade de amenizar a pobreza.

Isso corresponde ao processo de acumulação, seja na esfera econômica ou política. Influenciando na reestruturação dos capitais, na organização dos trabalhadores, na organização dos processos de trabalho, e no redirecionamento da intervenção estatal, em vista do capital financeiro e das ideias neoliberais. Construindo estratégias de relacionamento entre o Estado-sociedade-mercado.

1.2 Mineração e os rompimentos de barragens: aproximações ao território de Mariana (MG).

A cidade de Mariana em sua formação sócio-histórica é marcada pelo menos por três marcos importantes: o período do ciclo de Ouro (século XVIII), a decadência do ciclo do ouro (século XIX) e o ciclo de mineração de ferro (século XX). Que nos ajuda a pensar as particularidades desse território no atual momento e a compreender a “questão social” a partir das dimensões históricas, culturais, políticas e econômicas.

A produção de metais perpassou vários séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e equiparou-se ao processo histórico que foi Revolução Industrial e a expansão das indústrias. Em determinados momentos apesar dos países da América Latina experimentarem uma independência política, por outro lado, devido a particularidade de uma economia primária, e subdesenvolvida, alimentou ainda mais a condição de países dependentes no que toca a economia e os meios de produção. Marini (2005, p.141) sobre a condição dos países de capitalismo dependente – e aqui podemos pensar do minério/dependência conclui que, “a consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção envolvida”. (CARMO, 2021, p.32)

Para compreender a cidade de Mariana, precisamos apresentar um pouco da história de Minas Gerais. É uma sociedade que é produzida como consequência das atividades mineradoras. Segundo Fonseca (2015) os primeiros “conglomerados populacionais e

atividades socioculturais tipicamente urbanas", surgiram a partir da atividade mineradora no período colonial.

O processo de urbanização e colonização se deu às margens do “rio Ribeirão do Carmo” no século XVII (Arraial do Carmo). As pessoas vinham por causa da extração do ouro que naquela época era a principal economia, com isso se tornou um território populoso e foi reconhecida (institucionalmente) pela igreja católica como a primeira paróquia na região. Nessa época o poder eclesiástico era muito presente, pois poderia receber a mensagem do rei para instituir seus fiéis, indicando até vigários para dar assistência aos moradores dos distritos e os arraiais em torno. (PIRES, 2012).

Com a chegada de Dom Antônio de Albuquerque, em 1711 houve a criação das primeiras Vilas por causa do seu número alto populacional, e por ter uma forma de controle da região que perpassa a mineração no final da Guerra dos Emboabas². Segundo Pires (2012, p 28):

Após o final da Guerra dos Emboabas, Dom Antônio de Albuquerque criou as primeiras vilas com o intuito de conseguir um maior controle da região mineradora. Como em 1711 o arraial do Carmo já contava com uma população numerosa, isso também justificou a ascensão da paróquia a um novo patamar, a de vila. Outra medida de ordenamento administrativo, tomada por Dom Brás Baltazar da Silveira, foi a divisão da região mineradora em três comarcas no dia 6 de abril de 1714: Vila Rica, Real Vila de Sabará e Rio das Mortes.

Logo após, a região chamada Vila Rica se dividiu, colocando também uma sede na chamada Vila de Ribeirão do Carmo. Conforme destaca Pires (2012, p. 29), no momento em que as áreas foram sendo subdivididos em distritos e arraiais, as questões episcopais foram estabelecendo-se no entorno das atividades agrícolas e mineradoras, e “a população foi se dedicando também a outras atividades necessárias para o desenvolvimento da região”. Assim, em 1745 a Vila de Ribeirão do Carmo se tornou uma cidade, na qual hoje conhecemos como Mariana, isso só ocorreu depois que a Vila se tornou a sede do bispado. Se tornando a única capitania do século XVIII.

Ainda no século XVIII, Minas Gerais caiu verticalmente num abismo de decadência e ruína. Contudo, a próxima etapa da exploração do território ainda estava por vir. O famoso quadrilátero ferrífero já anunciava desde meados do século 19 o que a história havia demonstrado: “em mãos estrangeiras, o ferro não deixará nada além do que deixou o ouro” (GALEANO, 2015, p.89). Logo, a mineração extrativista se apresentava como a estrutura contemporânea da espoliação e tal dinâmica recolocou

²“A Guerra dos Emboabas é um conflito que se estabelece entre paulistas e forasteiros pelo controle das minas, que culmina com a insurreição dos emboabas contra o domínio paulista da extração de ouro. A palavra “emboaba” tem origem no tupi, e se refere “àqueles que usam calçados” (Romeiro, 2007; 535), dos quais os paulistas se diferenciavam por terem consolidado uma tradição de entrarem descalços pelo sertão, nas bandeiras. Através dessa designação os paulistas identificavam todos aqueles que não eram paulistas, fazendo referência ao fato de terem sido eles os descobridores das minas e, portanto, à condição de forasteiros que os outros colonos ocupavam”. (LEITE, 2012, p.8)

os municípios mineiros como principais produtores de minério de ferro. Aliás, o Brasil é o país onde situam-se as quatro maiores minas de ferro do mundo, sendo que três delas se encontram em Minas Gerais: Mariana, Itabirito e Nova Lima, exatamente no território que estamos tratando (HORST; SANTOS, 2021, p 9).

O ciclo do ouro em Mariana desempenhou um papel importante nesse período como uma das primeiras cidades a serem fundadas na região das Minas Gerais, em 1696. A descoberta de ouro em Mariana impulsionou um intenso fluxo migratório para a região, com a chegada de milhares de pessoas em busca de riqueza. Sendo que, a extração e exploração de ouro foram atividades predominantes em Mariana e nas cidades vizinhas.

Essa atividade mineradora gerou riqueza e desenvolvimento econômico significativo, sendo elas: construção de igrejas, casarões, estradas entre outros que refletiam a riqueza resultante da exploração do ouro. Mas esse ciclo trouxe também desafios e problemas sociais. Com a exploração intensa do ouro levou ao esgotamento rápido das minas mais acessíveis, que resultou na queda da produção e da exaustão das reservas de ouro (ao longo do tempo). Além disso, o sistema de extração mineral era altamente desigual e injusto (tendo um sistema de controle rigoroso sobre a mineração pela Coroa Portuguesa - imposto e limitações nas atividades dos mineradores).

A decadência do ciclo do ouro (século XIX) foi marcada pelo declínio da atividade mineradora em Mariana e em toda a região de Minas Gerais, com o surgimento de uma economia baseada em outras atividades, como a agricultura, a pecuária e o comércio, começaram a ganhar mais destaque e a substituir a mineração como principal fonte de sustento. Sendo uma das principais razões para a decadência foi o esgotamento das jazidas (minas) mais acessíveis e a redução da quantidade e qualidade do ouro encontrado. Encontrando dificuldades na extração de ouro em uma quantidade suficiente para sustentar a atividade econômica.

Assim, a exploração do ouro também enfrentou desafios sociais e políticos. Como mencionado no ciclo do ouro, existia um sistema de controle da Coroa Portuguesa, que cobrava altos impostos e estabelecia restrições à atividade mineradora, gerando assim a insatisfação entre os mineradores contribuindo assim para o declínio do setor. Percebe-se que essas duas épocas, deixaram legado que ainda pode ser observado em Mariana, no patrimônio deixado pela mineração, na sua arquitetura histórica quanto nas tradições culturais, nas condições precárias de vidas, etc.

Já no século XX, temos o ciclo da mineração de ferro. Que é o período do aumento na exploração e produção de recursos minerais, devido aos avanços tecnológicos, aumento da demanda global ou mudanças nas políticas governamentais. Isso após um período de declínio

ou estagnação da atividade minerária, ou seja, uma nova fase de expansão mineral. Que renovou a dependência minerária e os desafios, como os impactos ambientais e sociais da mineração. Em 1920 em Minas Gerais, começou a ter as primeiras conversas sobre conservação de patrimônio barroco. A igreja católica junto com o governo do Estado na época começaram a incentivar a valorização e preservação dos patrimônios históricos, criando uma coordenação para cuidar e fazer investigação quando havia denúncias de dilapidação e degradações das obras de arte.

O arcebispo da época Dom Helvécio, como uma das suas ações, começou incentivar e orientar as autoridades principalmente as eclesiásticas de como preservar os templos, sem fazer grandes restaurações e remodelação. Pois as obras tinham e têm um valor arquitetônico enorme, e ainda na época precisava de registrar os patrimônios em livros e documentos governamentais.

Porém, em outubro de 1928, a Câmara de Mariana aprovou a Resolução n.195, em seu artigo 1º “determinando que o Poder Executivo Municipal fica autorizado a conceder isenção de qualquer taxas e impostos, pelo prazo de 10 anos, às construções de tijolos em estilo moderno na cidade ou nos distritos, devendo as respectivas plantas serem aprovadas pela Câmara”.

Dom Helvécio estava preocupado com os templos que se recomendam pelo valor arquitetônico, provavelmente também estava seu entorno desses templos; logo, pode-se inferir que não obstante ele não pudesse controlar a cidade como um todo, poderia indicar as melhores formas de fazê-lo no que tange à questão patrimonial. A Resolução da Câmara, por sua vez, não tinha nenhum poder objetivo sobre a igreja, mas sobre todo o entorno. Defende, por conseguinte, uma proposta radicalmente oposta à de Dom Helvécio (BARBOSA et. al, 2012, p.192).

Nesse sentido, inicia-se um debate mais profundo entre a questão de preservar o patrimônio histórico cultural ou modernizar a cidade. Passos (2018, p.6) nos convida a refletir para além das questões que envolvem a preservação do patrimônio histórico cultural, a nos atentar com a expansão urbana da cidade. “Frear a verticalização e o adensamento no interior do conjunto tombado”, o que leva para a cidade de Mariana e seu entorno uma expansão urbana desordenada “com ocupações informais e loteamentos incentivados pelo próprio poder público municipal para suprir a demanda por moradia advinda das companhias mineradoras e siderúrgicas”. Aqui podemos destacar a criação de planejamento (1970 a 1980) para que bairros sejam construídos a fim de alocar os trabalhadores que migram para a cidade na busca por empregos nas mineradoras.

Neste período, observa-se o incremento da ocupação da chamada “cidade nova” e o surgimento de vários bairros periféricos nas cercanias da cidade e nas regiões ribeirinhas ao Ribeirão do Carmo, chamadas “Prainhas”. Esses bairros bastantes insalubres, foram fruto de uma ocupação “desordenada” do espaço, levada a efeito

durante a década de 1980, por políticas clientelistas muito comuns na região. De acordo com a pesquisa anterior (SOUZA JUNIOR, 2000 apud MAIA, 2017, p.39), constatamos que os dois bairros mais pobres do município, Cabanas e Santo Antônio (prainha), tem sua população formada, em sua maioria, por pessoas vindas da zona rural ou de outro municípios, 59 e 60% respectivamente (JUNIOR, 2005. p.188 apud MAIA, 2017, p.40 apud OLIVEIRA, 2019, p.58)

Assim, cabe uma reflexão sobre as áreas que são consideradas periféricas da cidade, que vem sendo ocupada especialmente por aqueles que são mais pobres, ou não conseguem se manter em outras localidades, sendo aquelas advindas de outras cidades e regiões, sendo vista como: “Regiões que são desvalorizadas”. Aqui podemos ainda recordar sobre a política de Mariana voltada para um caráter clientelista, sem política habitacional e deixando de ser um direito da população.

Em vista disso, podemos mencionar que essa questão habitacional no território de Mariana é uma das maiores dificuldades de acesso à moradia e à terra existente até hoje, pela questão de estar concentrada nas mãos de poucos proprietários. Como por exemplo, na mão das Mineradoras e da Mina da Passagem de Mariana, fruto da dinâmica de alta especulação imobiliária. Com tudo que foi exposto, Mariana é um território muito rico não só da extração do minério de ferro, do ouro, das rochas de bauxitas, dos quartzitos entre outros. Assim, como outras atividades produtivas, como os artesanatos, a extração de pedra-sabão, os comércios e a agropecuária.

Assim, percebe-se que ocorreu mudanças societárias ao longo dos séculos XVIII e XIX, que demarcou a decadência da extração do ouro e o início da exploração de minério de ferro. Podemos considerar esse ciclo econômico como o segundo, o ciclo do desenvolvimentismo, pois “envolve a extração e exportação de minérios de ferro, manganês, cobre, alumínio, etc.” Que foi marcada pelas empresas mineradoras Samarco, Vale, Samitri (já extinta).

Entretanto, as empresas mineradoras têm colaborado para as terceirizações. A questão da exploração da força de trabalho, superexploração da classe trabalhadora, através da terceirização, da flexibilização e da precarização. Sendo as empresas as maiores reprodutoras da acumulação capitalista.

O conceito de superexploração da força de trabalho. Esta categoria desenvolvida por Ruy Mauro Marini teria sido a **base da dependência latino-americana. Devido à troca desigual entre países produtores de matérias-primas e países industrializados**, há uma constante transferência de valor em favor dos países centrais. O capitalista nos países dependentes responde a tal mecanismo reforçando a exploração da força de trabalho, o que acontece com maior intensidade em momentos de baixa cíclica nos preços das matérias-primas. De acordo com Marini, os países primário-exportadores seriam pressionados a expandir a produção de matérias-primas para compensar a troca desigual (Marini, 2005). Os momentos de queda dos preços dos bens primários no mercado internacional são aqueles nos

quais estes países se veem mais pressionados a aumentar a produção para compensar a queda no faturamento causada pelo ciclo de baixa nos preços. **As nações desfavorecidas não buscam compensar a troca desigual por meio do incremento da produtividade, com investimentos em tecnologia, mas pela intensificação da exploração da força de trabalho, compensando, assim, a desvantagem na troca externa por meio da produção interna (Marini, 2005, p. 153).** Aqui o marco analítico de Marini não se limita mais apenas às relações entre países, adentra o âmbito da apropriação de valor produzido pelo trabalho alheio no interior dos países. Dessa forma, a transferência de valor entre países seria transferência de mais-valia. **Assim, a contribuição da América Latina para a taxa de lucro nos países centrais se faria mediante o incremento da taxa de mais-valia na economia interna, o que gera efeitos prejudiciais na formação social latino-americana, tal como pobreza e desigualdade social.** Nas economias latino-americanas, o consumo individual do trabalhador latino-americano não interfere na realização das mercadorias porque a circulação destas estaria apartada da produção. A consequência imediata é de que a força de trabalho será explorada ao máximo, sem a preocupação de se criar as condições para o consumo final. Para Marini, a economia primário-exportadora é uma formação social na qual se agudiza ao máximo as contradições do modo de produção capitalista. (COELHO e TRACARTE, 2020, p 40, grifos nosso).

Assim, entende-se que o padrão de mineração nos marcos da minério-dependência, é fruto da “[...] condição de dependência dos países periféricos em relação ao centro do capitalismo, envolvendo a troca de commodities, ou produtos primários, por produtos com alto valor agregado, havendo uma transferência de valores” (COELHO, 2018, p. 2). Depois de tudo mencionado podemos destacar que a cidade de Mariana renovou sua dependência financeira, como resultado da arrecadação de minério e os empregos ofertados que movimentam a economia da cidade.

[...] a Samarco aumentou nos últimos anos o número total de trabalhadores, intensificando sua ampla política de terceirização. Este processo foi uma de suas estratégias frente à queda nos preços de minério de ferro, ao aumento do endividamento da empresa e ao seu compromisso em reduzir custos relativos e incrementando a produção, como formas de sustentação dos níveis de lucratividade e de redistribuição de valor aos acionistas. A terceirização vem acompanhada pela deterioração ampliada das condições de trabalho. Dentre as principais formas de descumprimento da legislação trabalhista pela Samarco encontram-se a terceirização ilícita; o não pagamento das horas itinere para os trabalhadores diretos terceirizados; a não fiscalização das condições de trabalho e do cumprimento das normas trabalhistas pelas prestadoras de serviço; entre outras (MANSUR; WANDERLEY; MILANEZ; SANTOS; PINTO, 2017, p.26).

Já no momento de boom das commodities, as empresas mineradoras de ferro foram se consolidando e se instalando no território de Mariana. Como já foi mencionado acima, que a região de Mariana é estritamente dependente de uma economia específica, onde encontramos como forma de acesso a renda a extração mineral. Essa prática vem de um contexto sócio histórico escravista, que explorava pessoas indígenas e negras.

Para o autor, a dependência se demarca pela integração das economias latino-americanas, como Nações Independentes, na divisão internacional do trabalho, a qual se deu de forma desigual e subordinada aos interesses imperialistas. Desta forma, esta inserção resulta na troca desigual entre as economias dependentes e as dominantes, implicando numa contínua transferência de valor das nações

tecnologicamente dependentes para as dominantes e mais desenvolvidas em termos de produtividade do trabalho. A troca desigual coloca às economias dependentes uma radicalização da lei do valor, sob a qual as formas de apropriação da mais valia produzida pelos trabalhadores ganha formas particulares, expressas numa superexploração da força de trabalho.... A partir dos autores citados, entendemos que nos países dependentes na sua relação contraditória com a dominação imperialista, terra e trabalho, elementos fundantes de toda a produção de riqueza, são subordinados à continuidade do monopólio e de particularidades nas formas de expropriação da riqueza produzida pelo trabalho, a qual Marini (2011) bem categoriza como superexploração (SOUZA, 2018, p. 174).

O período do *boom das commodities* minerais (produto primário que são produzidos em larga escala), é considerado um fenômeno econômico que ocorreu nas últimas décadas (primeira década do século XXI), como característica fundamental pelo aumento dos preços das *commodities* no mercado internacional. Assim, esse aumento foi impulsionado por vários fatores, um deles pode ser considerado pelo crescimento econômico de países emergentes, como a China (aumentaram sua demanda por matérias-primas).

No período de boom, as empresas e os Estados mineradores se portaram de maneira a acelerar e intensificar a expansão da atividade mineral sobre novos e velhos territórios ricos em minérios. Os Estados periféricos interessados em aproveitar o momento de alta nos preços para capitalizar com o crescimento da renda mineral e buscar superávits em suas balanças comerciais, se colocaram de maneira subordinada no papel de economias primários-exportadora nas redes globais de produção (RGPs) de *commodities* minerais. Este processo sustentou o modelo político-econômico neoeextrativista, baseado na apropriação de recursos naturais e implementado por governos ditos progressistas na América Latina (MILANEZ ; SANTOS, 2013 apud WANDERLEY, 2017, pg 2)

Diante disso, esse período trouxe questões positivas e negativas para os países produtores e consumidores. Assim os países produtores, são os responsáveis pelo aumento dos preços das *commodities*, para se obter uma maior renda com a exportação dos produtos, aqui nesse caso o minério de ferro. Essa dependência excessiva de *commodities* faz com que esses países se tornem mais vulneráveis às flutuações do mercado internacional. Um exemplo disso foi a crise financeira de 2008, na qual provocou uma queda alta nos preços das *commodities*.

E de um outro lado, os países consumidores com esse aumento do preços das *commodities*, leva o aumento da inflação e do custo de vida (países mais pobres). Com relação a especulação financeira se tem uma valorização excessiva e expressiva das *commodities*, distorcendo a oferta e a demanda desses produtos, assim provocando o desequilíbrio no mercado.

Um outro ponto fundamental é sobre o território que vivencia concretamente tais dinâmicas.

Neste período de boom das commodities, tivemos a expansão por extensificação da produção em áreas já consolidadas, com a abertura de novos projetos em novas localidades (greenfields) e pela incorporação e retorno de áreas com jazidas anteriormente consideradas economicamente inviáveis por conta dos baixos teores de minério contido, do alto custo tecnológico ou da condição geográfica distante dos centros consumidores e sem infraestrutura adequada. Com o preço alto se tornou rentável investir em inovação tecnológica e em infraestrutura para explorar novas jazidas e expandir as escalas de produção. Como reflexo sobre os territórios há um aumento da pressão do capital minerador e, com isso, a instalação e expansão de novas infraestruturas produtivas, logísticas e de descarte (barragens, minerodutos, ferrovias, usinas geradoras de energia, unidades de transformação, portos, etc.). Difundem-se os conflitos sociais e agravam-se os impactos socioambientais rurais e urbanos, principalmente, sobre povos tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis. Nesse processo as mineradoras demandam maior incorporação de mão de obra, minério, água, terras, energia e incrementa-se a geração de resíduos. (WANDERLEY, 2017, p. 2)

Já o "*pós-boom das commodities minerais*" relaciona-se ao período após o fim do ciclo de alta nos preços das *commodities*, por exemplo, do minério (a partir de 2010). É um período que varia de acordo com as *commodities* e de fatores que influenciam seus preços, podendo ocorrer ao longo dos anos, como uma demanda global, oferta, as condições políticas e econômicas de cada época. É o período após o pico dos preços das *commodities* que ocorre pela queda ou estabilização dos valores do mesmo.

Nesse período o que acontece é uma queda no valor dessa *commodity*, tendo um impacto grande nas economias dependentes de exportação. Os países exportadores conseguem a redução da receita de exportação, levando a desaceleração do crescimento econômico, ou seja, uma crise econômica. Assim, aumentando o desemprego, a instabilidade política e a pobreza.

O declínio constante dos preços das commodities minerais, após forte alta, inicia o período de pós-boom até encontrar um novo patamar de preço médio. O cenário atual é de excesso de oferta de minério no mercado internacional, aliada à retração do crescimento da demanda global e chinesa, em particular, e uma perspectiva de preços mais baixos no médio prazo, mesmo que com alguma oscilação. Nesta conjuntura, os mercados de minérios se reajustam, favorecendo as grandes mineradoras que conseguem produzir a preços mais baixos e ter ganhos na produção em grande escala, enquanto as pequenas e médias mineradoras são colocadas para fora do mercado. As empresas buscam repassar os efeitos negativos da queda em suas receitas para trabalhadores, comunidades e meio ambiente, com a convivência de um Estado endividado e dependente da exploração mineral. No pós-Boom, as mineradoras perderam valor de mercado em suas ações, sofrendo, sobretudo, com o elevado endividamento adquirido na fase de expansão e com resultados operacionais e financeiros declinantes e por vezes negativos. Ou seja, lucros baixos ou mesmo prejuízo pressionam o repasse de dividendos aos seus acionistas, o que tem afastado os investidores. Entre 2011 e 2016, as ações da brasileira Vale S/A se desvalorizaram 87,2% e os papéis da BHP Billiton, maior mineradora do mundo, caíram 68,4%, de acordo com dados levantados junto às bolsas de Nova Iorque e Londres. (WANDERLEY, 2017, p. 3)

No período *pós boom de commodities* minerais, a busca pela redução de custos operacionais e o aumento da produtividade, ou seja, a busca incansável de aumentar a

produção com foco em acumular mais-valia, concentrando as atividades em negócios estratégicos e regiões prioritárias (mais lucrativas), e contribuiu para que ocorresse o rompimento da Barragem de Fundão em Mariana.

As grandes mineradoras mantiveram a estratégia corporativa centrada nos interesses dos acionistas e orientada para a oferta, com a ampliação das escalas de produção e da produtividade. Assim, intensificou-se a exploração em projetos maduros com a expansão das infraestruturas e a incorporação de inovações técnicas, visando o ganho de escala na produção. Além disso, para aumentar a produtividade e reduzir os custos operacionais aumentou-se a exploração da força de trabalho (com a redução da média salarial, a elevação da terceirização, o aumento da jornada, e a precarização das condições de trabalho) e foram feitos cortes em custos fixos (com destaque para a segurança do trabalho, controle, prevenção e preservação ambiente, e responsabilidade social corporativa) (WANDERLEY, 2017, p. 5).

Segundo Carmo (2021, p.34), foi nesse período de segundo ciclo da mineração (extração e exportação de minérios de ferro, etc), que correspondeu ao período do boom interrompido, que ocorreu o rompimento da barragem de Fundão, ou crime socioambiental da Samarco/Vale/BHP. “E o terceiro ciclo, que corresponde a esse período *pós-boom*, pós-rompimento da barragem de Fundão”. Conforme sabemos, o fato da cidade de Mariana ser “dependente da extração de minérios sofreu e sofre duramente com os impactos do crime ambiental e, principalmente, pela irresponsabilidade das gestões administrativas ao longo dos anos que não possuíam uma visão para além do que a extração de minério pudesse proporcionar ao município” (CARMO, 2021 p.34).

A minério-dependência gera subordinação frente mercados globais de commodities, onde são definidos os preços dos minérios exportados, instabilizando social e economicamente os locais minerados devido a flutuações nos preços. Na situação de minério-dependência, por exemplo, a arrecadação municipal e a geração de empregos e renda, mesmo que relativamente pequenas, serão impulsionadas pela atividade na qual a estrutura produtiva está especializada, o que cria dificuldade em criar alternativas econômicas, uma vez que os investimentos públicos serão direcionados para a manutenção e incentivo da atividade principal (COELHO, 2019, p.2).

Sendo assim, “trata-se de enraizamento pela condição da dependência latino americana nos moldes da acumulação capitalista, no qual o movimento do capital minerário–extrativista se reproduz fortalecendo ainda mais as tendências de superexploração da força de trabalho e de dependência” (CARMO, 2021p.35). Conforme demonstra Bertollo (2017):

A superexploração da força de trabalho é o mecanismo pelo qual o capital, nestas terras, efetiva sua reprodução ampliada e contraditória. Podemos inscrever tal condição com uma contratendência á queda da taxa de lucro pelas burguesias locais – sócias menores do capital internacional – como é explicitado pela condição dependente e de subimperialista do País (BERTOLLO, 2017, p.234).

Muitos só vieram ter conhecimento disso após o crime de 2015. Assim, alguns estudiosos, movimentos sociais indagam a razão da mineração ser um problema Mundial,

sendo que a atividade é uma das bases produtivas da humanidade. Porém, sabemos que a partir da lógica capitalista a mineração se realiza pela lógica predatória.

Habitar um território atingido pelo atual modelo de mineração é observar a olho nu o ruminar de um monstro que se conforma como uma máquina de moer vida. A natureza e as/os trabalhadoras/es entram pelas comportas das fábricas, que funcionam vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, e, tornados recursos naturais e força de trabalho, toma-lhes sua vitalidade, a fim de constituir a intentada mercadoria: a commodities de minério de ferro. A partir daí, os rejeitos naturais e as/os atingidas/os irão ser depositados como vizinhos do monstro, mas longe daqueles que usufruirão de grande parte da riqueza produzida por ele, os poucos acionistas majoritários, capitalistas donos dos meios de produção que constituem as empresas minerárias. E, quando não mais podem ser represados, rejeitos e atingidas/os, saem matizando os territórios, os primeiros com a lama e os segundos com a luta (MASCARENHAS, 2023, p 1).

Entretanto, como já foi exposto, o Estado é comitê executivo da burguesia, ou seja, é tencionado, disputado e se compromete com as grandes empresas mineradoras. Exercendo o principal papel de colaborador e executor indo ao contrário daquilo posto aos Direitos Humanos.

Por sua vez, o Estado brasileiro como ‘comitê executivo das grandes empresas mineradoras’ exerce seu papel fundamental de ator coadjuvante indo na contramão dos direitos humanos dos moradores que habitam e/ou habitavam nessas comunidades, para tal ação o Estado contribui com a estratégia corporativa das mineradoras, utilizando de instrumentos públicos nos campos regulatórios, flexibilizando as legislações trabalhistas como a reforma trabalhista que cessou boa parte dos direitos trabalhistas adquiridos constitucionalmente, bem como a flexibilização das leis ambientais, sendo assim benevolente na responsabilização das empresas nas situações de desastres ambientais, ou seja, de um lado as práticas corporativas e de outro a inação do Estado. (CARMO, 2021, p. 38).

Em vista do exposto, as consequências e efeitos da mineração não se restringem às localidades onde se realiza a extração. Como os transportes dos minerais feitos por diversas vias (ferrovias, estradas, minerodutos e portos) assim como outros tipos de estrutura que beneficiam e tratam dos minerais. Gerando danos para essas localidades e as populações do mesmo, ao mesmo tempo, conforme sabemos a partir da dinâmica da luta de classes, surgindo as lutas e resistência.

A expansão acelerada do setor gerou reação e resistência das populações atingidas pela mineração e seus efeitos predatórios; surgiram organizações, articulações, frentes e movimentos populares críticos a essa prática. São muitos os sujeitos desta luta e optamos por não listar todos eles aqui – incorrendo no risco de cometer injustiças ao omitir alguns deles. Podemos mencionar, por exemplo, o Justiça nos Trilhos (JnT) que surge em decorrência dos sérios problemas causados a populações pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), desde doenças mentais causadas pelo constante ruído até mortes por atropelamento, e atua na luta pelos direitos e dignidade das populações afetadas pela EFC, de propriedade da Vale. O JnT também se notabilizou ao colaborar com o reassentamento da comunidade do Piquiá de Baixo, que sofre com a poluição aérea emitida pelo polo siderúrgico de Açailândia (MA). Este é abastecido com minério de ferro proveniente de Carajás e utiliza carvão vegetal na produção de ferro-gusa. **Organizações populares como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) foram levados à temática mineral pelas**

transformações concretas nos territórios e pelo espraiamento de barragens. Porém, há outros que nasceram especificamente por conta das contradições criadas pela expansão mineradora, como, por exemplo, o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM); surgido no contexto regional amazônico da principal mina brasileira, a de Carajás, o MAM se propõe a pensar outras formas de organizar a atividade mineradora para que ela se pautasse primordialmente e seja definida de acordo com os interesses da soberania popular. Foram muitas as ONGs que atuaram a favor de outras formas de se organizar a mineração no Brasil por meio da atuação nos territórios atingidos, da publicação de materiais sobre o tema e da divulgação deste debate para o conjunto da sociedade; algumas delas são: a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), a Justiça Global, o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Além disso, também devemos mencionar setores da Igreja católica que se somaram a essa resistência, tal como a Comissão Pastoral da Terra (CPT). (COELHO; TRACARTE, 2020 , p.70, grifo nosso).

Percebe-se que devemos continuar lutando no enfrentamento às diversas formas de violência, as opressões, as ações que ceifam a vida, os sonhos e degradam o meio ambiente. Diante do Código de Ética Profissional do Serviço Social afirmamos os princípios ético-políticos como: posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, como também a garantia da democratização.

Várias gerações de assistentes sociais e de suas entidades representativas desempenharam um papel importante na disseminação do pensamento crítico, favorável à apreensão da realidade, a partir de uma perspectiva de totalidade na análise da vida social, da profissão, da relação com o Estado, com os movimentos sociais e no modo de entender as expressões da questão social, os direitos humanos e os/as usuários/as: suas condições de vida, de trabalho, de desemprego e de vivência cotidiana na desigualdade social, violação de direitos e da diversidade humana. Não por acaso, a porta de entrada da defesa dos DH no âmbito do Conjunto CFESS-CRESS se efetivou pela reflexão ética. A concepção dobre ética conquistou densidade teórico-política nos anos 1990, mediante o processo de amadurecimento e de superação das reflexões sobre ética presentes ao longo dos debates que resultaram, em 1986, na aprovação do código de ética que marcou o processo de renovação profissional. Nesse sentido, é preciso considerarmos que a inserção dos DH na agenda do Serviço Social não se limita à vontade política de alguns sujeitos profissionais. (MORAIS, p. 32, 2016)

Sabe-se que diante das manifestações de diferentes organizações e agentes podemos contribuir para um novo modelo de mineração. Em vista do bem-viver, da soberania popular, da igualdade, da superação da contradição capital e trabalho. Reafirmando a importância da luta por outra ordem societária e pelas políticas públicas. Assim, articulando também com os movimentos de outras categorias profissionais e movimentos sociais na defesa da vida. E aqui nos cabe pensar as contribuições das/os assistentes sociais nessa luta.

CAPÍTULO 2: O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

Vi ontem um bicho, na imundície do pátio. Catando comida entre os detritos. Quando achava alguma coisa. Não examinava nem cheirava: Engolia com voracidade. O bicho não era um cão, Não era um gato, Não era um rato. O bicho, meu Deus, era um homem (O Bicho- Manuel Bandeira).

O objetivo do capítulo é contribuir com reflexões sobre o trabalho profissional de assistentes sociais na contemporaneidade, diante da conjuntura presente. O mesmo está organizado em dois momentos, inicialmente recuperamos alguns marcos importantes da profissão desde sua gênese. Para, em seguida, destacar algumas determinações importantes para compreender a profissão na cena contemporânea.

2.1 Gênese e desenvolvimento do Serviço Social no Brasil

O Serviço Social surgiu a partir de uma necessidade do capitalismo monopolista atrelado aos interesses da Igreja e do Estado. No que tange a aproximação e influência religiosa, trata-se do vínculo com a Igreja Católica (década de 1930) a partir da filantropia, da caridade e ajuda. Desde o surgimento, voltava-se para a tarefa de moralizar as expressões da “questão social”, patologizando e culpabilizando os indivíduos. Vale ressaltar que “para a igreja, a (questão social), antes de ser econômico-política é uma questão moral e religiosa” (IAMAMOTO, 2017, p.18).

A constituição do Serviço Social como profissão no Brasil é marcada tanto pela vertente doutrinária católica quanto pela influência do movimento de higiene mental, por abordagens com forte ênfase nos aspectos individuais e psicológicos de problemas com dimensões políticas, sociais e econômicas mais amplas, constituindo uma clara estratégia de hiperpsicologização e individualização normatizadora e moralizadora da força de trabalho e da população em geral, como estratégia de Estado, das elites empresariais, da Igreja Católica e da corporação médica (VASCONCELOS, 2006, p.185).

O serviço social aparece como uma ferramenta voltada para apaziguar e atender aos interesses da classe dominante, que visava uma ação social de cunho moral junto às famílias da classe trabalhadora. Podemos perceber que a profissão em sua ação de cunho doutrinário e moralizador objetivava uma harmonização entre capital e trabalho.

A implantação do Serviço Social não é, assim, um processo isolado. Relaciona-se diretamente às profundas transformações econômicas e sociais pelas quais a sociedade brasileira é atravessada, e à ação dos grupos, classes e instituições que interagem com essas transformações. Seu surgimento se dá no seio do bloco católico, que manterá por um período relativamente longo um quase monopólio da formação dos agentes sociais especializados, tanto a partir de sua própria base social, como de sua doutrina e ideologia. O Serviço Social não só se origina do interior do bloco católico, como se desenvolve no momento em que a Igreja se mobiliza para recuperação e defesa de seus interesses e privilégios corporativos, e

para a reafirmação de sua influência normativa na sociedade civil. Momento em que a Igreja passa por uma reordenação interna profunda e procura mobilizar, reorganizar e rearmar o bloco católico, lançando-o numa militância ativa (CARVALHO, 1980, p. 59).

As determinações sócio-históricas da realidade brasileira implicaram em mudanças na profissão ao longo dos anos, implicando uma lógica profissionalizante que exigia um suporte técnico-científico, técnico-instrumental, ainda que ancorados na filosofia neotomista (cristã de São Tomás de Aquino) em sua formação e em sua atuação profissional. As novas demandas de tecnificação, correspondiam às novas exigências capitalistas, com a base conservadora, constituindo-se o caráter *teórico-doutrinário-operativo*.

Este arranjo teórico-doutrinário-operativo permite que a profissão mantenha o seu caráter missionário, atualizando as marcas de origem e atendendo, concomitantemente, às exigências de tecnificação que lhe impõe a modernização da sociedade e do Estado. Se isto permite que a proposta profissional se adapte às exigências da ordem burguesa, instaura-se na consciência dos agentes profissional uma profunda ambiguidade (IAMAMOTO, p 28, 2017).

As/os assistentes sociais nesse contexto, tinham como função monitorar o desenvolvimento das famílias, considerada pelo conservadorismo a base da sociedade, e doutrinar as crianças e mulheres para seguirem a ordem social, buscando alcançar o status de *família perfeita*. Compreendia-se os homens como responsáveis pelo trabalho. Enquanto as mulheres e crianças eram, respectivamente, responsáveis pelo lar (sem remuneração) e a serem educadas para obedecer.

Partindo destes pressupostos, é importante ressaltar os fundamentos da profissão na sua gênese e desenvolvimento nas primeiras décadas. Trata-se do pensamento conservador que segundo Iamamoto (2007) pode ser identificado a partir das seguintes características: a vocação para o passado como fonte de inspiração para interpretar o presente; a sociedade

apreendida como constitutiva de entidades orgânicas, funcionalmente articuladas, cujo modelo é a família e corporação; Os pequenos grupos são tidos como fonte das relações interpessoais, da moralidade. Os elementos sagrados, irracionais, não utilitário da existência, são valorizados, em contraposição ao primado da razão (IAMAMOTO, 2007)

Os costumes, normas, valores e tradição legitimam a autoridade da classe dominante; “O conservador pensa à base do “nós”; o indivíduo não é uma partícula isolada e atomizada na sociedade, mas é parte de unidades mais amplas, dos grupos sociais básicos”. Assim, “reage a toda igualdade externa, que desconheça as particularidades individuais. Radicaliza-se a individualidade: os homens são seres essencialmente desiguais, portanto particulares”. (IAMAMOTO, 2007)

Tais fundamentos orientavam o exercício profissional na direção do controle. Netto (2006), contextualiza que o capitalismo monopolista tem as suas particularidades. Deste

modo, a forma que esse modelo econômico se reproduz contribui para o aumento da desigualdade e despertava uma forte contestação por parte da classe trabalhadora. Neste momento, o Estado passa a ser pressionado para amenizar os conflitos. Isso permitiu que o processo de racionalidade da sociedade burguesa colocasse uma intervenção profissional como forma de estratégia para o enfrentamento da “questão social”. A demanda por um profissional que cumpra esse papel se tornou cada vez mais fundamental.

No capitalismo monopolista, tem-se o aumento da pobreza, do desemprego, das expressões da “questão social”, fazendo com que a profissão tivesse sua ação central pautada na intervenção desse objeto e na realidade na qual se inseria. A sua ação era pautada num cunho moralizante e conciliador de classe.

É a partir da década de 1960 que diversos acontecimentos históricos mundiais, na América Latina e no Brasil, vão possibilitar o surgimento de um movimento conhecido como reconceituação do Serviço Social latino americano. O Movimento de Reconceituação Latino Americano (MRLA) é um momento importante para o serviço social a partir dos anos 1960 na América Latina. Trata-se de um processo construído por profissionais que buscaram questionar os fundamentos teóricos e práticos na profissão. Na conjuntura da época, os movimentos sociais e a crescente luta pelos direitos, foram uma das influências para o MRLA. Um dos principais questionamentos foi em relação às bases conservadoras e moralizantes da profissão, assim como a naturalização da atuação frente aos interesses da classe dominante.

Segundo Iamamoto (2010 p.205), o MRLA “é dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ideo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*”. Ou seja, buscando “uma prática mais eficaz e novos fundamentos teórico-metodológicos”. Foi a partir daí que surgiu uma outra visão diante da prática profissional, na qual se faz uma leitura e análise crítica da realidade social, que busca um agir profissional para atender às novas demandas das expressões da “questão social”, com a base teórico-metodológica que busca romper com as práticas tradicionais.

Além disso, como resultado do processo do MRLA, vivenciamos no Brasil o processo de *renovação* da profissão que envolveu uma série de mudanças que visam acompanhar as transformações sociais, econômicas e políticas da sociedade. Essas foram necessárias para que o profissional respondesse às demandas postas e os desafios contemporâneos. Segundo Netto (2011a), a renovação pode ser compreendida como:

O conjunto de características novas, que no marco das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. (NETTO, 2011a, p.131).

Segundo Netto (2005), o processo de renovação do serviço social se apresentou em três perspectivas: a modernizadora (modernização conservadora), a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. Com vistas a pensar a direção que buscamos construir no trabalho junto aos atingidos, daremos ênfase em alguns elementos da intenção de ruptura, que prepararam o terreno para a formulação do que conhecemos hoje como projeto ético-político.

A intenção de ruptura, pretendia romper com o conservadorismo (serviço social tradicional), tendo como base a crítica da realidade social a partir do pensamento marxista), rompendo com as visões e práticas que culpabilizam indivíduos e grupos marginalizados, entendendo as dinâmicas de produção e reprodução das estruturas econômicas, sociais e políticas. Questionou os modelos tradicionais de intervenção como os assistencialistas e paternalistas. Assim, buscava enfrentar e superar as injustiças, desigualdades sociais e as pressões que estão presentes na sociedade, desenvolvendo práticas centrada nas necessidades e demandas das pessoas atendidas e das práticas mais participativas e emancipatórias.

A perspectiva de intenção de ruptura deveria construir-se sobre bases quase que inteiramente novas; esta era uma decorrência do seu projeto de romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico - metodológicas e prático-profissionais” (NETTO, 2005. p. 250), ou seja, dar uma nova face ao Serviço Social, “passando-se a questionar sua vinculação histórica com os interesses do bloco no poder” (SILVA, 2009). Esta perspectiva se constitui de três momentos distintos: o da sua emersão, o da sua consolidação acadêmica e do seu espraiamento sobre a categoria profissional. Essa perspectiva tem caráter opositor à autocracia burguesa. É caracterizada pela formação de uma massa crítica de assistentes sociais que se puseram a procurar alternativas para a superação da prática do serviço social tradicional. Sua emersão é baseada principalmente no método Belo Horizonte que surgiu na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais elaborado por jovens profissionais preocupados em dar uma nova visão ao Serviço Social, “elaboraram (...) uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da intervenção profissionais e no plano da formação” (VIANA, CARNEIRO e GONÇALVES, 2015, p.5).

Um dos marcos importantes nesse período foi o Congresso da Virada (1979), III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), que demarcou publicamente o compromisso da categoria com os movimentos sociais e representantes sindicais na luta pelo interesse da classe trabalhadora e pela volta da democracia. Portanto, estamos a demarcarmos a reconceituação e a renovação como um momento importante para a profissão, pois buscou

romper com as práticas do serviço social tradicional, construindo um novo significado da profissão, entendendo que intervimos mediante as expressões da “questão social”.

Atreladas a luta por justiça social, no enfrentamento das desigualdade e exploração, mesmo diante dos desafios postos na prática profissional, “para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais quanto projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida” (IAMAMOTO, 2010, p. 28). Segundo Iamamoto (2010, p.21), um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos.

2.2 O Serviço Social na Contemporaneidade

O serviço social como profissão está inserida na divisão social e técnica do trabalho. Assistentes Sociais são trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho em diversos espaços sócio-ocupacionais. A origem da profissão e o seu objeto de trabalho advém das contradições entre capital e trabalho, ou seja, da “questão social” e suas expressões, conforme apontamos no primeiro tópico do capítulo.

O Serviço social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes - a constituição e a expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de estado em conjunturas históricas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado (IAMAMOTO, 2006, p. 77).

Compreender a profissão exige analisá-la desde a sua gênese a partir do seu processo de desenvolvimento e transformação, na perspectiva de totalidade histórica da sociedade capitalista. É desse modo que podemos decifrar as diferentes escolhas que as/os assistentes sociais fizeram no âmbito da profissão e entrelaçados (ou não) junto . No que tange a cena contemporânea:

A década que se inicia nos mostra dois processos inter-relacionados: a continuidade do processo de consolidação do projeto ético político e as ameaças que sofre diante das políticas neoliberais que repercutem no seio da categoria sob a forma de um neoconservadorismo profissional. Mas não apenas o neoliberalismo repercute negativamente na profissão. No campo ideocultural, há a prevalência de modos de pensar que têm afirmado a impossibilidade de superação da ordem do capital e, mais que isso, vêm difundindo o triunfo do capitalismo sobre qualquer outra alternativa a ele. Isso traz desdobramentos políticos, ideológicos e também teóricos. A pós-modernidade expressa esse caldo de cultura e pode ser considerada a base

ideocultural, ou as “expressões ideoculturais da crise capitalista” na interpretação de Simionato (1999), sobre a qual a ordem burguesa se apoia para se manter dominante (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p.14).

Pensar os fundamentos do serviço social e como ele se expressa no cotidiano profissional, na sua ação e sua intervenção no espaço sócio ocupacional não é uma tarefa simples. Trata-se do desafio de compreender como que nossos fundamentos se fazem presente nas abordagens com os usuários individuais, familiares, grupos, nos nossos relatórios técnicos, na nossa intervenção política. Trata-se do desafio de construir a direção profissional do exercício profissional ancorada em nosso código de ética de 1993, nas diretrizes curriculares e na lei que regulamenta a profissão.

Ao longo da história acompanhamos os processos de transformações societárias e de projetos coletivos que influenciam e afetam o modo de ser da vida social, interferindo assim na profissão em todos os sentidos e nas áreas de atuação. O caráter político de projetos societários individual e coletivo, na prática envolve interesses sociais mais variados, visto as contradições das classes sociais em conflito, as antagônicas e as múltiplas mediações (econômicas e políticas). É preciso demarcar que todo projeto profissional possui uma dimensão política, pois estão inseridos na dimensão dos projetos de sociedade. Todo projeto e, logo, toda prática, numa sociedade classista, têm uma dimensão política, como dissemos anteriormente. Ou seja, se desenvolvem em meio às contradições econômicas e políticas engendradas na dinâmica das classes sociais antagônicas. Na sociedade em que vivemos (a do modo de produção capitalista), elas são a burguesia e o proletariado. Logo, o projeto profissional (e a prática profissional) é, também, projeto político: ou projeto político-profissional. Detém, como dissera Yamamoto (1992) ao tratar da prática profissional, uma dimensão política, definida pela inserção sociotécnica do Serviço Social entre os distintos e contraditórios interesses de classes. (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 4)

A atuação profissional de assistentes sociais é de cunho político, as profissionais precisam reconhecer a dimensão política da prática, pois na medida em que toma como horizonte a defesa de um projeto, contribui direta e indiretamente para a manutenção ou transformação da ordem atual. Sendo assim, é político pois suas ações incidem a partir de um horizonte societário, a partir de uma visão de mundo, a partir de um aporte teórico que não é neutro. Favorece sempre alguma direção, a um projeto de sociedade, seja o modelo conservador, ou um projeto que seja a superação do regime capitalista, as relações de exploração, opressão, dominação etc.

Em outros termos, o profissional é mobilizado na implementação de políticas sociais que trazem no seu bojo interesses divergentes e antagônicos que o exercício profissional, contraditoriamente, reproduz, já que tende a ser cooptado por uma das forças em confronto. Essa compreensão é básica para tornar possível que o Assistente Social faça uma opção teórico-prática por um projeto coletivo de sociedade e supere as ilusões de um fazer profissional que paira 'acima' da história. Isso implica, por sua vez, o enriquecimento do instrumental científico de análise da realidade social e o acompanhamento atento da dinâmica conjuntural. (IAMAMOTO, 2004, p. 37).

Nesse sentido, é importante reforçarmos que nos últimos 40 anos, toda construção teórica-metodológica, ética-política e técnico-operativa pautou-se por afirmar a direção crítica de leitura e intervenção da realidade. Tomou-se por método a interpretação marxista de compreensão da sociedade, e com isso foi possível a afirmação de um horizonte societário que rompe com a visão capitalista vigente.

Assistentes sociais têm no código de ética a orientação para as lutas por uma sociedade mais justa e igualitária, visando uma nova ordem social. Enquanto profissionais, devemos nos comprometer com a qualidade dos serviços à população, independente da área de atuação. Reconhecendo que as condições éticas e técnicas não dependem apenas das profissionais. O cumprimento do código de ética da profissão está exatamente na luta pelos direitos da classe trabalhadora, quer seja por meio das nossas falas ou por meio das ações profissionais.

O atual código de ética, orienta que o nosso trabalho se volta para a defesa dos direitos da classe trabalhadora e dessa forma orienta as nossas respostas profissionais, baseados em princípios, tendo a liberdade como valor ético central. Aponta que enquanto profissional do serviço social é preciso atuar defendendo os direitos humanos, a democracia, a cidadania, a justiça social, a eliminação de todas as formas de preconceito, garantido o pluralismo de todas as correntes teóricas democráticas que caminham junto do serviço social.

Em suma, podemos perceber o quanto a profissão passou por avanços e também é atravessada pelos limites da dinâmica capitalista no cotidiano do trabalho. As políticas com as quais o profissional atua apresentam-se cada vez mais sufocadas por causa das privatizações, do enxugamento de recursos, com isso a restrição de direitos sendo transformados em mercadoria. O profissional ainda encontra a precarização das condições de trabalho e dos serviços prestados. Aqui é importante destacar que assistentes sociais são profissionais liberais, que vendem sua força de trabalho, o que não significa a possibilidade de atuarmos como profissionais autônomos.

As/os profissionais precisam estabelecer estratégias adequadas para atender e responder às problemáticas sociais e as necessidades sociais da classe trabalhadora. Assim, conduzindo para uma determinada direção social, ao qual norteia as ações profissionais e demanda um vínculo com uma direção social na perspectiva do nosso projeto ético-político. Segundo Teixeira e Braz (2009, p.5), “o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional põe”.

Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário. Nas diversas e variadas ações que efetuamos, como plantões de

atendimento, salas de espera, processos de supervisão e/ou planejamento de serviços sociais, das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas, embutimos determinada direção social entrelaçada por uma valoração ética específica. As demandas (de classes, mescladas por várias outras mediações presentes nas relações sociais) que se apresentam a nós manifestam-se, em sua empiria, às vezes, revestidas de um caráter mistificador, nem sempre revelando seus reais determinantes e as questões sociais que portam, daí que essas demandas devem ser processadas teoricamente. Tendo consciência ou não, interpretando ou não as demandas de classes (e suas necessidades sociais) que chegam até nós em nosso cotidiano profissional, dirigimos nossas ações favorecendo interesses sociais distintos e contraditórios (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p.5).

As nossas respostas profissionais às demandas que chegam até nós, precisam perpassar pelo nosso arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo construído em todo nosso processo de formação, para uma direção social estratégica visando uma intervenção ético-político e técnico-operativo do serviço social. Nessa direção, são as atribuições e competências construídas pela profissão que também asseguram a direção defendida pelo projeto ético-político.

É notório que o sistema econômico que rege as relações sociais desencadeiam novas limitações e ampliam os espaços sócio-ocupacionais. Porém, da mesma forma que “possibilita o emprego em espaços novos e distintos, as exigências têm se tornado incansáveis para atender a lógica do capital” (GUERRA,2010). Situações essas que sobrecarregam o ritmo de trabalho em circunstâncias precárias para atuação, além de não termos um piso salarial³. Nas palavras de Guerra, “as alterações profissionais, assim, derivam da intrincada interação que se processa entre as transformações societárias, com seu rebatimento na divisão sociotécnica do trabalho, e o complexo (teórico, prático, político e, em sentido largo cultural) que é constitutivo de cada profissão” (GUERRA, 2010, p. 89).

Deste modo, assumindo essa nova direção, a profissão soma um conjunto de valores e princípios que vão contra a ordem burguesa de exploração, o que implica assumir compromissos éticos e políticos que visam a construção de uma nova sociabilidade que não tenha por base a opressão em todas as suas formas. O sistema pode até demandar outra

³ É importante sinalizar que o conjunto CFESS/CRESS vem construindo há anos a luta pelo piso salarial no Brasil. No momento, tramita o Projeto de Lei (PL) 1.827/2019, que estabelece o piso salarial para assistentes sociais em R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) mensais, reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), para a jornada máxima de 30 (trinta) horas semanais para toda a categoria, seja quem trabalha na administração pública, iniciativa privada ou terceiro setor. Teve parecer favorável na quarta (31/05/23) na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF) da Câmara dos Deputados. Para virar lei, o caminho ainda é complexo: além de passar por análise e debate das comissões na Câmara dos Deputados, depois seguirá para o Senado e suas comissões. A proposição agora seguirá para discussão na Comissão de Trabalho (Ctrab) da Câmara. Em seguida, caso aprovado, irá para a Comissão de Finanças e Tributação (análise de adequação financeira e orçamentária) e depois, se também aprovado, para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (análise de constitucionalidade). Caso aprovada por todas as comissões, a proposição segue para o Plenário da Câmara, antes de passar para as comissões do Senado. O prazo para este trâmite é indefinido.

postura do profissional, como conciliador, controlar e intervir na reprodução das relações do mesmo. Mas é preciso que as respostas às demandas da realidade estejam em consonância às lutas da classe trabalhadora.

Segundo Teixeira e Braz (2009, p.12), “parece óbvio que a realidade atual não nos é favorável, e para isso precisamos enfrentá-la com competência profissional e conscientes do significado político profissional de nossa atuação”. Ademais, o significado social da profissão, a partir da leitura do materialismo histórico dialético, vai avançando conforme as condições concretas e relações de forças presente na sociedade capitalista, dentro da particularidade brasileira.

Contudo, o serviço social nasce como uma demanda da classe burguesa, através do Estado que intervém junto aos trabalhadores enquanto classe social. Demandando que as/os profissionais exerçam o controle social sobre a classe trabalhadora, usuária dos serviços sociais. Visto que a atuação se materializa pela mediação das políticas sociais, viabilizando condições objetivas de reprodução da força de trabalho junto aos usuários, tanto de forma individual como em família e/ou em grupos da classe trabalhadora.

Assim, atuamos na contradição que é própria desse sistema capitalista, diante os interesses tanto das demandas do capital como do trabalho. Entretanto, mesmo sendo contratadas a atuar nos mecanismos de dominação e exploração, devemos exercer atividade profissional que esteja de acordo com as necessidades da classe trabalhadora na busca por sua sobrevivência.

Verificasse uma tensão entre projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, às quais socialmente forjadas a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se (IAMAMOTO, 2010, p. 416).

Assim, percebe-se que a autonomia relativa é uma dimensão presente na prática profissional. Ou seja, entendemos que apesar do serviço social estar inserido na sociedade com as leis, relações de poder, as políticas e as instituições, possuem espaço para exercer suas decisões e ações com certo grau de autonomia dentro desses contextos. Essa autonomia é relativa, porque está sujeita a limitações impostas pelos sistemas políticos, econômicos e sociais nos quais o serviço social opera. Em virtude disso, essa autonomia relativa permite aos assistentes sociais que as ações sejam feitas de acordo com os conhecimentos, valores e ética profissional, considerando as necessidades e demandas dos usuários atendidos.

Portanto, é preciso ressaltar que a autonomia relativa de assistentes sociais não significa uma liberdade total das ações, pois estão sujeitos a diversas influências e restrições, como as demandas institucionais, as políticas governamentais, recursos limitados e regulamentações profissionais. E ao mesmo tempo, não significa um impedimento integral de projetar suas ações, o que nos levaria ao fatalismo.

Esta autonomia possui certa elasticidade, sendo assim, poderá aumentar ou diminuir de acordo com a correlação de forças, mas também com a capacidade dos profissionais e da categoria de estabelecerem mediações e construir estratégias no seu exercício profissional, de planejar, executar, sistematizar e avaliar suas atividades, de se articular com outros sujeitos, de articular conhecimentos e realizar uma leitura crítica da realidade. “Assim, se a profissão dispõe de condicionantes sociais que ultrapassam a vontade e a consciência de seus agentes individuais, ela é também fruto dos sujeitos que a constroem coletivamente, forjando respostas profissionais” (IAMAMOTO, 2010, p. 221 apud DUTRA, 2018 p.13).

Ao buscar captar determinações e necessidades das classes sociais que engendram a realidade, as disputas e resistências nos territórios, nos voltamos para as lutas que se engendram em torno da questão da mineração. Segundo Mascarenhas (2023), precisamos analisar “as duas faces, a questão ambiental” e a “questão social”, do monstro, o atual modelo de mineração”. É preciso, “observar as faces desse monstro a partir do acirramento da luta de classes no território, a fim de compreender quais particularidades a atividade minerária impõe para garantir a reprodução do capital”.

Desse modo, as classes sociais que já disputavam o território, alargam as estratégias de controle das terras, dos modos de vida e da publicização dos fatos. O acirramento pode ser percebido no acaloramento da definição acerca das razões da ruptura da barragem ser acidente ou crime até o questionamento do padrão minerário, culminando em ações concretas seja no processo de reparação ou funcionamento da mineradora. Entretanto, apesar da potência de desanuviamiento, é preciso reconhecer que tal janela histórica também coloca, contraditoriamente, o impulso à busca pela contenção do monstro no marco da democracia burguesa. Então, suplantando esse mito, requer compreender que o monstro não é o crime de ruptura de barragens de rejeito minerário e, sim, o próprio padrão de mineração, que, em suma, se constitui a partir das necessidades do capital a nível mundial. Portanto, o monstro não é novo, como se tivesse emergido ao final do século XX, consolidando-se durante o boom das commodities e colapsado no marco do século XXI. (MASCARENHAS, 2023, p.66).

Ademais, esse “monstro” na qual Mascarenhas debruça, é o ponto de partida para entender que essa atividade produtiva viabiliza a lei geral da acumulação capitalista, produzindo a chamada mais-valia. Sendo assim, um pressuposto essencial para fundamentar o exercício profissional nos territórios de mineração é, considerar esse “monstro” e suas consequências, como os desastres ou crimes ambientais.

Estamos, portanto, em uma guerra que transforma a vida em tragédia, pois, “quando você perde a terra, a água, o contato com os animais, sua vida acabou”, perde-se “um modo de viver, todo um mundo cultural e histórico” (Federici, 2019). Eis que o

monstro viabiliza que o capital torne a ação de minerar, de meio de vida, a meio de morte, culminando na desefetivação do ser (MASCARENHAS, 2023 p.80.)

Ao finalizarmos o presente capítulo, percebe-se o quanto a mineração que temos hoje, destroem famílias, suas histórias, seus sonhos, suas localidades, o meio ambiente, e ocasiona mortes. Danos imensuráveis. Precisamos lutar por justiça e pelo bem-viver ⁴, na defesa da ecologia integral (vida humana e natureza) e na promoção de políticas públicas. Uma resistência ancorada na defesa da vida, do compromisso com os direitos humanos, com o ambiente.

Não podemos esquecer e nem nos calar por esse sistema que mata, exclui e descarta as comunidades que estão diante de barragens, principalmente aquelas com risco de rompimento, por causa das empresas que colocam seus interesses econômicos e predatórios acima de tudo, da vida humana e do meio ambiente. Em vista disso, como profissionais do serviço social que lutam pela defesa humana, buscando a promoção de políticas em prol dos direitos da classe trabalhadora, precisamos atuar frente às questões minerárias.

⁴É o que as culturas originárias chamam de Bem Viver. É uma visão de mundo, um princípio ativo que dinamiza cada escolha, cada passo, cada gesto. Nele se fundam práticas como a reciprocidade, a solidariedade, a não acumulação, a convivência fraterna e zelosa com tudo e com todos. Ao reconhecermos essa visão como um fundamento, um princípio ativo, todo o resto necessita se reorganizar em nosso entorno. Se reconhecemos uns aos outros como irmãos, como devemos olhar, perceber, cuidar, de cada pessoa que habita esse chão comum? Se reconhecemos que tudo está interligado, como nos alimentamos? O que consumimos? Como descartamos o que não consumimos? O que orienta nossas escolhas cotidianas? São questões que brotam de dentro para fora, elas convocam, são como vozes interiores que dialogam com nossa consciência, com nossa sensibilidade, com as necessidades que percebemos nas pessoas e no ambiente. É um novo jeito de se movimentar no dia a dia, que nos reconduz também a uma nova espiritualidade. O Bem Viver resgata em cada um de nós uma espiritualidade profunda, integral. Nos oferece - como um presente desejado e, ao mesmo tempo, já conhecido -, o sentido de pertença à Terra, à natureza, ao universo, à vida, ao Espírito Criador. É uma experiência eco-espiritual que nos ajuda a deixar de considerar o ser humano como centro e amplifica nosso olhar, englobando todo o cosmos e nos entendendo como parte do mesmo. Os povos indígenas chamaram toda essa inspiração de Sumak Kawsay, de Buen Vivir, ou de Teko Porã. Para a bióloga equatoriana Esperanza Martínez, “o Bem Viver é mais do que viver melhor, ou viver bem: o bem viver é viver em plenitude”. É importante demarcarmos que esta concepção vem dos povos indígenas, de uma cosmovisão ancestral, uma sabedoria milenar, que aponta na direção de que os vínculos entre a terra e a natureza não podem ser quebrados. O termo usado não é *alli kawsay* (bem viver), mas sim *sumak kawsay* (viver em plenitude). A meta é a plenitude. Pensemos nesta meta, o que ela supõe para a comunidade humana, ambiental e cósmica? Será esta a direção que temos tomado com os referenciais do desenvolvimento, do colonialismo, da ideia de progresso? E mais. Será que os povos indígenas estavam enganados ou atrasados, como muitos de nós aprendemos? O que seria, pensando em tudo isso, o conceito de civilização?

(COSTA, 2020, p 22)

CAPÍTULO 3: APROXIMAÇÕES AO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM TERRITÓRIOS ATINGIDOS PELA MINERAÇÃO A PARTIR DO ENPESS E CBAS

É pela via da consciência de classe que uma nova sociedade se consolidará. Mas isso não acontecerá de repente e nem tampouco se dará por uma só profissão. É necessário articular toda massa. Tecer uma cultura revolucionária. Onde os “colaboradores” da empresa tomam a centralidade da história. Vejam em seu trabalho a sua glória, a sua emancipação. Entendendo que a saída é coletiva, que prevaleça a nossa vida frente ao terrível capital (CRESS- ES, 2018).

No presente capítulo nos debruçamos sobre os artigos selecionados para análise sobre o trabalho de assistentes sociais junto a população atingida pelos rompimentos ou em áreas da mineração, a partir dos anais dos CBAS e ENPESS. Conforme já sinalizamos, foram selecionados os anais dos eventos pós 2015, ano do crime na cidade de Mariana.

A busca nos anais se deu a partir de palavras-chaves, conforme sinalizamos na metodologia, que se vinculam ao tema central do nosso TCC, qual seja: o trabalho de assistentes sociais em territórios atingidos pela mineração. Cabe iniciarmos destacando que os artigos selecionados discutem majoritariamente sobre o trabalho de assistentes sociais nas assessorias técnicas no momento do rompimento e pós rompimento da barragem de Fundão, justamente o território que priorizamos nas reflexões teóricas. Assim, também discute e faz reflexão sobre a atuação do assistente social nos desastres/crimes ambientais, em que o trabalho profissional se pauta muitas das vezes no caráter assistencialista e subalterno, voltando assim para uma visão mais conservadora, na qual se desvincula das dimensões da profissão e do nosso Projeto Ético Político (PEP).

O capítulo realiza, inicialmente, uma aproximação panorâmica dos artigos analisados, seus objetivos e sua organização. Em seguida, analisa os elementos centrais dos trabalhos e pontos mais importantes, identificados a partir da análise temática que se constituíram em dois eixos centrais: a) o objeto de intervenção do serviço social no pós-rompimento, as condições de trabalho e suas contradições; b) a área de atuação que mais consta nas discussões: a assessoria técnica e outras áreas. Por fim, sintetizamos os elementos gerais encontrados de modo a responder a pergunta de pesquisa.

É importante destacarmos inicialmente a ausência de trabalhos que discutam o exercício profissional de assistentes sociais em territórios mineradores, bem como junto aos atingidos. Se desconsiderarmos os rompimentos anteriores, já completamos oito anos do crime ambiental na cidade de Mariana. Conforme estamos destacando, desde os achados na pesquisa de iniciação científica, a profissão vem elaborando sobre a mineração, rompimentos,

crimes ambientais, temas transversais à mineração, como por exemplo, as lutas nos territórios, a formação social, a condição da classe trabalhadora.

No entanto, há uma *ausência* de mediações com o trabalho profissional, o que a nosso ver se trata de um problema, visto que o exercício profissional precisa contar com produções teóricas que possibilitem uma leitura crítica da realidade, a reflexão sobre o trabalho e a possibilidade de construção de estratégias na direção do PEP. Acreditamos que os textos que apresentam debates gerais, são imprescindíveis, mas não podemos deixar a cargo de assistentes sociais apenas as mediações, os trânsitos entre as discussões teóricas e o exercício profissional, com vistas a não conseguirmos transitar para a realidade do trabalho, por diversos motivos, dentre eles, a precarização das formações profissionais.

3.1. Panorama geral dos artigos analisados

Nas buscas feitas nos anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), encontramos dois artigos que têm como estudo o exercício profissional na equipe técnica e na gestão de desastres. O primeiro, intitulado: ‘O Trabalho de Assistentes Sociais nas Assessorias Técnicas Independente aos Atingidos pela Barragem de Fundão: Reflexões sobre a Formação Profissional’, que foi elaborado pela Assistente Social Thatiele Monic Estevão, sendo fruto de seu trabalho de conclusão de curso que teve como objetivo “Analisar o trabalho de assistentes sociais nas assessorias técnicas independentes em territórios atingidos pela barragem de Fundão a fim de identificar limites e possibilidades do trabalho mediado pelo Projeto Ético-Político”.

Nesse artigo, a autora busca deixar em evidência a análise das entrevistas com as (5) profissionais que atuaram nas assessorias técnicas, trazendo a reflexão sobre “o processo de inserção em um novo campo de trabalho e a relação com a formação profissional das assistentes sociais.” O artigo está organizado em quatro momentos: uma breve introdução do tema; o segundo aborda a Formação Profissional das Assistentes Sociais Inseridas na Assessoria Técnica Independente: Dilemas, Ausências e Potencialidades; o terceiro momento traz a discussão sobre As Instrumentalidades Acionadas pelas Profissionais nas Assessorias Técnicas Independentes e por fim as considerações finais da autora. Publicado nos anais do ENPESS de 2022.

O segundo artigo, intitulado: “Outras Perspectivas para o Exercício Profissional de Assistentes Sociais na Gestão de Desastres”, foi elaborado pela assistente social Adriana Soares Dutra, que teve como objetivo apresentar os resultados alcançados no seu trabalho do

doutorado, voltado para analisar as “ações desenvolvidas por assistentes sociais na gestão de desastres e o projeto ético-político que vem sendo construído por segmentos da categoria desde as últimas décadas do século XX.” O trabalho está dividido em quatro momentos: a Introdução; um tópico que traz a concepção de Desastres, Serviço Social e Conservadorismo; o terceiro aborda os Desafios e Possibilidades do Caminho; e por fim as conclusões da autora. O artigo foi publicado no ENPESS de 2018.

Já nos anais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais, particularmente no 16º CBAS, foram identificados três trabalhos. O primeiro, intitulado: “Uma Reflexão sobre a Realidade do Trabalho das/os Assistentes Sociais da Microrregião dos Inconfidentes”, foi elaborado por uma equipe que contou com a participação de professores e alunos da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), são elas/es: Virgínia Alves Carrara; Cristiane Silva Tomaz; Alba Barreto Barboza de França; Adriana de Andrade Mesquita; Claudio Henrique Miranda Horst; Fernando Bastitelli Carlos Mateus; Andreza Caroline de Ataiades; Thayná da Costa Machado; Rosilene Isabel Ferreira e Kátia Janaína Santana da Costa Ferreira.

O artigo é fruto de um projeto de extensão do curso de Serviço Social da UFOP, que teve como foco apresentar as atividades que foram desenvolvidas e os desafios encontrados pelas/os profissionais na região dos Inconfidentes, considerado um território que é “marcado, desde a época colonial, pela atividade extrativista predatória de mineração e com recorrentes conflitos socioambientais”. O artigo está organizado em quatro tópicos, sendo eles: Introdução; A Relação Teoria-Prática e o Tratamento do Instrumental Técnico-Operativo no PEP do Serviço Social: uma breve síntese do Projeto de Extensão; Identificando os desafios e os limites socioprofissionais e por fim os apontamentos finais. O artigo foi publicado nos anais de 2019.

O segundo trabalho intitulado: “A Atuação do/a Profissional de Serviço Social Frente ao Rompimento da Barragem de Fundão em Mariana-MG”, tem como autoras Simone Gomes da Silva de Castro, Gislane Santos Lima Reis e Regina Maria da Silva. O objetivo é: identificar e refletir a atuação dos/as assistentes sociais frente à garantia de direitos da população atingida diretamente pelo rompimento da barragem de minério de Fundão, no município de Mariana em Minas Gerais, ocorrido em novembro de 2015.

Conforme as autoras Reis, Silva e Castro sinalizam, em vista de “uma atuação condizente com o projeto ético político do Serviço Social é imprescindível que o/a profissional reconheça a questão ambiental enquanto expressão da questão social”. O trabalho está organizado em cinco tópicos: introdução; Serviço Social e a questão socioambiental;

elementos do rompimento da barragem de fundão: breve caracterização da cena do crime; a atuação dos/as assistentes sociais no contexto do rompimento da barragem de rejeitos de minérios em Mariana-MG e por fim as considerações finais. O artigo foi publicado nos anais do CBAS de 2019.

Já o último artigo intitulado: “A Mobilização Popular na Experiência de Assessoria Técnica às Pessoas Atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão”, foi elaborado pelas assistentes sociais Taciane Couto Gonçalves e Verônica Medeiros Alagoano. O trabalho teve como objetivo discutir sobre o trabalho de assistentes sociais na assessoria, ao considerarem o trabalho da Assessoria Técnica Independente (ATI), uma experiência singular e de referência, que traz muitos elementos para se pensar na assessoria dentro do Serviço Social e a importância da reaproximação da profissão com a Educação Popular”, contribuindo para o “processos de mobilização e politização popular”.

Analisando o trabalho na assessoria técnica na cidade de Barra Longa-MG, que acompanhou a população atingida pelo rompimento de Fundão o artigo está organizado em cinco tópicos: introdução; os elementos da Contextualização do crime e danos provocados pelo rompimento da barragem de Fundão; O trabalho junto aos/às atingidos/as e o direito a assessoria técnica independente; Considerações introdutórias sobre o Serviço Social na assessoria aos/às atingidos/as e por fim as conclusões das autoras. O artigo foi publicado nos anais do CBAS de 2022.

Apresentado o panorama geral dos artigos analisados, passaremos a destacar as temáticas centrais que encontramos na análise.

3.2. Condições éticas e técnicas do trabalho de assistentes sociais em territórios de mineração: limites e possibilidades

Como já abordado no capítulo anterior, assistentes sociais têm como objeto de intervenção as expressões da “questão social”. Nesse sentido, a profissão passou por transformações ao longo dos anos, e com isso começou a ocupar vários espaços, assim como expandiu as áreas de atuação, atuando nas políticas sociais que são provenientes do Estado Burguês. Contudo, outros espaços também se desenvolveram nos últimos anos diante de novas demandas, de novas expressões da “questão social”, ou agravadas, no caso da pesquisa em tela, pela mineração predatória.

O primeiro pressuposto que consideramos importante e que os textos analisados tomam como partida é a compreensão que as empresas mineradoras em Mariana e Brumadinho (Samarco, comandada pelo grupo Vale S.A. e BHP Billiton), são as responsáveis

pelo crime, causando destruição por onde passam, sendo elas a destruição da bacia hidrográfica da região sudeste que comprometeu as vidas das pessoas que dependiam dela, as 20 mortes (funcionários da empresa e moradores) e a morte de um feto que estava sendo gerado, rompeu os vínculos sociais da vida das comunidade atingida, a destruição de grande parte da fauna e flora, morte de animais, entre outros.

Há o reconhecimento que esses dois crimes ambientais causaram grandes danos ambientais, assim como sociais e culturais, que ainda não conseguem ser mensurados em sua totalidade. Sendo eles: “moradias e vias de circulação; à produção e produtividade; à alteração da paisagem; à perda de trabalho e renda; aos deslocamentos forçados, ao alto risco à saúde; à limitação do acesso aos rios que foram contaminados pelos rejeitos.” Em seu aspecto religioso e cultural a comunidade sofre com impossibilidade das festas religiosas, das manifestações culturais e de atividades esportivas (GONÇALVES; ALAGOANO, 2022).

O segundo tema que se destaca, é em relação à crítica de associarmos o trabalho profissional como necessário apenas nas situações de emergência, ou seja, após os rompimentos. Conforme chama atenção as autoras, precisamos compreender como a atuação de assistentes sociais precisa estar articulada e ter um entendimento sobre a atuação em situação de emergência. Nesse sentido, é preciso refletirmos sobre a participação do/a profissional nas situações de emergência,

Pode ser apreendida como estratégica para a consolidação de posicionamentos que fortaleçam uma outra imagem e um outro lugar para o Serviço Social, mais alinhados com os princípios e valores profissionais, com suas atribuições e competências, enfim, com o projeto profissional do Serviço Social. Contudo, lançar mão das situações de emergência como espaço de fortalecimento e não de subalternidade requer clareza profissional, clareza de projeto, incursão no debate e na institucionalidade dos desastres, de forma a tornar esta perspectiva efetivamente viável. Uma outra reflexão que contribui para pensar esta questão pode ser encontrada em Coelho (2016). Em seu estudo, a imediaticidade é compreendida como “uma categoria reflexiva que designa um certo nível de recepção do mundo exterior pela consciência” (COELHO, 2016, p. 31). Nesse sentido, tomá-la como única forma de compreensão do mundo leva ao aprisionamento do saber no nível do imediato e desconsidera a direção social do trabalho do assistente social. A partir de uma apreensão dos fenômenos desconectados de sua essência e historicidade, produz-se uma supervalorização do aqui e agora na qual o conhecimento válido passa a ser aquele que advém da experiência como sujeito singular, referente a um objeto também singular (DUTRA, 2018, p.6).

Assim, precisamos ter uma clareza profissional para a compreensão da nossa atuação nessas situações, tendo a compreensão que a imediaticidade é insuficiente para a percepção dos fenômenos em sua essência, mas também tem sua importância. Nas palavras de Dutra (2018), na condição de constitutivo e constituinte do movimento dialético, cabe não apenas a negação, mas também o entendimento que o imediato, é o ponto de partida para o desvelamento da realidade social.

Diante do rompimento de barragem em Mariana podemos observar, a partir do diálogo com a literatura, que a rotina profissional das/os assistentes sociais sofreu mudanças, sendo que a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania organizou coletivamente com outros profissionais o atendimento às famílias atingidas, na realização de *cadastro e atendimento* à população, gerando uma sobrecarga de trabalho desses profissionais.

Alguns/as profissionais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Mariana-MG, ao voltarem a seus postos de trabalho, ainda ficaram responsáveis pelas atividades com os grupos de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, além da realização de atendimentos da população atingida, na própria instituição (MARTINS, 2016).

A equipe atuante na unidade realiza trabalhos com as famílias cadastradas com o objetivo de promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários perdidos na tragédia, orientando as pessoas sobre seus direitos e benefícios disponíveis para melhoria de sua qualidade de vida. O trabalho dos/as assistentes sociais não se restringe apenas ao amparo das famílias atingidas, mas são realizadas, também, políticas de ações de cunho preventivo e protetivo para famílias que não tiveram seus vínculos sociais rompidos (MARTINS, 2016 apud REIS, SILVA e CASTRO, 2019 p. 9)

Pensar a atuação profissional na região dos inconfidentes, diante da “destruição” das políticas sociais perante o neoliberalismo e diante das particularidades municipais, após rompimento, exige uma análise crítica da realidade.

No que tange ao exercício profissional na região, comparece nas reflexões o destaque para a precarização das condições de trabalho e das políticas sociais que vem se fortalecido nos últimos anos, sendo eles: “sucateamento dos equipamentos da assistência social e saúde dos municípios; a descontinuidade da oferta dos serviços tem sido uma constante; a existência de vínculos de trabalho frágeis e diversificados (concursados, contratados, terceirizados, quarteirizados, etc.)”, assim dificultando um trabalho contínuo e de qualidade nos equipamentos; “há uma alta rotatividade nas equipes de trabalho; excesso de funções; sobrecarga de trabalho; adoecimento da equipe de trabalho, etc.” (ATAIDES; CARRARA; COSTA et al, 2019)

Assim, é desafiador a precarização do trabalho, principalmente no tange aos contratos, pois o trabalho fica muito limitado. Em vista disso, precisamos lembrar da articulação da categoria profissional para que reforce os objetivos da profissão e reafirmar a autonomia relativa em todos os espaços sócio ocupacionais diante do contratante.

O desmonte das parcas políticas sociais municipais tem se expressado da seguinte forma nos municípios da Região dos Inconfidentes: a) redução do acesso aos

benefícios assistenciais; a rede socioassistencial encontra-se desatualizada; b) intermediação por terceiros no acesso a direitos sociais, principalmente no município de Mariana; c) frequente identidade entre o trabalho realizado pelo Assistente Social e as diretrizes da política social; d) ausência da participação dos usuários nos processos de formulação, implementação, execução e monitoramento das políticas municipais; e) frequente cooptação, pelo poder público, dos Conselhos Municipais na região; f) os municípios não têm recebido o repasse dos recursos do fundo por parte do Estado de Minas Gerais, desde 2016, o que tem dificultado na execução das propostas planejadas pelos municípios (ATAIDES; CARRARA; COSTA et al, 2019, p 7).

Entretanto, a crítica exposta sobre o trabalho de assistentes sociais em situações de emergência ou calamidade, não diz respeito apenas a uma negativa de participarmos dos momentos de emergência. Ou seja, trata-se de uma defesa do trabalho profissional em todas as etapas que envolve a gestão dos desastres, ou da possibilidade de rompimentos. Principalmente diante das ordens e interesses de outros profissionais na qual não se planejam as atividades e nem o acompanhamento posterior dos usuários atendidos.

Nas palavras de Dutra (2018, p.9), “nota-se que estas questões são alimentadas pela própria visão reducionista dos desastres. A aproximação de uma outra visão, que concebe o desastre como um processo mais relacionado aos mecanismos produtores de desigualdades do que, propriamente, aos fatores físicos desencadeantes”. Na qual, “contribui para que a intervenção profissional, mesmo em momentos de emergência, ocorra em outros moldes e se vincule a outras etapas, possibilitando recompor a perspectiva de totalidade”.

As autoras irão sinalizar ainda que com “o aceleração do capital financeiro faz com que o sistema se reorganize constantemente para cumprir seus anseios e, assim, a questão social também sofre uma frequente metamorfose, compreendendo, por conseguinte, as expressões da “questão social” (REIS, SILVA e CASTRO, 2019). Assim, essas mudanças também afetam o meio ambiente e apontam para um olhar mais atento às questões ambientais, sendo elas uma das expressões da “questão social”, portanto objeto de trabalhos da(o) assistente social.

Neste sentido, apreender a “questão ambiental” como totalidade, historicamente determinada, bem como a natureza das respostas oferecidas pelas classes sociais e pelo Estado, constitui preocupação de uma parcela dos profissionais do Serviço Social, já que são estes interpelados, cotidianamente, a intervirem nas refrações da destrutividade ambiental, tal qual o são nas manifestações da questão social (SILVA, 2010, p.30)

O CRESS-MG, publicou em fevereiro deste ano (2023), uma matéria intitulada: Crimes ambientais em Mariana e Brumadinho provocam a reflexão sobre o atual modelo de exploração da terra por mineradoras. Cujo texto trouxe reflexões frente aos desafios decorrentes desses dois rompimentos. “Somente em Minas Gerais, são 50 barragens que

correm o risco de rompimento, sendo quatro delas classificadas em um nível alto de emergência”. Sendo assim, “por outro lado, situações de risco e calamidade pública ainda estão pouco presentes no calendário do poder público, dificultando o processo de fiscalização e reparação de danos entre as atingidas e os atingidos”.

Em 2020, a Agência Nacional de Mineração (ANM) avaliou que em Minas Gerais ao menos 50 barragens de rejeitos se enquadrariam como construções de alto risco de rompimento (ANM, 2020). Dessa forma, diversas comunidades sofrem com as incertezas e insegurança decorrentes do risco iminente do rompimento da barragem. (GONÇALVES e ALAGOANO, 2022, p.2)

Pensar a mineração como um empreendimento, faz com que a cidade acredite, em uma maior oportunidade de emprego, um desenvolvimento para a cidade na busca por avanços na região. Entretanto, o que chega para a comunidade e a população são os efeitos predatórios das atividades minerária e exploratória, como:

alterações nos modos de vida, principalmente, dos sujeitos em maior vulnerabilidade: a juventude perde em relação à piora na educação, cultura, esporte e lazer; as mulheres em relação ao aumento da violência, do machismo e ao reforço do papel de cuidado e dependência econômica; os idosos que agravam seu quadro de adoecimento devido às perdas de vizinhança e de perspectivas de vida; as crianças que têm a infância capturada pelos diversos conflitos que emergem no território; as comunidades tradicionais em relação às perdas irreparáveis no seu modo de vida e nas formas de trabalho e renda. (GONÇALVES e ALAGOANO, 2022, p.3)

Para entendermos um pouco sobre a calamidade pública segundo CRESS-MG

Quanto ao conceito de Calamidade Pública pode se considerar, por meio da última década, a queda de barragens de rejeitos frente à mineração transnacional. Ainda é pouco apresentado como crime, uma vez que a ideia de tragédia e/ou acidente decorrem de uma ação não dolosa, mas são amplamente divulgados, minimizando a realidade e confundindo a população. Porém, é necessário o atendimento no caráter de urgência do poder público frente à situação vivenciada pela população em territórios atingidos como Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais. E entre os serviços, de acordo com o PNPDEC (2012), deve ser organizado em qualquer situação de Calamidade Pública a articulação intersetorial e imediata, que entre as políticas, estão a Assistência Social, Defesa Civil, Saúde, Corpo de Bombeiros, Habitação entre outras. (CRESS-MG, 2019 p.29)

Assim, como já exposto neste trabalho, na maioria das vezes as assistentes sociais são chamadas nesses momentos de catástrofes para amenizar a problemática. Fazendo seu serviço socioassistencial imediatista, em situações de calamidade ou no atendimento no caráter de urgência. Nessas situações a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) prevê:

Em situações de calamidade pública, a LOAS prevê a concessão de Benefícios Eventuais, de caráter suplementar e provisório, para as famílias que não têm condições de arcar por si só com o enfrentamento de adversidades que coloquem em risco a sobrevivência e manutenção do cidadão e de sua família. Dessa forma os benefícios são oferecidos para assegurar a dignidade e a reconstrução da autonomia das pessoas e famílias atingidas, conforme a regulamentação a seguir: As ações emergenciais, conforme preconiza a LOAS são extremamente necessárias para amenizar, de imediato, os impactos causados pelas adversidades na vida das

peças, garantindo a sobrevivência da população atingida. Entretanto, é necessário exercer a mediação neste campo da particularidade, contribuindo para o fortalecimento dos movimentos sociais e o protagonismo político da comunidade, a partir de uma formação crítica sobre as realidades que lhes está posta (CRESS-MG, 2019, p 8)

Sendo assim, assistentes sociais correm os riscos de reproduzir somente um trabalho imediatista, junto com esfera pública local e a população, por exemplo, na busca por encontrar abrigos temporários, pois a população atingida perde seus lares e trabalho, buscando assim o acolhimento institucional e o abrigo em escolas.

Nesse sentido, os assistentes sociais podem promover grupos para a discussão do ocorrido, com a população atingida, com profissionais de outras áreas. Realizam encaminhamentos para a área de saúde (médicos e psicólogos); realização dos cadastramentos de família e os bens materiais perdidos no desastre; “buscam informações de pessoas desaparecidas ou vítimas fatais; realizam a orientação da população acerca de seus direitos, dentre muitas outras atribuições, havendo sempre a preocupação que essas práticas não se restrinjam ao assistencialismo ou voluntarismo” (CFESS, 2012).

Contudo, cabe às e aos assistentes sociais disporem de um olhar transversal e multidisciplinar ao atuar nessas situações. Para Pedro, “nosso diálogo com outras áreas precisa de uma conciliação para que possamos enxergar o dano numa totalidade (...) por exemplo, a busca pelo auxílio moradia atinge outros setores como o patrimônio, a infraestrutura.” Vivemos em uma época em que o modelo vigente de mineração prioriza o lucro, e junto com a omissão do Estado para fiscalizar e tomar providências, o medo toma conta de comunidades inteiras que vivem próximo de barragens como essas. Nessas situações, a organização e a ação coletiva da população podem ser peça-chave para dar às pessoas atingidas a chance de reescreverem suas histórias (CRESS-MG, 2023).

Diante disso, muitas vezes assistentes sociais assumem funções e desenvolvem ações que não são atribuições e nem competências do serviço social, mas que são requisitadas por outros profissionais. Nas palavras de Bonfim (2015), são as condições de “subalternidade técnica e social” do Serviço Social diante das outras profissões, sendo na maioria das vezes a falta de clareza sobre a atuação profissional com as suas atribuições e competências. Para o profissional, “são atribuídas as mais variadas funções, desde atividades desprofissionalizadas até aquelas que fogem à competência profissional”. Ou seja, a “subalternidade profissional, restringindo, cada vez mais, aos assistentes sociais a participação nos espaços de planejamento, gestão e avaliação das políticas institucionais” (BONFIM, 2015, p.201).

A possibilidade de enfrentar tais condições, exige uma série de frentes. Mas é importante o conhecimento profundo do espaço sócio ocupacional, o estudo contínuo, a clareza para identificar nossas competências e atribuições, o conhecimento e articulação com a rede socioassistencial da localidade, assim como estarmos articulados com a categoria

profissional. Para que nossa atuação seja condizente com a profissão e seu projeto, entendendo as demandas institucionais e a própria política social, para que seja possível não só responder às demandas postas por partes dos gestores municipais.

O código de ética do serviço social em um dos seus princípios coloca que devemos enquanto profissionais estar “Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores”, que se opõem aos interesses da burguesia, buscando profissionais mais empenhados com as questões que envolvem a classe trabalhadora.

Estar articulados com outros profissionais, os movimentos sociais e a comunidade é fundamental, pois juntos é possível a construção de estratégias e saídas coletivas nas organizações e na mobilização popular, para a viabilização dos direitos.

O momento histórico exige voltar a atenção para as lutas e movimentos dos trabalhadores enquanto classe — incluindo os assistentes sociais —, para a preservação e ampliação do trabalho, dos direitos conquistados e da crescente democratização das políticas públicas: a defesa da seguridade social na disputa pelo fundo público, do Sistema Único de Saúde, do Sistema de Único de Assistência Social, a luta contra a securitização da Previdência Social. E estar junto com os movimentos sociais e novos sujeitos coletivos na luta contra as desigualdades e disparidades sociais, na perspectiva de fortalecer a ação conjunta na defesa dos direitos sociais: os assalariados da indústria e dos serviços, os trabalhadores congregados na via campesina, os migrantes e deslocados (em especial bolivianos e haitianos no Brasil); a juventude organizada na defesa do ensino, do direito ao passe livre, em núcleos de cultura; as nações indígenas; os afrodescendentes, os grupos LGBT e as mulheres organizadas na defesa do trabalho e contra a violência doméstica, dentre outros (IAMAMOTO, 2017, p.34).

Nesse sentido, profissionais que atuam nas políticas públicas precisam em seu planejamento elaborar intervenções na busca da mobilização social e sensibilização afim de projetos que diz respeito aos direitos dos trabalhadores, “pela mediação da política urbana, quanto o engajamento dos sujeitos sociais na questão ambiental e de proteção dos recursos naturais, a partir de processos participativos e de organização popular (CFESS, 2016, p.42).

A elaboração de projetos que envolvam a questão ambiental é importante para a atuação do/a profissional do Serviço Social na área dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA). Esses estudos são planejados, principalmente, para que o trabalho não seja voltado para intervenções de remanejamento de população afetada por alguma obra de grande porte, por exemplo. Sendo que para a realização dessas obras é necessário não somente o licenciamento ambiental, mas também a preparação dos EIA e dos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA), que são estabelecidos por resoluções da Política Nacional do Meio Ambiente (CONAMA no 001/1986). Mas a realidade diante das questões ambientais na área do serviço

social, muitas das vezes perpassa pela intervenção nos momentos de desastres ou crimes ambientais e após o impacto (REIS; SILVA e CASTRO, 2019).

Uma parte considerável dos/as assistentes sociais envolvidos/as e atuantes nas questões socioambientais se encontra no setor privado, na área de construção de empreendimentos que causam impactos ambientais, como as usinas hidrelétricas (SAUER e RIBEIRO, 2012) e, neste caso, as mineradoras. A atuação desses/as profissionais nesse campo é justificada a partir das modificações sociais, espaciais e ambientais que esses negócios causam na região em que se estabelecem e aos impactos disso na população, uma vez que pode ocorrer a desapropriação de terras, desalojamento dos moradores e a criação de situações de conflitos, que atingem não só a natureza, mas, também, a vida e o direito inerente aos sujeitos. (COLITO e PAGANI, 1998; SAUER e RIBEIRO, 2012 apud REIS, SILVA e CASTRO, 2019, p.4)

Em vista do que já foi mencionado, os desafios frente a concretização de projetos frente aos desastres e crimes ambientais são muitos e principalmente na gestão desses. Dutra (2018 p.11), elenca algumas dificuldades, são elas: a abordagem hegemônica dos desastres, a partir da qual prevalece a concepção dos desastres como eventos pontuais e desvinculados no sistema social, a perspectiva objetivista do risco, que atribui aos indivíduos, isoladamente, a responsabilidade pelas suas condições de vida e vulnerabilidades; a prevalência de práticas imediatistas, entre outros.

Assim, identificamos algumas ações e valores que voltam ao surgimento da profissão, na qual o assistencialismo e o clientelismo, são instrumentos para tratar das expressões da “questão social”, na perspectiva moralizadora, e deixa com que os objetivos e princípios do projeto profissional na contemporaneidade fiquem em um segundo plano.

3.3 O trabalho de assistentes sociais nas Assessorias Técnicas Independentes

“Nenhuma rede é maior do que o mar, Nem quando ultrapassa o tamanho da Terra, Nem quando ela acerta, nem quando ela erra, nem quando ela envolve todo o planeta....Se a rede é maior do que o meu amor, não tem quem me prove, Eu caio na rede, não tem quem não caia” (LENINE, 1999).

Destaca-se esse tópico em vista da necessidade do entendimento do trabalho profissional nas Assessorias Técnicas, pois elenca-se um dos pontos mais importante nos artigos analisados e que merece ênfase para atuação de assistentes sociais nesses territórios atingidos pela barragem/mineração.

A atuação profissional em territórios atingidos pela barragem se configura em pelo menos três diferentes frentes: nas empresas, nas políticas sociais/instituições e nas assessorias técnicas. Para compreender esse último trabalho vamos definir a palavra "assessoria".

Conforme consta no dicionário de português, assessoria “é a ação realizada por um indivíduo ou um grupo, que consiste **em dar ou receber aconselhamento e auxílio** sobre um determinado ramo ou assunto” (SIGNIFICADOS, 2021, n.p, grifos nossos). Segundo Matos (2010, p. 32), assessorar é um ato “identificado como uma ação que auxilia tecnicamente outras pessoas ou instituições, graças a conhecimentos especializados em determinado assunto, assim, o assessor é tido como um assistente, adjunto, auxiliar ou ajudante que detém conhecimentos que possam auxiliar a quem assessora”. (ESTEVÃO. 2021, p. 47)

Em vista disso, o trabalho de assistentes sociais dentro da Equipe técnica ou Assessoria Técnica Independente (ATI), é um dos direitos dos atingidos na busca por reparação, auxílio e reassentamento. O trabalho nesse espaço sócio ocupacional, se configura com um vínculo empregatício sob o regime de CLT, que tem carga horária de 40 ou mais horas semanais. Segundo Estevão (2022), pensar a instrumentalidade no trabalho profissional é fundamental para responder às demandas a partir da busca por reparação das (os) atingidas (os), sendo os instrumentos e ações utilizadas: coleta de termo, acolhimento social, reuniões em grupo e parecer social.

O acolhimento é realizado individualmente ou com a família no processo de reparação de danos. Os instrumentos utilizados normalmente são as coletas de termos, relatórios para o ministério público e muitas vezes trabalhos multiprofissionais onde se descreve o trabalho social. O trabalho de base é outra atividade comumente realizada pelo profissional assistente social no processo de acolhimento e escuta das demandas trazidas pelos atingidos (ESTEVÃO, 2022, p. 7)

Esse acolhimento é o contato com o usuário, para identificar as múltiplas expressões da “questão social” que é o nosso objeto de trabalho e partir disso construir as respostas e intervenção profissional. Aqui podemos destacar as principais expressões que são mais evidentes na população atingida, sendo “o empobrecimento da população atingida; os vínculos familiares rompidos ou fragilizados, abuso de substâncias (remédios, drogas, álcool) e danos gravíssimos à saúde mental e física. Haviam inúmeros casos de depressão, alcoolismo, abusos” (ESTEVÃO, 2022).

O trabalho do assistente social no âmbito de uma assessoria técnica se dá inicialmente pela escuta do sujeito que tem seus direitos violados sem muitas vezes terem sido público da assistência social. Este é um grande desafio, pois quando há uma situação adversa como um rompimento de barragem ou deslocamento de famílias para outras áreas, a fragilidade passa a ser a principal questão dessas famílias. Entender essa fragilidade e necessidade de escuta e atendimento social, é um desafio do profissional que tem que ser cotidianamente construído e capacitado com estudos e formação (ESTEVÃO, 2022, p.9).

Assim, o acolhimento e a sistematização das demandas e a elaboração de documentos (parecer social, entre outros que competem somente ao serviço social) das (os) atingidas (os) é fundamental, sendo uma das atribuições da(o) assistente social na assessoria. Aqui também

devemos informar, orientar e constituir espaços de “formação” para os usuários conhecerem seus direitos, na construção de uma reparação integral.

Conforme os textos vão alertar, a atuação profissional nas Assessorias, na direção do Projeto Ético-Político, precisa construir mediações que pressupõem a totalidade e as limitações postas. Nas palavras de Estevão (2022), o problema é que após o encaminhamento das demandas, as mesmas passam por um processo de retardo em outras instâncias, como o Ministério Público e a Defensoria Pública.

Na execução da assessoria técnica, a educação popular foi incorporada como método e metodologia mais adequada ao trabalho, visto o esforço em contribuir com a politização crítica, com a mobilização e protagonismo social da população no território. Reuniões com os grupos de base e seminários temáticos são exemplos de instrumentos mobilizados para garantir a participação geral e a tomada de decisões coletivas. Também coube à equipe realizar acompanhamentos individuais em caso de extrema vulnerabilidade, elaborando laudos técnicos e realizando encaminhamentos para a rede socioassistencial quando necessário. As demandas mais recorrentes versavam sobre as condições de habitabilidade, perda de trabalho e renda, e danos à saúde. (GONÇALVES e ALAGOANO, 2022, p. 6)

Dessa forma, para que o profissional possa intervir nesse contexto, é preciso analisar a realidade, produzindo um diagnóstico social e econômico daquela população, mas precisa também ter um caráter informativo sobre os impactos do “empreendimento na sua vida cotidiana”, assim capacitando a comunidade para o enfrentamento de possíveis problemas gerados pelas grandes empresas, fomentando e formando lideranças participativas para que possam estar juntas no processo de planejamento tornando mais responsáveis e democráticos. Silva (2013), reitera que, no contexto de “empreendimentos que causam impactos ambientais, principalmente os que necessitam de realocação das comunidades, o/a assistente social igualmente participa na área de Educação Ambiental (EA) e Mobilização Comunitária (MOC)”.

No âmbito da Educação Ambiental, é primordial que o/a profissional do Serviço Social assimile as vastas correntes de pensamento existentes sobre o assunto para manter uma coerência teórica e prática, que permita ao mesmo materializar políticas públicas e seus instrumentos, com base em uma “concepção de sociedade, natureza e valores éticos que balizam a conduta humana sob certas condições históricas”(LOUREIRO, 2009, p. 4). Alinhando esses conhecimentos e práticas, os/as assistentes sociais se tornam capazes de desenvolver planos de ação mais efetivos e comprometidos com a luta socioambiental, para além do assistencialismo social (REIS, SILVA e CASTRO, 2019 p.5).

Assim, os movimentos sociais são espaços também do exercício profissional, a partir de uma visão mais crítica e com maior autonomia. Vale recuperar que foi pela inserção de campos de estágio, que se iniciou o trabalho nas assessorias.

Acreditamos que foram as experiências de campos próprios de estágio em movimentos sociais os precursores dos trabalhos de assessoria do Serviço Social a outros segmentos que não sejam os da mesma profissão. Mesmo que poucos dos seus sujeitos profissionais (as equipes de Serviço Social) trabalhassem com a categoria “assessoria” e, na maioria das vezes, se referissem à categoria “investigação-ação”. E, mesmo que não houvesse na época uma clara distinção entre o trabalho e a militância política, foram essas experiências que deram bases para o trabalho que atualmente os profissionais de assessoria fazem junto aos diferentes segmentos comprometidos com a construção de políticas sociais públicas (MATOS, 2010, p. 42).

Percebe-se que o trabalho nas assessoria não é diferente em sua totalidade de outros espaços sócio ocupacionais, pois levando em consideração o nosso objeto de trabalho, os nossos fundamentos e os propósitos profissionais, ou seja, em qualquer espaço que estão inseridos tem como dever o compromisso profissional com os usuários, conforme o Código de Ética. Ainda que seja possível sinalizar o alargamento da autonomia profissional nesses espaços.

Assim o profissional tem que atuar conforme os princípios da profissão de maneira criativa, crítica, buscando analisar o todo da realidade. Um profissional que de acordo com um dos princípios estimula e incentiva a “organização popular entre os sujeitos”, auxiliando também no processo de reconhecimento enquanto classe trabalhadora.

Entendemos que esta assessoria deve privilegiar o trabalho com os usuários dos serviços das instituições, visando o fortalecimento daqueles, ou seja, é um desdobramento daquilo que supostamente já fazemos: buscar a viabilização dos direitos dos usuários e intermediar o seu acesso aos serviços e/ou políticas sociais (CFESS, 1997). Para tanto, é necessário construir, dentro da rotina de trabalho dos assistentes sociais nos serviços, uma ação profissional que estimule entre os usuários a sua organização política (MATOS, 2010, p. 48).

Entretanto, precisa-se de um profissional capacitado pelos fundamentos da profissão e que se tenha uma formação contínua, assim sendo, capaz de intervir e propor o que está posto diante da realidade complexa em que os trabalhadores vivem. E que possa propor novas intervenções na articulação com o socioambiental.

Segundo as autoras Reis, Silva e Castro (2019, p 4), além disso, enquanto profissional que visa contribuir para a emancipação política e humana, o/a assistente social deve criar ações que “possibilitem o cidadão de continuar agindo por meio de uma consciência crítica, que é um dos principais objetivos da profissão”. Ou seja, “contribuir com a população para que possa refletir a inviabilização do capital na construção de um meio ambiente sustentável”.

A partir de seu exercício profissional, que é atravessado por toda as dinâmicas da formação sócio-histórica, devemos reconhecer a luta de classes e que essas demandas são

próprias da classe trabalhadora. Isso permitirá identificar essas relações de violência, desigualdade, outros que compõem as expressões da “questão social” e a repressão por parte do Estado, num conjunto de relações oriundas da contradição entre o capital e o trabalho. Combater as expressões da “questão social” é lutar contra toda forma de conservadorismo que assola a profissão. É a afirmação do projeto ético-político profissional, na luta contra as formas de exploração, dominação ideológica, criminalização da pobreza etc.

No cotidiano, os profissionais devem promover estratégias técnico-políticas nos diversos espaços sócio institucionais que concretizem princípios como: - ampliação da liberdade, concebida como autonomia, emancipação e pleno desenvolvimento dos indivíduos; - defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo; - defesa e aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia (socialização da riqueza socialmente produzida e da participação política); - defesa da equidade e da justiça social, universalizando o acesso a bens e serviços relativos a programas e políticas sociais e a sua gestão democrática; - compromisso com a qualidade na prestação dos serviços, competência profissional e articulação com outros profissionais e trabalhadores (CFESS, 2006, p.1).

As/os assistentes sociais “têm buscado/alcançado protagonismo em uma série de espaços sócio-ocupacionais, conquistando posições de liderança e visibilidade tanto de suas ações, como do próprio projeto profissional, de forma mais ampla” (DUTRA, 2018).

Iamamoto (2010) afirma que, embora ainda predomine a execução das políticas sociais como principal atividade desenvolvida por assistentes sociais, esta deixou de ser a única forma de atuação profissional. A descentralização das políticas públicas desencadeada, em grande medida, pelo processo de municipalização, fez com que os espaços de intervenção profissional do Serviço Social fossem ampliados. A autora lembra que este processo vem acompanhado de uma exigência de novas qualificações, entre elas o conhecimento sobre a realização de diagnósticos socioeconômicos, a competência para realização de planejamento, gerenciamento e avaliação de programas e projetos, além de consultorias, assessorias, conhecimento sobre orçamento público, etc. (DUTRA, 2018 p 12)

Percebe-se que assistentes sociais possuem um papel fundamental nestas situações tratadas por algumas autoras como de calamidades, a partir de suas intervenções não só de caráter emergencial, mas considerando os direitos das/os atingidas/os e os processos de contribuição na luta pela emancipação da classe trabalhadora, contribuindo para as informações da comunidade e da população, afim de contribuir com a consciência de classe. Para tal é necessário instigar a mobilização coletiva de luta e resistência, prática esta norteadas pelo projeto ético político do Serviço Social (REIS; SILVA; CASTRO, 2019).

Assistentes sociais também precisam construir essas frentes de trabalho em conjunto com outros órgãos (proteção e defesa civil), na busca por enfrentar a imagem socialmente construída de profissionais que “participa, de forma esporádica, focalizada e eventual, da realização das ações que compõem os processos” que envolvem os desastres, para que as

reflexões e ações seja pensada em sua totalidade e não como integrantes momentâneos na gestão de desastres (DUTRA 2018).

Considerando que uma das características que marcam a participação de assistentes sociais na gestão de desastres é a intervenção em emergências, as reflexões realizadas por Ortiz (2010) adquirem grande relevância para nosso estudo. A ausência de capacitação de assistentes sociais na gestão de desastres faz com que os profissionais chamados para trabalhar junto aos órgãos de proteção e defesa civil nos momentos de crise aguda dos desastres, muitas vezes, realizem este trabalho sem qualquer capacitação prévia, o que reforça a lógica do “aprender fazendo”, em detrimento de um investimento formativo dos profissionais no tema. Esta situação encontra certo respaldo na cultura voluntarista presente tanto na defesa civil como no Serviço Social, a partir da qual valores pessoais e até mesmo religiosos, como a solidariedade, a compaixão e a generosidade são enaltecidos, secundarizando e, algumas vezes, invalidando valores e compromissos profissionais... uma forma de inserção precária na gestão de desastres traz para a profissão. Considerando que esta inserção se volta na direção de práticas de caráter assistencialista e conservador (DUTRA, 2018, p 4).

Entretanto, a articulação entre as políticas de proteção, as sociais e as de defesa civil, sendo as ambientais, as de assistência social, de habitação, educação, saúde, dentre outras são essenciais para a intervenção nesses contextos de desastres ou crimes ambientais, não só no ato ou no dia da ocorrência mas após os impactos. Sendo fundamental em todo o desenvolvimento que envolve a gestão e tendo que incluir a prevenção. Pensando nisso, também se faz necessário a articulação com outros campos do conhecimento (geografia, pedagogia, sociologia, psicologia, serviço social, entre outros), sendo áreas de pesquisas, que podem enriquecer o debate sobre os desastres ou crimes ambientais. “Este tipo de articulação e integração possibilita a apreensão dos desastres impregnados das relações sociais estabelecidas na realidade em que emergem e, conseqüentemente, uma intervenção de caráter menos restritivo sobre eles”(DUTRA, 2018, p. 16).

Ademais, cabe aos assistentes sociais que habitam e atuam nesses territórios atingidos pela mineração, construir estratégias e fortalecer os espaços coletivos. Estabelecendo frequentes diálogos com os movimentos sociais Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e com as populações tradicionais, que representam os atingidos, na garantia dos direitos e de informações dos mesmos e com outros profissionais das áreas do conhecimento. Direitos que foram violados através das tragédias e crimes. A partir da sua relativa autonomia, construir ações na dimensão política-pedagógica que possibilitem uma melhor proteção da população e da classe trabalhadora e contribuir para viabilizar o acesso aos seus direitos, particularmente a reparação justa e integral.

As ações que viemos destacando até o momento, mesmo diante de inúmeros desafios, aparecem nas bibliografias como ações e articulações que possibilitam um direcionamento do serviço social na perspectiva propositiva e “menos subalterna, para além do momento da emergência”. Em vista de “ações voltadas para a prevenção, a mitigação e a preparação podem contribuir para uma alteração da perspectiva dos desastres, assim como da sua gestão”. Compreendendo os desastres e crimes como um todo, seus riscos, suas consequências para o meio ambiente e para a comunidade, as políticas de proteção e da defesa civil, entre outros que relaciona com essas questões. Assim, acreditamos e afirmamos a busca pela teoria crítica para uma melhor compreensão e apreensão do real, “para além de sua aparência fenomênica, e para a efetivação de uma prática profissional mais qualificada” e capaz de uma intervenção que analisa a totalidade (DUTRA, 2018).

Outro ponto que se destaca é a sinalização em relação à dimensão legal do trabalho. Conhecendo as particularidades da região e dos espaços de atuação, muitas são as mudanças nas legislações, aqui dando enfoque nas áreas da mineração. Conhecer as leis (estaduais, federais e municipais) que implicam nos direitos dos atingidas/os é fundamental para o trabalho.

A falta do arcabouço profissional crítico, assim como a de conhecimento do espaço de atuação no campo na perspectiva da totalidade, contribui para que assistentes sociais tenham insegurança para realizar suas ações e inovações, reduzindo assim sua capacidade interventiva. Afinal, conforme chamou nossa atenção Netto:

[...] as novas demandas (potenciais e/ou reais, postas seja pelas transformações societárias, seja pelas alterações político-institucionais) são enfrentadas pelos profissionais em condições frequentemente desfavoráveis: inseguros pelas fragilidades da sua formação (ou por causa de uma formação que não responde à realidade em que se inserem), desmotivados pelas baixas remunerações, pressionados pela concorrência de outros profissionais (aparentemente mais "seguros", mais "legitimados"), condicionados ainda por um lastro conservador em relação aos seus papéis e atribuições - por isso e muito mais, é frequente uma atitude defensiva e pouco ousada dos assistentes sociais em face das novas demandas, o que acarreta a perda de possibilidades de ampliação do espaço profissional (NETTO, 1996, p.111)

O trabalho profissional junto às pessoas atingidas pela mineração e/ou rompimentos de barragem pode proporcionar formações e um caminho para a consciência coletiva, na busca por políticas e pelos seus direitos contribuindo assim para um melhor enfrentamento das expressões da questão social, possibilitando “um banho de realidade à categoria que nestes territórios tem como pano de fundo e objeto de intervenção, expressões da “questão social”

agravadas por uma das faces mais cruel do capitalismo predatório, as Indústrias Extrativas Minerais (ESTEVÃO, 2022).

Nesse sentido, precisamos enfrentar as expressões da “questão social”, as desigualdades sociais, as formas de violência sofridas pela classe pauperizada, todo tipo de opressão, os preconceitos, a degradação ambiental, assim como as mortes humanas e animais que estão em consonância com esse sistema capitalista. Assim, lutando pela defesa da vida, dos direitos humanos, lutando pela justiça social, em vista de uma sociedade mais justa e igualitária.

É nessa direção que o Código de Ética Profissional do Serviço Social afirma os princípios ético-políticos, em vista da equidade e justiça social, assegurando a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, como também a garantia da democratização.

A fim de fecharmos com uma breve síntese deste capítulo, retomamos nossa pergunta de pesquisa, qual seja: que os anais dos ENPESS e CBAS informam, orientam sobre o trabalho de assistentes sociais em territórios atingidos por barragem/mineração? Diante do exposto até o momento, a síntese busca apresentar as dimensões do trabalho profissional nos territórios atingidos por mineração/barragem, sendo assim, trata-se de pelo menos três dimensões do trabalho profissional, a dimensão Teórica-Metodológica, a dimensão Técnica-Operativa e a dimensão Ético-Política.

No que tange a dimensão Teórica-Metodológica apontou-se: Compreender os fundamentos do serviço social; Conhecer a formação social Brasileira e a do próprio território; Apreensão dos fenômenos em sua totalidade; A utilização do marxismo como análise crítica, para as ações concretas; O entendimento de que foi um crime e não um desastre; Apreensão do movimento da realidade que ultrapassa a prática burocratizada e imediatista; Apreensão da “questão ambiental”, como totalidade, historicamente determinada e como uma das expressões da “questão social”. Um olhar transversal e multidisciplinar ao atuar nas situações de emergência e calamidade, analisar a realidade numa totalidade, a apreensão do real. Nos espaço sócio-ocupacionais caberiam, a partir dos nossos fundamentos: identificar e estudar as atribuições e competências do serviço social naquele espaço e conhecer a rede socioassistencial; Estudos de impacto ambiental (EIA); Compreender as limitações postas diante das novas metodologias de trabalho; Incluir a Educação Popular na metodologia da assessoria técnica, contribuindo com a politização crítica, com a mobilização e o protagonismo social da população no território; Fomentar e participar de formação contínua, para uma qualificação permanente; Reafirmação da autonomia relativa nos espaços

de trabalho; Estar articulados com a categoria profissional; Utilização da dimensão investigativa é fundamental.

No que tange a **dimensão Ética-Política**, a síntese da análise indica: O compromisso ético-político com os atingidos; a prevalência dos valores éticos da profissão; a defesa de uma nova forma de mineração; Compromisso com uma formação mais crítica, de forma a defender os atingidos e estarmos sempre na luta coletiva e histórica das classes trabalhadoras; Comprometer com a emancipação política; Contribuir nas lutas coletivas na busca pela emancipação humana; Buscar ações e intervenções que estejam articuladas com as atribuições e competências sócio profissionais e ético-políticas fundamentadas pelo atual Projeto Ético-Político do Serviço Social; articulação entre as demandas institucionais e a ação política coletiva vinculada aos processos de luta contra hegemônicos da sociedade brasileira. Defesa que não devemos atuar somente em situações de emergência, calamidade e no pós desastre, pois temos condições e capacidade na construção de planos da cidade, fazer acompanhamento prévio com a população para evitar ou buscar contribuir com os riscos. Trata-se da intencionalidade ética política de nos comprometermos com a reparação justa, integral, com a viabilização do acesso aos direitos.

No que tange a **dimensão Técnica-Operativa**: Contribuição na avaliação, formulação e execução das políticas sociais e públicas; Colaborar na formulação de políticas de ações de cunho preventivo e protetivo para as famílias que não tiveram seus vínculos sociais rompidos; Planejar e elaborar intervenções na busca da mobilização social e sensibilização nos projetos que diz respeito aos direitos dos trabalhadores; Trabalhar no planejamento do território, no atendimento direto à população; Elaborar estratégias e saídas coletivas nas organizações, na mobilização popular e nos movimentos sociais MAB e o MAM, para a viabilização dos direitos; Promove atividades de grupo e fortalecimento de vínculos; Participação nas etapas que envolvem a gestão de desastres, para planejar as atividades e fazer os acompanhamentos necessários; Participação na área da Educação Ambiental (EA) e Mobilização comunitária (MOC) para que possa materializar as políticas públicas e desenvolver planos de ações mais efetivos e comprometidos com a luta socioambiental; Elaboração de projetos ambientais; Elaboração de relatórios de impacto ambiental (RIMA); Parecer social; Coleta de termo; Elaboração de documentos que compete ao serviço social e a sistematização das demandas; Produzir um diagnóstico social e econômico da população; Promover grupos com a população, profissionais de outras áreas e autoridades para discussão do ocorrido e sobre a problemática posta; Fazer encaminhamento para outras áreas quando necessário; Nas assessorias técnicas a busca por reparação, auxílio e

reassentamento para os atingidos (as), como um direito; acolhimento social; trabalho de base no processo de acolhimento e escuta; trabalhos multiprofissionais; seminários temáticos que garantem a participação geral e a tomada de decisões coletivas; Informar, orientar para que os usuários possam conhecer seus direitos na construção de uma reparação integral e na consciência crítica, ou seja, constituir espaços de “formação”; Informar sobre os impactos do “empreendimento na sua vida cotidiana”; Capacitar a comunidade para o enfrentamento de possíveis problemas gerados pelas grandes empresas, fomentando e formando lideranças participativas para que possam estar juntas no processo de planejamento tornando mais responsáveis e democráticos; trabalho em conjunto com outros órgãos (proteção e defesa civil) e articulação com outros campos do conhecimento (geografia, pedagogia, sociologia, psicologia, serviço social, entre outros) sendo áreas de pesquisas, que podem enriquecer o debate sobre os desastres em vários olhares; Promover estratégias técnico-políticas;

Já no pós rompimento ou situações de emergência/calamidade além dessas atividades feitas o profissional, responsabilizam-se por locais que funcionam como abrigos temporários; encaminha pessoas para receber atendimento médico e psicológico; realizam o cadastramento de famílias para coleta de seus dados, assim como os bens materiais perdidos no desastre; buscam informações de pessoas desaparecidas ou vítimas fatais.

4. CONCLUSÃO

O presente trabalho de conclusão de curso teve como tema o trabalho de assistentes sociais em territórios atingidos pela mineração e/ou barragem: reflexões a partir dos anais dos ENPESS e CBAS. Sendo seu objetivo fazer uma análise do “trabalho de assistentes sociais em territórios atingidos pela mineração e/ou barragens a partir dos artigos publicados nos anais do CBAS e ENPESS, a fim de identificar as estratégias do exercício profissional”. Perpassando pela análise da dinâmica da mineração predatória identificando seus impactos nos territórios, analisando os artigos selecionados e identificando as estratégias para o trabalho profissional. A fim de “Contribuir para a construção de respostas profissionais na perspectiva do Projeto Ético-Político”.

Em um primeiro momento apresentamos reflexões sobre o sistema capitalista como fio condutor da mineração predatória, como fundante das expressões da “questão social”. Em seguida, avançamos com elementos para compreensão da formação sócio-histórica da cidade de Mariana, a fim de debater sobre a minério-dependência que se instalou no território e que trouxe como consequência o crime ambiental em Fundão.

A partir desses elementos, passamos a refletir de forma crítica sobre a atuação de assistentes sociais nessa área, com reflexões sobre o surgimento da profissão até a atualidade. Por fim, a partir dos artigos do ENPESS e CBAS, realizamos uma análise para a compreensão da atuação profissional nesses territórios, particularmente, nas equipes técnicas de assessorias independentes. Contribuindo assim, para que assistentes sociais estejam comprometidos e em consonância com o nosso projeto ético político.

Apresentamos uma pequena reflexão sobre a mineração, como um dos processos que gera e contribui para a acumulação capitalista. Assim, causando a exploração, o pauperismo, os trabalhos terceirizados e desemprego. Analisamos as conjunturas políticas e econômicas a partir dos anos de 2000, e como os governos estavam lidando com a questão minerária, as políticas sociais e direitos da classe trabalhadora.

Realizamos um pequeno resgate histórico de Mariana, para evidenciar que o surgimento da cidade perpassa pela atividade minerária. Que se iniciou com o ciclo do ouro que contou com o trabalho escravo (força de trabalho) e o ciclo do minério de ferro, que também se constituiu pela superexploração da força de trabalho, já no que tange ao trabalho assalariado a destruição do meio ambiente e profundas mudanças na vida das comunidades ao entorno.

Debatemos sobre as protoformas e a origem do serviço social já como profissão, levando em consideração as particularidades históricas no Brasil. Na contemporaneidade, destacamos alguns elementos da atuação profissional. As influências da política, da economia, da cultura, entre outros e seus impactos no trabalho. Essa ideologia que perpetua em nossa sociedade vem reforçar e promover a retirada de direitos, as privatizações (saúde, educação, entre outros), os sucateamentos dos serviços públicos, a desnacionalização da economia, desemprego, desproteção social e a implementação de uma política macroeconômica que penaliza a massa da população (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

Materializando ameaças ao projeto ético político do serviço social. Pois, nosso projeto profissional vem na contramão do que está posto e está comprometido com a classe trabalhadora, enfrentando os retrocessos que advém com a política neoliberal, do desmonte de políticas sociais e de ações conservadoras que vem se intensificando.

Nessa perspectiva, os profissionais precisam se atentar cada vez mais para que o exercício da profissão não se reduza ao imediatismo, à precarização de seus postos, e à focalização no atendimento às demandas básicas da população. É importante situar esses novos desafios postos a profissão como uma maneira de afirmação e fortalecimento do projeto profissional da profissão.

Nas palavras de Yamamoto (2009), as/os assistentes sociais precisam enfrentar os limites postos, e agir com competência técnica propondo e negociando com as instituições empregatícia os seus projetos e o seu exercício profissional, buscando melhorias em seu trabalho, e que busque aprender todo o movimento da realidade percebendo as possibilidades e tendência do seu fazer profissional.

No último capítulo, analisamos os artigos e deixamos em evidência os elementos centrais. Apresentamos e discutimos sobre o trabalho de assistentes sociais em territórios atingidos pela mineração, trazendo elementos no que tange ao trabalho emergencial, em situação de calamidade pública contribuindo para a crítica desse trabalho nesses momentos, mas também identificando a sua importância e o trabalho na equipe de assessoria técnica independente ou equipe técnica.

Abordamos os elementos centrais dos artigos em análise, na qual identificamos que para uma atuação profissional de assistentes sociais em momentos de rompimento e de situação de calamidade, precisa-se da compreensão do profissional sobre a sua atuação nesse cenário identificando as competências e atribuições, para que não faça seu trabalho só no imediatismo, ou tendo uma prática burocratizada, ou ainda voltando para práticas conservadoras do surgimento da profissão. Precisa-se compreender e apreender a realidade

como um todo, utilizando do método marxista para que sua ação seja conforme o projeto ético político da profissão.

Por fim, ao acionarmos as três dimensões do exercício profissional destacamos os elementos centrais da atuação profissional frente ao rompimento da barragem, ou as situações de calamidade pública. Sendo alguns deles: Uma apreensão e compreensão da formação social brasileira, dos fundamentos do serviço social, dos fenômenos, do movimento da realidade numa totalidade para não ter só uma prática burocratizada e imediatista mas compreendê-las como uma pequena parte do trabalho, das atribuições e competências profissionais, da “questão ambiental” e da “questão social”. Fazer uma análise crítica utilizando da dimensão investigativa. Fomentar e garantir a formação contínua para que os profissionais tenham espaço para a qualificação em diversos espaços sócio ocupacionais. E em sua ação reafirmar a autonomia relativa, buscando sempre estar articulados com a categoria profissional.

Contribuir na avaliação, formulação e execução das políticas sociais e públicas participando de todas as etapas. Fazer em seu planejamento, a elaboração de intervenções na garantia dos direitos da classe trabalhadora e os acompanhamentos necessários individuais e coletivos, e buscando uma mobilização social para as saídas coletivas. Motivar a criação de grupos para discutir o ocorrido e fortalecer essa população na busca por seus direitos. Elaboração de documentos da sua competência profissional, sistematizando as demandas e projetos ambientais, estar articulados com outros profissionais para que seja uma atuação que leve em conta toda a dimensão da realidade vivida pelos atingidos. Comprometer com a luta socioambiental.

As novas demandas postas para as/os profissionais na contemporaneidade exige um profissional que tenha arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico na contramão da dinâmica posta pelo sistema capitalista, que rompa com ações conservadoras e com as ações “robotizadas” e que possa reafirmar a direção que se pauta numa análise crítica da realidade frente às desigualdades sociais e das expressões da “questão social”.

Nisso incide a importância de uma prática pautada no aparato teórico metodológico da profissão, e guiada pelo projeto ético-político profissional. Sendo que estes apontam para uma direção crítica da realidade, isso permitirá ao profissional não agir na superficialidade de sua ação. Claro que as demandas que chegam são urgentes e precisam ser respondidas agilmente. Mas é necessário a sua problematização, pois as coisas não são, de imediato, tal qual se apresentam, exigindo, a partir da formação intelectual operativa do profissional,

"intervir sobre aquelas demandas a partir da sua compreensão teórico-crítica, identificando a significação, os limites e as alternativas da ação focalizada." (NETTO, 1996, p. 126).

Dito isso, finalizamos este trabalho, com as palavras de Mascarenhas (2023, p.7) quando reforça que precisamos “compreender que o monstro não é o crime de ruptura de barragens de rejeito minerário e, sim, o próprio padrão de minerar, que, em suma, se constitui a partir das necessidades do capital a nível mundial. Portanto, o monstro não é novo, como se tivesse emergido ao final do século XX”.

Cabe ressaltar aqui que precisamos articular com os movimentos sociais, assim como parte da sociedade que está na luta por uma nova forma de minerar, que possa minimizar as consequências dessa mineração predatória, que gera um quadro grande de agravamento das expressões da “questão social”. Pois, é pela luta coletiva e política que podemos viabilizar os direitos e efetivar políticas públicas, comprometendo com a classe trabalhadora e com os atingidos pela mineração.

Assim, é compromisso de toda a sociedade para a garantia da emancipação política e emancipação humana, tendo em vista a buscar uma sociedade mais justa e igualitária. Com "a socialização real da riqueza socialmente produzida sem distinção entre ricos e miseráveis, onde haja socialização do poder político, por fim, a nosso ver, rumo à sociedade comunista" (BOAS, 2018).

Ademais, depois de todo o exposto no trabalho, percebemos a importância do tema para a nossa área, em vista de poucas produções elaboradas pela categoria profissional e pela necessidade de avançarmos nas disciplinas ofertadas pelas universidades. Sabemos que o exposto aqui foram reflexões mais gerais das “faces do monstro” nos termos de Mascarenhas (2023), e que ainda precisam ser aprofundadas, e que não se esgotam aqui.

BIBLIOGRAFIA

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ANDERSON Raquel. **Homenagem ao Dia da/o Assistente Social**. CRESS – MS, 2023. Disponível em: <https://www.cress-ms.org.br/?p=2720>. Acesso em 2022

BARBOSA, D. M.; GARCÍA, F. E. S. Região-Empreendimento: planejamento, reorganização territorial e grandes projetos no Alto Paraopeba, Minas Gerais. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 122, p. 71-93, 2012.

BANDEIRA Manuel. **O Bicho**. Rio de Janeiro: 27/12/1947

BERTOLLO, Kathiúça. **Mineração e superexploração da força de trabalho: análise a partir da realidade de Mariana-MG**. 2017. 289 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BONFIM, P. **Conservadorismo moral e Serviço Social: a particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

BOSCHETTI, Ivanete. A Insidiosa Corrosão dos Sistemas de Proteção Social Europeus, **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 754-803, out./dez. 2012

BOAS Liliane Silva Vilas. **O Acirramento das Expressões da Questão Social no Capitalismo Contemporâneo: Uma Análise das suas Principais Expressões na Realidade Brasileira**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto(UFOP). Mariana - MG 2018

CARRARA, Virgínia Alves; MARTINS, Sara Araújo; TOMAZ, Cristiane Silva. A ofensiva predatória do capital e o trabalho do assistente social: reflexões a partir do crime da Samarco em Mariana. In: HORST, Claudio Miranda; CARRARA, Virginia Alves. **“Questão Social”, Mineração e Serviço Social**. Editora UFOP. Ouro Preto, 2023.

CARRARA, Virginia A. ; ARAÚJO, Sara. M. ; SALEH, Estela. ; TOMAZ, Cristiane. ; OLIVEIRA, Danielle. C. B. M. O mar de lama da Samarco como manifestação da (des) ordem social capitalista: Uma análise a partir dos aportes teóricos metodológicos, técnicos operativos e ético políticos do Serviço Social. In: **15a edição do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)**, 2016, Olinda. 80 Anos do Serviço Social no Brasileiro: A certeza na frente a história na mão. CFESS: CFESS, 2016. v. 1. p. 1-12.)

CARRARA Virginia Alves, TOMAZ Cristiane Silva, FRANÇA Alba Barreto Barboza de, MESQUITA Adriana de Andrade, HORST Claudio Henrique Miranda, MATEUS Fernando Bastitelli Carlos, ATAIDES Andreza Caroline de, MACHADO Thayná da Costa, FERREIRA Rosilene Isabel, FERREIRA Kátia Janaína Santana da Costa. Uma Reflexão Sobre a Realidade do Trabalho Das/Os Assistentes Sociais da Microrregião Dos Inconfidentes. **Anais do 16o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional. Sub-eixo: Ênfase em Formação profissional**. Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

CARMO, Marcilene Silva. **O trabalho de assistentes sociais junto aos atingidos por barragens no município de Mariana/MG: Reflexões a partir do estágio supervisionado na assistência social**. Mariana, 2021.

CARVALHO, Raul de. Modernos Agentes da Justiça e da Caridade: notas sobre a origem do Serviço Social no Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 2. São Paulo: Cortez, 1980.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente Social e Lei. 8662/93 de Regulamentação da profissão**. 10a ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012.

_____. 2006. **Compromisso ético, político e profissional**. CFESS - Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social.

_____. 2012. **Situações de desastres requerem assistentes sociais**. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/864>>. Acesso em 2023

_____. Manifesto BH. **5 Encontro Nacional Serviço Social e Seguridade Social**,(FNCPS)- Belo Horizonte (MG), 21 de novembro de 2015.

_____. **Atuação de assistentes sociais na Política Urbana subsídios para reflexão. Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais**. Brasília/DF, 2016. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-SubsidiosPoliticaUrbana-Site.pdf>>. Acesso em junho, 2023.

_____. 48 Encontro Nacional Cfess Cress- **Carta de Belem 2019**

_____. manifesta. O trabalho de assistentes sociais em situações de calamidades. **Série Conjuntura e Impacto no Trabalho Profissional**. Brasília (DF), 21 de março de 2022.

_____. Nota Conjunta CFESS, ABEPSS, ENESSO. **Arcabouço Fiscal**. 2023. disponível <http://www.cfess.org.br/arquivos/2023NotaConjuntaCfessAbepssEnesso-ArcaboucoFiscal.pdf>

_____. **Piso salarial de assistentes sociais é aprovado em comissão da Câmara - Luta agora segue para o próximo colegiado da casa: Comissão de Trabalho**. 02 de Junho de 2023. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2009>. Acesso em: 10/08/2023

CRESS-MG, Leonardo Koury. O Trabalho da e do Assistente Social em Situações de Calamidade Pública. **REVISTA CONEXÃO GERAES**; 11ED, ano 8, 1/2019

CRESS- ES, Brunella de Nardi. **poema recitado na apresentação cultural no IX Encontro Capixaba de Assistentes Sociais**. Anna Julia Carvalho, recitou em 2018. Disponível em: <http://www.cress-es.org.br/confira-o-poema-recitado-na-apresentacao-cultural-no-ix-encontro-capixaba-de-assistentes-sociais/>. Acesso em julho 2023

COELHO Tádzio, TROCARTE Charles. **Quando vier o silêncio: o problema mineral brasileiro**- 1.ed. —São Paulo : Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2020.

COELHO, Tádzio Peters. Minério-dependência e alternativas em economias locais. **Versos: Textos para Discussão PoEMAS**, v. 1, n. 3, p. 1-8, ago. 2017. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/poemas/files/2017/04/Coelho-2017-Min%C3%A9rio-depend%C3%Aancia-e-alternativas-em-economias-locais-Versos.pdf>>. Acesso em 2023

COELHO, M. A. **Imediatividade na prática profissional do assistente social**. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (Orgs.) Serviço Social: temas, textos e contextos. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

COLIGAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA. **Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil Lula Alckmin 2023-2026**; agos 2022

COSTA Rosemary Fernandes da. **Bem Viver: herança-sintonia-compromisso com a Casa Comum.** 10.17771/PUCRio.CRE.48626. disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/48626/48626.PDF> acesso em agos 2023

DUTRA, Adriana Soares. **Onde estamos e para onde vamos? Notas sobre o exercício profissional de assistentes sociais em desastres.** Textos & Contextos. Porto Alegre: 30 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/33974/26266>>. Acesso em 2023

_____, A. S. **Gestão de desastres e Serviço Social: reflexões críticas sobre a atuação profissionais de assistentes sociais junto aos órgãos de proteção e defesa civil.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

_____, Adriana Soares. Outras Perspectivas para o Exercício Profissional de Assistentes Sociais na Gestão de Desastres. **Anais do 16o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Sessão temática: Questões agrária, urbana ambiental e Serviço Social.** Cidades, desastres e políticas urbanas. 2018

ESTEVAO, Thatiele Monic. **O Trabalho de Assistentes Sociais nas Assessorias aos Atingidos pelo Rompimento da Barragem de Fundão.** 2021.

_____, Thatiele Monic. O Trabalho De Assistentes Sociais Nas Assessorias Técnicas Independente Aos Atingidos Pela Barragem De Fundão: Reflexões Sobre A Formação Profissional. **Anais XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”.** Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional. Sub-eixo: Formação profissional. 2022

GONÇALVES, R. J. A. F.; MILANEZ, B.; WANDERLEY, L. J. Neoxtrativismo Liberal-Conservador: a Política Mineral e a Questão Agrária no Governo Temer. **Revista OKARA: Geografia em debate** , v.12, n.2, p. 348-395, 2018. João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB – <http://www.okara.ufpb.br>. Acesso em 2023

GONÇALVES Jessica Fernanda; BRANDÃO Viviane Bernadeth Gandra. Serviço Social E Conflitos Socioambientais: A Atuação Da Mineradora Rpm/Kinross No Município De Paracatu / Mg. **Serviço social e conflitos socioambientais: a atuação da mineradora RPM/KINROSS.** Humanidades, v. 5, n. 2, jul. 2016.

GONÇALVES Taciane Couto, ALAGOANO Veronica Medeiros. A mobilização popular na experiência de assessoria técnica às pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão. **Anais XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS.** “ Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: Repercursão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina”. 11 a 13 de outubro de 2022

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do serviço social. 10. ed., **2 ed revista.** São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS Ana Amélia Vieira, HORST Claudio Henrique. **O Trabalho De Assistente Social Em Territórios Atingidos Pela Mineração/Barragens: estudo sobre a produção da área.** Relatório Final, referente ao período de 01/03/2020 a 28/02/2021, apresentado à Universidade Federal de Ouro Preto, como parte das exigências do programa de iniciação científica/ PIP (1º Semestre).

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). *Direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 4 ed. 2010.

_____. **Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: MOTA, Ana Elisabete Mota et al (Org.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. jul. 2006. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slsets/slsets-018-001.pdf>>. Acesso em 2023

IAMAMOTO, Marilda. Vilela; CARVALHO, Raul de. **O Serviço Social no processo de Reprodução das Relações Sociais, Capítulo 2**. In: *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 41. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez; Celats, 1983

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. Paulistas e Emboabas na disputa pelo controle das Minas Novas do Araçuaí: o processo contraditório de territorialização do capital no território colonial português em formação. **Anais do XV Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina (MG), p.01-20, ago./set. 2012.

LENINE, Queiroga Lula. **A Rede**. 1999. disponível em: <https://www.letas.mus.br/lenine/131363/> Acesso em 2023

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. 10. ed. Florianópolis. **Revista Katálysis**. 25 de setembro de 2007.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. **As Vendas De Secos E Molhados: O Abastecimento Dos Moradores Da Leal Vila Do Carmo Na Primeira Metade Do Século XVIII**. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs.). *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

MASCARENHAS, Raquel Mota “Questão social”, mineração e serviço social : reflexões a partir da Região dos Inconfidentes___ In: **DUAS FACES DO MESMO MONSTRO /** Claudio H. Miranda Horst, Virgínia Alves Carrara (Organizadores). 1. ed. – Ouro Preto : Editora UFOP, 2023. 284 p. : il. : color; grafs; tabs. Disponível em: <https://www.editora.ufop.br/index.php/editora/catalog/view/184/138/466-1> Acesso em 2023

_____, R. M. **A construção do desenvolvimento sustentável em Mariana-MG.** Relatório final de Projeto de Iniciação Científica. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), 2019.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política /livro I.** 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 2v, 929p.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã (Feuerbach).** São Paulo: Grijalbo, 1977.

MARX, Karl. O Capital; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista.** 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

MARX, K. **A Consciência revolucionária da História.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1989

MANSUR, S. M; PINTO, G. R; WANDERLEY, J. L. **Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG).** In: LOSEKANN, C; MILANEZ, B. Desastre no vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio digital, 2016. p. 39-80.

MANSUR, Maíra. Sertã., WANDERLEY, L. J., MILANEZ, B., Santos, R. S. P. d., Giffoni Pinto, R., Gonçalves, R. J. d. A. F., & Coelho, T. P. (2016). **Antes Fosse Mais Leve a Carga: introdução aos argumentos e recomendações referentes ao desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton.** In ZONTA Márcio. & TROCATE Charles (Eds.) (Org), **Antes Fosse Mais Leve a Carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton** (p. 17-49). 2017. Marabá: Editorial iGuana.

MARTINS, A. I. **O trabalho do assistente social no CRAS volante da cidade de Mariana-MG: desafios e possibilidades na contemporaneidade.** Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, MG. 2016. [Monografia] Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/594/1/MONOGRAFIA_AssistenteSocialContemporaneidade.pdf> Acesso em 2023

MATOS, M.C. Assessoria e Consultoria: reflexões para o Serviço Social. In: MATOS, M.C.; BRAVO, M.I.S. (Orgs.) **Assessoria, consultoria e Serviço Social.** 2a ed. São Paulo, Cortez, 2010.

_____ et al. Rompimento da barragem de Fundão dossiê TAC Governança. **Versos: textos para Discussão Poemas**, v. 2, n.1, p. 1- 65, 2018.

MILANEZ, B.; COELHO, T. P.; WANDERLEY, L. J. O projeto mineral no Governo Temer: menos Estado, mais mercado Versos - **Textos para Discussão PoEMAS**, v. 1, n. 2, p. 1-15, 2017.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. Neoeextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 19, p. 119-148, 2013.

MILANEZ, Bruno; MANSUR, Maíra Sertã; WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira; PINTO, Raquel Giffoni; GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes; COELHO, Tádzio Peters. **Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referentes ao desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton.** In: ZONTA, Márcio; TROCATE, Charles (Org.). Marabá-PA: Editorial iGuana, 2016, 237 p. - (coleção a questão mineral, v.2).

MILANEZ, B.; WANDERLEY, L. J. M.; MAGNO, L. Mineração e políticas públicas: conflitos, retrocessos e propostas para um outro modelo mineral. **Revista da ANPEGE.** v.18,

p.388 – 433, 2022. disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Milanez-2022-Minera%20-%20e-pol%20-%20adticas-p%20bablicas.pdf>. Acesso em 2023.

MILANEZ, B.; WANDERLEY, L. J.; SOUZA, T. R. **O que não se aprendeu com a tragédia no Rio Doce**. Le Monde Diplomatique Brasil. 116. p. 28-29, 2017.

MORAIS, Silvana Mara de Moraes dos Santos. **Ética em Movimento**, Curso de Capacitação para Agentes Multiplicadores, Módulo 3: Ética e Direitos Humanos. 5ª edição: Brasília DF, 2016

MOLJO Carina, CUNHA Ariane Monteiro. **Serviço Social E Cultura: Considerações Acerca Das Concepções De Cultura Na Trajetória Da Profissão No Brasil Desde A Sua Gênese Até Os Anos 1990**. Libertas, Juiz de Fora, v.4, n.1, p. 78 - 104, jul-dez / 2009

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, v. 1, 2012.

_____, **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social, 1.)

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. In: Revista **Temporalis** n° 3, Brasília: ABEPSS, 2001 (pág. 41 a 49).

_____, **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2a ed. - São Paulo; Cortez, 1996.

_____. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

OLIVEIRA, Amanda Sérgio de Oliveira Sales. **Formação Sócio-Histórica de Mariana-MG: uma análise das particularidades da questão urbana**, Mariana, Edufop, 2019.

PASSOS, Flora Lopes; COELHO, Polyana; DIAS, Adelaide. **(Des)territórios da mineração: planejamento territorial a partir do rompimento em Mariana, MG**. Cad. Metrop, São Paulo , v. 19, n. 38, p. 269-297, Apr. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3811>> Acesso em 2023.

PASSOS, Flora D'el Rei Lopes. Espaços (Con)Sentidos? Gestão do Patrimônio Cultural em Mariana/MG. Paisagem Cultural e Patrimônio. **XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, Rio de Janeiro, 2018 . Acesso em 2023.

PRATES, Jane. **Serviço Social e Pesquisa: O método marxiano de investigação e o enfoque misto**. El debate sobre las teorías críticas en la formación profesional. Porto Alegre/RS, 2012. Disponível em <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/VZ733F30vyYV048tULD0.pdf>> Acesso em 2023.

PIRES, Maria do Carmo. **O TERMO DE VILA DE NOSSA SENHORA DO CARMO/MARIANA E SUAS FREGUESIAS NO SÉCULO XVIII**. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs.). Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

PENSADOR, Gabriel O; TATO. **Cacimba de Mágoa Intérpretes: Gabriel O Pensador e Falamansa.** 2016. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/gabriel-pensador/cacimba-de-magoa/>. Acesso em 2023.

REIS Gislane Santos Lima, SILVA Regina Maria da, CASTRO Simone Gomes da Silva de. A Atuação Do/A Profissional De Serviço Social Frente Ao Rompimento Da Barragem De Fundação Em Mariana-Mg. **Anais do 16o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.** Eixo: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social. Sub-Eixo: Ênfase em Questão Ambiental Brasília (DF), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019.

SILVA, M. G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável - um desafio ético-político ao serviço social.** São Paulo: Cortez, 2010.

SIQUEIRA, L de S. A leitura marxista sobre a pobreza: a outra face da acumulação capitalista. In: bibliografia básica. **Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos.** Rio de Janeiro: PPGSS/UERJ, 2011 [Tese de doutorado em acumulação capitalista e os fundamentos da pobreza Serviço Social]. P. 209-229

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. Terra, Trabalho e Racismo: Veias Abertas de Uma Análise Histórico- Estrutural no Brasil / Universidade Federal de Santa Catarina, orientadora, Beatriz Augusto de Paiva. **Centro Sócio Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social,** Florianópolis, 2018. SC, 2018.

TEIXEIRA, Joaquina. Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília, DF: CFESS/ABEPSS. 2009, p.186-199. <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata -braz-marcelo-201608060407431902860.pdf>. Acesso em 2023

VASCONCELOS, A. M. et al. Serviço Social e práticas democráticas na saúde. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional.** São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, p. 242-272, 2006.

VIANA Beatriz Borges, CARNEIRO Kássia Karise Carvalho, GONÇALVES e Claudenora Fonseca. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social e seu Reflexo no Exercício Profissional na Contemporaneidade. **Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social.** UFSC. Florianópolis SC. Outubro 2015

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. Do boom ao pós-boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil. Versos - **Textos para Discussão PoEMAS**, v. 1, n. 1, p. 1-7, ago 2017.

WANDERLEY, L. J. M. ; GONCALVES, R. J. A. F. ; MILANEZ, B. O interesse é no minério: o neoextrativismo ultraliberal marginal e a ameaça de expansão da fronteira mineral pelo governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v. 16, p. 555-599, 2020.

YASBEK. C. M. **O significado sócio-histórico da profissão.** São Paulo, 2009. Disponível em: [http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/O significado socio- historico da profissao%20Yasbek.pdf](http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/O%20significado%20socio-historico%20da%20profissao%20Yasbek.pdf)> Acesso em 2023